UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL
E GESTÃO DE CIDADES

MELISSA PASSAMANI BONI

DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NA CIDADE DE VITÓRIA-ES

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
SETEMBRO DE 2009

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES – UCAM
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Melissa Passamani Boni

DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NA CIDADE DE VITÓRIA-ES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campus de Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Profª. Denise Cunha Tavares Terra, D. Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
SETEMBRO DE 2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 026/2009

Boni, Melissa Passamani.

Desigualdade sócio-espacial e distribuição dos recursos públicos na cidade de Vitória – ES / Melissa Passamani Boni. – 2009.
128 f. ; il.

Orientador: Denise Cunha Tavares Terra.
Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.
Bibliografia: f. 108 – 114.

1. Investimentos públicos – Vitória, ES (cidade) 2. Justiça social 3. Desigualdade social 4. Segregação sócio-espacial I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU - 330.322.14+364.14(815.2)

MELISSA PASSAMANI BONI

DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NA CIDADE DE VITÓRIA-ES

Dissertação apresentada ao PROGRAMA de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes - Campos/RJ, para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 17 de setembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Denise Cunha Tavares Terra – Orientadora
Universidade Candido Mendes

Prof. Dr. Gustavo Henrique Naves Givisiez – Co-orientador
Universidade Candido Mendes

Profª. Drª. Elis de Araújo Miranda
Universidade Federal Fluminense

Profª. Drª. Teresa Peixoto Faria
Universidade Estadual Norte Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2009

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, meu Pai, grande responsável por tudo o que tenho e sou em minha vida.

À minha família, minha mãe, meu pai, meu sogro, minha sogra e, em especial, meus amores, Márcio, Mirella e Murillo, que tiveram paciência de entender as minhas ausências e me dar forças para continuar.

Aos meus amigos do mestrado, sobretudo Regina e Maysa, que juntas vivemos os momentos em que ficávamos longe das famílias e compartilhávamos o convívio do quarto e dos estudos, surgindo dali uma grande amizade, como também aos demais amigos com os quais passamos momentos de grande troca de afeto e conhecimentos.

Aos professores do mestrado, que além de serem excelentes educadores, se mostraram excelentes amigos — Rosélia Piquet, Rodrigo Serra, José Luiz Viana, Elzira Lúcia de Oliveira, Cláudio Paiva e Rosana Fernandes, professores atenciosos que sempre acreditaram muito em mim e me impulsionaram a aprender sempre mais.

À minha orientadora sempre paciente, a professora Denise Terra.

Ao meu co-orientador, Gustavo Givisiez, sempre disposto a ensinar (sem ele não saberia nada de análise fatorial).

À minha amiga e co-orientadora, Elis Miranda, sempre atenta, buscando ajudar e contribuir para o nosso conhecimento, além de ótima companheira de ANPUR.

À Prefeitura Municipal de Vitória, que investiu nos meus estudos, me proporcionando a oportunidade de aumentar meus conhecimentos.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, que mesmo sentindo minha falta, sempre me impulsionaram ao crescimento profissional.

A todos os que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho.

“Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos *realistas*... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação” (LEFEBVRE, 2008).

RESUMO

DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NA CIDADE DE VITÓRIA-ES

Busca-se analisar a distribuição dos recursos públicos municipais voltados a obras na cidade de Vitória, face às desigualdades sócio-espaciais existentes, tomando como base as duas últimas administrações municipais (2001-2008). As análises teóricas envolvem os processos que conduzem à segregação sócio-espacial nas cidades, os efeitos das intervenções urbanas realizadas pelo poder público na qualidade de vida urbana e na redução das desigualdades sócio-espaciais e o potencial de uma distribuição adequada de recursos públicos como uma estratégia efetiva no combate às desigualdades sócio-espaciais. Realiza-se também o mapeamento da segregação sócio-espacial em Vitória por meio do índice de *status* sócio-econômico e familiar e do índice de oferta de serviços públicos. Por fim, analisa-se a distribuição dos recursos destinados a obras no município de Vitória, visando identificar a tendência atual das escolhas locacionais dos administradores públicos dessa cidade. Os resultados apontaram que, de um modo geral, a Prefeitura de Vitória tem praticado a justiça social na distribuição espacial de seus recursos, com o beneficiamento dos grupos de menor *status* sócio-econômico e familiar.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade social, justiça social, segregação sócio-espacial, investimentos públicos

ABSTRACT

SOCIAL-SPATIAL INEQUALITIES AND DISTRIBUTION OF PUBLIC RESOURCES IN THE CITY OF VITORIA

This paper searches to analyze the distribution of the municipal public investments for constructions in the city of Vitoria, face up to social-spatial inequalities that exists, taking as base the two last municipal managements (2001-2008). The analysis involves the processes that lead to the social-spatial segregation in the cities, the effects of the public urban interventions in the quality of urban life and the potential of an adequate distribution of public resources as a strategy in the combat to the social-spatial inequalities. The social groups are extracted from the social-economic rates created by the factorial analysis. Finally, the distribution of the resources in public constructions in the city of Vitoria is analyzed, having aimed to identify which groups have been appropriating of the benefits of the investments in urban infrastructure. The results had pointed that, generally, the public administration has practiced social justice in the space distribution of its resources.

KEY-WORDS: social inequality, social justice, social-spatial segregation, public resources

LISTA DE SIGLAS

CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CUB	Custo Unitário Básico da Construção
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Prefeitura Municipal de Vitória
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação cartográfica da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) 15

Figura 2. Esquema do modelo de causação circular da apropriação dos benefícios líquidos das ações do Estado. 53

Figura 3. Representação cartográfica de Vitória – Esquema da evolução urbana..... 68

Figura 4. Representação cartográfica da cidade de Vitória – divisão de bairros e regiões..... 73

Figura 5. Configuração espacial dos grupos sociais na cidade de Vitória..... 81

Figura 6. Configuração espacial dos bairros segundo o índice de oferta de serviços públicos. 85

Figura 7. Configuração espacial dos bairros segundo o índice de condições sócio-econômicas e urbanas..... 87

Figura 8. Distribuição espacial dos investimentos *per capita* por bairros na gestão 2001-2004..... 98

Figura 9. Distribuição espacial dos investimentos *per capita* por bairros na gestão 2005-2008..... 99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes - 1991 70

Gráfico 2. Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes - 2000 70

Gráfico 3. Histograma de frequência – *status* sócio-econômico e familiar 77

Gráfico 4. Correlação entre os escores dos índices de oferta de serviços públicos e *status* sócio-econômico e familiar. 84

Gráfico 5. Evolução dos investimentos em obras e da receita orçamentária no município de Vitória. 94

Gráfico 6. Evolução do percentual de investimentos em obras sobre a receita orçamentária no município de Vitória. 94

Gráfico 7. Investimentos por gestão, segundo natureza da obra. 96

Gráfico 8. Investimentos *per capita* por gestão, segundo grupos sociais..... 97

Gráfico 9. Investimentos *per capita* na gestão 2001-2004 por bairros, segundo grupos sociais. 100

Gráfico 10. Investimentos *per capita* na gestão 2005-2008 por bairros, segundo grupos sociais.... 100

Gráfico 11. Investimentos *per capita* em equipamentos de educação, por gestão e grupos sociais.101

Gráfico 12. Investimentos *per capita* em equipamentos de saúde, por gestão e grupos sociais. 102

Gráfico 13. Investimentos *per capita* em equipamentos públicos, por gestão e grupos sociais. 102

Gráfico 14. Investimentos *per capita* em habitação, por gestão e grupos sociais. 103

Gráfico 15. Investimentos *per capita* em urbanização, por gestão e grupos sociais. 103

Gráfico 16. Investimentos *per capita* por gestão, segundo os quartis do índice de condições sócio-econômicas e urbanas 104

Gráfico 17. Gráfico do carregamento dos fatores – *Status* sócio-econômico e familiar 123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Índice de Gini da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios 69

Tabela 2. Variáveis utilizadas no índice de status sócio-econômico e familiar 76

Tabela 3. Resumo dos grupos 79

Tabela 4. Variáveis utilizadas no índice de oferta de serviços públicos 83

Tabela 5. Escores do índice de status sócio-econômico e familiar, do índice de oferta de serviços públicos e do índice de condições sócio-econômicas e urbanas, segundo os grupos sociais definidos 88

Tabela 6. Investimentos em obras e Receitas Orçamentárias 93

Tabela 7. Investimentos por natureza da obra e gestão 96

Tabela 8. Investimentos por gestão, segundo os grupos sociais. 97

Tabela 9. Investimentos per capita por grupos sociais, segundo a natureza das obras, na gestão 2001-2004 101

Tabela 10. Investimentos per capita por grupos sociais, segundo a natureza das obras, na gestão 2005-2008 101

Tabela 11. Investimentos per capita por gestão, segundo os quartis do índice de condições sócio-econômicas e urbanas 104

Tabela 12. Variáveis do Índice de status sócio-econômico e familiar 119

Tabela 13. Variáveis do Índice de oferta de serviços públicos 119

Tabela 14. Estatísticas obtidas nos testes de KMO e Bartlett – Status sócio-econômico e familiar .. 119

Tabela 15. Estatísticas obtidas nos testes de KMO e Bartlett – Oferta de serviços públicos 120

Tabela 16. Matriz de Correlação – Status sócio-econômico e familiar 120

Tabela 17. Matriz de Correlação – Oferta de serviços públicos 120

Tabela 18. Variância explicada dos fatores resultantes – Status sócio-econômico e familiar 121

Tabela 19. Variância explicada dos fatores resultantes – Oferta de serviços públicos 121

Tabela 20. Matriz de fatores – Status sócio-econômico e familiar 123

Tabela 21. Matriz de fatores – Oferta de serviços públicos 124

Tabela 22. Matriz de Correlação Reproduzida e Resíduos – Status sócio-econômico e familiar 125

Tabela 23. Matriz de Correlação Reproduzida e Resíduos – Oferta de serviços públicos 125

Tabela 24. Grupos sociais e dados do Índice de status sócio-econômico e familiar 127

Tabela 25. Dados do índice de oferta de serviços públicos 129

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14

2. DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL 19

2.1. Abordagens Conceituais 19

2.1.1. IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL 19

2.1.2. DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL 27

2.2. Transformações econômicas e desigualdades sociais no Brasil 30

2.3. Segregação sócio-espacial 34

2.3.1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES 35

2.3.2. PROCESSOS E PRÁTICAS ESPACIAIS DE SEGREGAÇÃO 38

2.3.3. PADRÕES ESPACIAIS 45

2.3.4. EFEITOS DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL 47

2.4. Segregação sócio-espacial e políticas públicas 50

2.4.1. O PAPEL DO ESTADO NA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL 50

2.4.2. POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS DE COMBATE À SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL 55

3. SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 59

3.1. O crescimento urbano em Vitória – Breve Histórico 59

3.2. Segregação sócio-espacial em Vitória 69

3.2.1. ESCALA DE ANÁLISE 71

3.2.2. COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE 74

3.2.3. CONFIGURAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS 77

3.2.4. ANÁLISE DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 81

4. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS EM OBRAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 90

4.1. FINANÇAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS EM OBRAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 92

4.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS EM OBRAS 96

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 109

APÊNDICE 1. SETORES CENSITÁRIOS E POPULAÇÃO, POR BAIRROS E REGIÕES 117

APÊNDICE 2. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ANÁLISE FATORIAL.....118

APÊNDICE 3. GRUPOS SOCIAIS E DADOS DO ÍNDICE DE STATUS SÓCIO-ECONÔMICO FAMILIAR 127

APÊNDICE 4. DADOS DO ÍNDICE DE OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ...129

1. INTRODUÇÃO

O município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, possui uma porção de terra de aproximadamente 93 km², constituída por uma parte continental, a Ilha de Vitória e um arquipélago costeiro formado por 24 ilhas, 100% urbanizada. A estimativa populacional para 1º de julho de 2008, segundo o IBGE, é de 317.817 habitantes. Vitória compõe, juntamente com os municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari, a Região Metropolitana da Grande Vitória (figura 1), onde se concentra uma população de 1.664.328 habitantes, representando 47% da população do Estado (IBGE, 2008). A economia de Vitória é baseada nas atividades portuárias, comerciais, industriais e de prestação de serviços.

Vitória possui o maior PIB *per capita* dentre as capitais brasileiras (IBGE, 2008), elevada renda per capita, alta receita pública municipal (BRASIL. Ministério da Fazenda), mas também elevado índice de Gini, o que revela a alta desigualdade de renda. A análise da distribuição de renda entre os responsáveis pelos domicílios revela considerável concentração de renda, onde os mais ricos acumulam boa parte das rendas, enquanto uma pequena parcela da riqueza é distribuída entre um grande contingente de população de menor poder aquisitivo.

No entanto, a boa situação das finanças públicas do município indica que Vitória tem grandes possibilidades de implementar políticas e incutir um direcionamento político no sentido de promover justiça social na distribuição dos recursos públicos.

Figura 1. Representação cartográfica da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)
Fonte: www.ijsn.es.gov.br

A redução das desigualdades sócio-espaciais é um desafio a ser enfrentado na grande maioria das cidades, mas é tratado por poucas administrações municipais, seja por falta de recursos, seja por falta de direcionamento político para tal. Geralmente, a alocação de recursos é regida por diversas forças que estão distanciadas da busca de justiça social. As políticas públicas tendem a privilegiar uma classe dominante que concentra recursos e regalias, enquanto uma grande parcela da população encontra-se excluída dos acessos a serviços públicos e oportunidades. E ainda, os altos investimentos, tanto públicos quanto privados, se concentram nas áreas nobres da cidade, gerando maior valorização destas e intensificando a acumulação de renda.

A diferenciação sócio-espacial está inteiramente ligada aos recursos oferecidos em cada localidade. Os custos de acessibilidade a facilidades, como serviços de educação, saúde, transporte, esportes, lazer, etc., interferem diretamente na renda real dos indivíduos, como também, na qualidade de vida.

As obras públicas são intervenções no espaço urbano que podem proporcionar maior acessibilidade aos recursos urbanos em determinadas áreas onde são localizados equipamentos urbanos que oferecem serviços públicos. Assim, as decisões locacionais dos investimentos públicos em obras possuem efeitos redistributivos, sendo de grande responsabilidade no desenvolvimento sócio-econômico de sua população.

Por meio de pesquisa sobre a distribuição espacial dos investimentos públicos é possível identificar as práticas dos governos municipais e, inclusive, confrontar estes resultados com as retóricas embutidas nos planos de governo. A avaliação da alocação espacial dos recursos públicos pode constituir um alerta para uma mudança de postura dos governos municipais, permitindo visualização dos efeitos das más distribuições de recursos e, assim, se conscientizar da responsabilidade do poder público sobre a perpetuação ou a minimização da segregação sócio-espacial das cidades.

Nesse sentido, o trabalho buscou, como objetivo geral, analisar a distribuição dos recursos públicos voltados a obras na cidade de Vitória, nas duas últimas gestões administrativas (2001-2004 e 2005-2008), visando identificar a tendência atual das escolhas locacionais dos administradores públicos dessa cidade. A iniciativa de elaborar este estudo partiu da pesquisa executada por Denise Terra, orientadora desta dissertação, no âmbito de sua tese de doutorado em Geografia,

que realizou uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes, investigando quais grupos sociais se apropriam dos investimentos em obras públicas.

Os objetivos específicos do estudo, que irão nortear as abordagens ao longo da dissertação são: i) analisar, por meio de revisão bibliográfica, os efeitos das intervenções urbanas realizadas pelo poder público na qualidade de vida urbana e na redução das desigualdades sócio-espaciais, e em especial, o potencial da distribuição adequada de recursos públicos voltados a intervenções urbanas como uma estratégia efetiva no combate às desigualdades sócio-espaciais; ii) identificar as desigualdades sócio-espaciais na cidade de Vitória e; iii) averiguar se a Prefeitura de Vitória tem praticado a justiça social na distribuição espacial de seus recursos.

A operacionalização metodológica se baseou em pesquisa teórica e empírica. A princípio foi analisada a base teórica que aborda os fenômenos de desigualdade e segregação sócio-espacial, as avaliações de qualidade de vida nas cidades, os conceitos de igualdade e justiça social, as políticas públicas e os efeitos das intervenções urbanas na qualidade de vida dos cidadãos.

O arcabouço teórico e conceitual orientou a pesquisa empírica, que consistiu no registro e análise da distribuição espacial dos grupos sociais e dos recursos municipais em Vitória. Assim, primeiramente, a partir de dados do IBGE e outros relatórios gerenciais da Prefeitura Municipal de Vitória, foi realizado um mapa retratando a segregação sócio-espacial em Vitória, com base em indicadores intraurbanos submetidos a uma análise fatorial e georreferenciados, visando obter uma leitura espacial da situação de desigualdade urbana. Para tal, foi montado, conforme critérios pré-estabelecidos e a disponibilidade de dados, um indicador composto ou sintético, resultado de uma série de indicadores simples, ligados à qualidade de vida urbana.

Em seguida, partiu-se para uma etapa de levantamento das intervenções realizadas no período entre 2001 e 2008, por meio da análise das publicações dos contratos da Prefeitura de Vitória, disponíveis no diário oficial e no site da PMV. Estas intervenções e suas características foram classificadas e georreferenciadas.

Os dados georreferenciados sobre os investimentos em obras públicas foram cruzados com o mapa da segregação sócio-espacial de Vitória, de modo a subsidiar uma análise sobre o padrão de distribuição dos recursos públicos em obras diante das desigualdades sócio-espaciais na cidade de Vitória.

A estrutura do trabalho traz, no capítulo 2, abordagens teóricas sobre as temáticas que envolvem os processos de segregação sócio-espacial e as dinâmicas ligadas a esses processos, tomando como base a realidade brasileira e latino-americana. Enfoca, também, os efeitos das intervenções urbanas realizadas pelo poder público na qualidade de vida urbana e na redução das desigualdades sócio-espaciais e o potencial de uma distribuição adequada de recursos públicos como uma estratégia efetiva no combate às desigualdades sócio-espaciais.

O terceiro capítulo apresenta os processos que contribuíram para a formação da cidade que resultaram na situação de desigualdade sócio-espacial existente; e por meio de estudo e mapeamento segundo índices baseados em indicadores intraurbanos analisa-se a distribuição espacial dos grupos sócio-econômicos no município.

No quarto capítulo analisa-se a distribuição dos recursos destinados a obras no município de Vitória, visando identificar a tendência atual das escolhas locacionais dos administradores públicos dessa cidade. Analisa-se a distribuição dos recursos em obras por natureza e por grupos sociais, podendo-se verificar padrões distributivos diferenciados de acordo com o tipo de intervenção.

Por fim, o fechamento do trabalho apresenta as principais conclusões acerca dos objetivos do trabalho, alguns questionamentos e desdobramentos para futuras investigações. E ainda, os apêndices vêm complementar os estudos e demonstrar os caminhos pelos quais se chegou a algumas conclusões.

2. DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Este capítulo aborda as temáticas que envolvem os processos de segregação sócio-espacial e as dinâmicas ligadas a esses processos, tomando como base a realidade brasileira e latino-americana. Enfoca a participação do Estado nesses processos como um dos principais agentes e identifica algumas políticas públicas que podem reduzir a segregação sócio-espacial nas cidades, sobretudo quando se trata de alocação de recursos públicos em obras.

2.1. ABORDAGENS CONCEITUAIS

2.1.1. Igualdade e justiça social

A igualdade pode ser considerada uma condição em que as pessoas possuem igual tratamento, apesar de todas as diferenças existentes entre elas. Possui natureza instável e variável, conforme o ambiente social observado, visto que sua concepção se funda em valores inerentes a cada grupo social distinto. Permeia diversos campos de estudo do meio social de modo a direcionar sua ação e intervenção.

Diante das iniquidades existentes no mundo social, a noção de igualdade é um norte para a reivindicação de direitos, em articulação com as noções de direito e cidadania (TELLES, 2001). A igualdade é uma das garantias constitucionais, como versa o art. 5º da Constituição Federal de 1998:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988)

A igualdade é um pressuposto para a cidadania, do ponto de vista legislativo, como também filosófico. Cidadania pode ser definida como “um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de efetiva igualdade” (SOUZA, 2004, p. 83). Segundo Cury (1998, p. 261),

> esses deveres não apenas se referem àqueles previstos em lei, mas também àqueles que dependem da maturidade intelectual, emocional e social, tais como: solidariedade, tolerância, dignidade, cooperação social, preocupação com as dores e necessidades psicossociais do outro, aprender a se doar psicossocialmente sem esperar a contrapartida do retorno etc.

Ainda há uma extensa distância entre a “igualdade formal da lei” e a igualdade real. “Para que haja eficácia legal da regra da igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada” (SOUZA, 2004, p. 84). Essa condição exige a existência de um ambiente de cooperação entre classes, disseminado de modo abrangente, garantindo concretamente as premissas de igualdade e cidadania contidas nos textos legislativos.

Ocorre, em sentido oposto, uma tendência da naturalização da desigualdade, através de uma ideologia dominante que legitima, de forma “invisível”, o acesso diferencial aos recursos materiais escassos (BOURDIEU, 1984, apud SOUZA, 2004), como já afirmavam Marx e Engels (1976, apud QUINTANEIRO, 2002, p. 42).

> Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, uma consciência, e é em conseqüência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes de sua época.

Nas ciências sociais, a noção de igualdade serve de parâmetro para as abordagens sobre desigualdades. O debate sobre o fenômeno da desigualdade social já era abordado por filósofos clássicos, como Aristóteles e Platão, mas foi no Iluminismo que se desenvolveram correntes teóricas sobre o debate.

Na tradição do pensamento liberal, inspirado pelas obras clássicas de Hobbes e Rousseau, as desigualdades expressam uma ordem natural sustentada na distribuição desigual entre os indivíduos, de habilidades e talentos. Nesta

perspectiva, esta ordem natural de diferenciação entre os indivíduos somente pode ser preservada por meio da concorrência livre e justa. Defendiam a preservação das liberdades individuais e consideravam as normas uma restrição. Assim, postulava-se que o livre jogo deveria ser garantido através de um marco institucional (SALAS, 2004).

Durkheim acreditava que uma sociedade justa era aquela onde as desigualdades sociais expressavam as desigualdades naturais, inexistindo a igualdade total ou a desigualdade mínima entre os indivíduos. Em “A divisão social do trabalho”, o sociólogo aponta para a necessidade de estabelecer uma relação solidária orgânica entre os membros da sociedade, onde cada um exerce uma função e depende dos outros para a sua sobrevivência. O indivíduo faz parte de um todo coeso, vivendo esta relação de forma orgânica e interiorizada (SALAS, 2004; QUINTANEIRO, 2002).

A corrente radical, apoiada no pensamento marxista, “vai encontrar na vida em comunidade, os fundamentos da igualdade social, e na gênese e no desenvolvimento da propriedade privada, a origem da desigualdade social” (SALAS, 2004, p. 12, tradução nossa). Afirma que o capitalismo caminha contra a equidade social e defende a organização social das classes exploradas e dominadas. Idealizava em longo prazo, que o capitalismo seria o início de uma transição política que passaria pelo socialismo e culminaria no comunismo. Para os radicais, “a tarefa política prioritária é a construção de uma nova ordem social (política, social e econômica) sustentada na propriedade coletiva dos meios de produção e na distribuição socializada da riqueza social” (ibid., p.13, tradução nossa).

> Nesta perspectiva, o debate sobre a igualdade social fica vinculado ao tema da distribuição do produto social (não às oportunidades, nem aos talentos) entre grupos de indivíduos estruturalmente conformados como classes sociais, em função da posição que ocupam no sistema produtivo e na relação que guardam em respeito aos meios de produção (ibid., p.13, tradução nossa).

Com o tempo, o debate entre liberais e radicais foi se esgotando pela insuficiência conceitual e propositiva, que não alcançava a amplitude do tema. Segundo Salas (2004), a década de 1970 pode ser considerada um ponto de ruptura no desenvolvimento do debate. Até então, o debate envolvia questões mais ideológicas. A partir desse período, iniciam-se investigações com fundamentos

empíricos que permitiram um distanciamento do debate ideológico. Pode-se dizer também que esta mudança ocorreu pelo surgimento de novas formas de desigualdade em países industrializados, com novas realidades sociais, evidenciando as limitações dos debates clássicos.

Alguns países industrializados desenvolveram um aprofundamento na democracia, e enquanto o sistema capitalista de propriedade privada gerava desigualdades, o sistema político e ideológico se estruturava buscando a equidade social por meio de ações estatais. “Assim, a tensão entre os princípios de liberdade e igualdade parecia encontrar, nestas formas de estruturação da ordem social, uma solução integrada, demonstrando, na prática, que a contraposição entre igualdade e liberdade constitui uma falsa dicotomia” (ibid., p. 15, tradução nossa).

A crítica à noção de desigualdades naturais sustenta a ideia de que as desigualdades sociais resultam de processos de construção sócio-culturais. Reconhece-se que os indivíduos estão diferentemente dotados de habilidades e condições biológicas, entretanto, cada cultura atribui valores e pesos a estas diferenças, estabelecendo critérios de seleção e avaliação, que conformam os processos de desigualdade social. Assim como o desenvolvimento cultural é dinâmico, também as desigualdades se modificam entre sociedades, e ao longo do tempo numa mesma sociedade. Dessa forma, como também prega Max Weber, para o seu entendimento, é necessário tipificar a desigualdade e os processos que a geram, bem como identificar os marcos valorativo-culturais, as estruturas sociais e as práticas dos atores sociais (ibid.; REIS, 2000).

Salas (2004) apresenta quatro grandes dimensões do conceito de igualdade, baseadas na obra de Turner, reconhecidas na teoria contemporânea sobre o tema: (i) *igualdade ontológica*, sob o argumento moral de que todas as pessoas são iguais; (ii) *igualdade de oportunidades*, que consiste na garantia de que todos, independentemente de suas habilidades, tenham iguais oportunidades; (iii) *igualdade de condições*, onde há um nivelamento das condições de vida dos diferentes grupos sociais, de modo a permitir que todos os indivíduos tenham um aproveitamento máximo da estrutura de oportunidades existente na sociedade; e (iv) *igualdade de resultados*, que expressaria o máximo grau de igualdade, na qual, em qualquer estrutura de oportunidades e condições de acesso dos indivíduos, a estrutura social assegura a todos os seus integrantes, igualdade nos resultados obtidos na fase madura do desenvolvimento.

Essas noções são relevantes para reforçar a ideia de que a equiparação das condições econômicas e sociais afeta o desempenho individual, e que os resultados não dependem somente da capacidade dos indivíduos, mas de fatores conjunturais. Nessa concepção, não resta dúvida que há necessidade de intervenção pública para corrigir as desigualdades originais, por meio do fomento à igualdade em todos os seus aspectos.

Segundo Salas (2004) pode-se pensar em uma "estrutura de oportunidades", que envolve as três grandes dimensões da ordem social: o mercado, o social e o político. As ações devem abarcar estes três âmbitos, "tanto para garantir uma igualdade de oportunidades real entre os indivíduos, como para remover os fatores sociais que impedem a estes partir de condições mais ou menos semelhantes" (ibid., p. 24, tradução nossa).

"Dahrendorf (1983) se propõe trabalhar teoricamente o conceito de 'oportunidades vitais' com o fim de desenvolver uma ferramenta conceitual que permita analisar os fatores sócio-estruturais que favorecem ou inibem o desenvolvimento social e humano" (ibid., p. 26, tradução nossa). O autor considera que esse conceito deve servir para delimitar o que se deseja como orientação ao desenvolvimento social e humano. "As oportunidades são possibilidades de crescimento individual, da realização de capacidades, de desejos e esperanças e estão determinadas socialmente" (DAHRENDORF, 1983, apud SALAS, 2004, p. 28, tradução nossa).

O conceito de "oportunidades vitais" coincide com a noção de "estrutura de oportunidades". Nesta estrutura, pode-se escolher dentre as oportunidades disponíveis, direcionando sua própria vida com liberdade, mesmo que esteja sujeito a algumas restrições e condições sociais. Na concepção de Darhendorf (1983), o indivíduo social constitui vínculos com a estrutura social expressando seus valores que se convertem em ações cotidianas, num fenômeno que ele chama de "ligações sociais".

> Posto que as oportunidades não dependem dos sujeitos mas de marcos institucionais vigentes, e das políticas de promoção da igualdade de oportunidades e condições que operam em uma sociedade, estas podem ser muito amplas, gerando um campo propício para o desenvolvimento individual, ou ao contrário, muito limitadas, submetendo o indivíduo a condições de privações agudas. (SALAS, 2004, p. 28, tradução nossa).

A “teoria da justiça” apresentada por John Rawls em 1971 constitui um novo marco no pensamento filosófico sobre a desigualdade social. “Sua teoria da justiça está diretamente orientada a resolver a dicotomia liberdade-igualdade que caracteriza o debate clássico sobre a desigualdade social, e em geral, a filosofia política” (ibid., p. 30, tradução nossa).

No entender de Salas (2004), Rawls expõe quatro princípios. Primeiramente, a focalização no indivíduo, interessando-lhe, sobretudo, a redução das desigualdades em todos os planos da sociedade, logrando uma ordem social justa. Em segundo lugar,

> (...) define a desigualdade de oportunidades não como um fenômeno individual, mas como um fenômeno ligado ao contexto social em que atuam os indivíduos, estando obrigado a buscar uma saída que permita superar os obstáculos que, atuando como determinações estruturais, dificultam a busca de uma situação de maior equilíbrio social (ibid., p. 30, tradução nossa).

Terceiro, admitindo a existência de desigualdades toleráveis entre os membros de uma sociedade, preconiza a criação de condições institucionais, políticas, sociais e econômicas que garantam um nível de integração e bem-estar aos seus integrantes.

Em quarto lugar, defende o estabelecimento de regras não arbitrárias que permitam uma justa concorrência entre os membros da sociedade, uma vez que todos tenham alcançado um patamar mínimo de desenvolvimento.

Em relação à aceitação de um nível de desigualdade estabelecido, Rawls

> é consciente de que uma redistribuição totalmente igualitária de riqueza socialmente existente é contraproducente por duas razões. Primeiro, pode significar, em longo prazo, uma condição desfavorável para o desenvolvimento social e individual na medida em que anularia os estímulos que favorecem o incremento da riqueza social. Por fim, a medida poderia resultar em um empobrecimento generalizado em longo prazo (ibid., p. 32, tradução nossa).

Rawls propõe uma teoria contratualista, em que os membros de um sistema social estabelecem princípios que conformam a sociedade dentro de um consenso, formulando requisitos sociais, institucionais, morais e jurídicos que compõem uma sociedade mais justa. Neste consenso, seria possível explicar e justificar as concepções de justiça constituídas (SILVEIRA, 2007; RAWLS, 2008).

Um exercício hipotético empregado por Rawls, denominado “posição original”, parte da premissa de que os indivíduos que participam da formulação do contrato inicial são sujeitos racionais e buscarão obter soluções que tragam benefícios para o conjunto (SALAS, 2004). Estes princípios de justiça são escolhidos sob o chamado “véu da ignorância”, onde se desconhece os interesses particulares (RAWLS, 2008). Sob o “véu da ignorância”, as pessoas elegem os princípios de justiça com imparcialidade.

> A idéia fundamental defendida é a de uma sociedade como um sistema eqüitativo de cooperação social, o que implica a pensar nos cidadãos como livres e iguais, isto é, como membros com capacidade cooperativa e na sociedade enquanto bem-ordenada, em que todos aceitam os princípios de justiça política e possuem um senso de justiça (SILVEIRA, 2007, p. 187-188).

Para Rawls, a estrutura se torna justa “quando as vantagens dos mais afortunados promovem o bem-estar dos menos afortunados” (RAWLS, 1969, apud HARVEY, 1980, p. 92).

“Em matéria de combate às desigualdades sociais, a teoria da justiça confere ao Estado um papel protagônico no plano social e moral” (SALAS, 2004, p. 38, tradução nossa). Na perspectiva de Rawls, o Estado deve assumir a responsabilidade na luta pela construção da justiça social, conformando a estrutura de oportunidades que garanta o exercício da liberdade real dos indivíduos numa sociedade democrática.

As críticas elaboradas à teoria da justiça de John Rawls se pautam na homogeneização dos indivíduos, negligenciando as particularidades e os processos históricos, e na desconsideração das diferentes forças sociais que podem agir em prol de um interesse restrito.

A teoria rawlsiana de justiça se torna base para as obras de Amartya Sen, que formula uma proposta alternativa em que o fomento da igualdade de capacidades antecede a universalização dos bens básicos. Sen contribui para o debate sobre as desigualdades sociais estudando sobre as capacidades dos indivíduos para levar o tipo de vida segundo seus valores. Rejeita a ótica utilitarista, que estabelece níveis de bem-estar baseados em bens básicos, e a economicista, que restringe a análise em termos econômicos. Para Sen, o bem-estar está além do indicador de renda.

> A questão central é a qualidade da vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes […] O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na possessão de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável. (SEN, 1990, apud KERSTENETZKY, 2000, p. 118)

Sen estabelece cinco tipos de liberdades que ajudam a promover a capacidade dos indivíduos: (i) *liberdades políticas*, (ii) *facilidades econômicas*, (iii) *oportunidades sociais*, (iv) *garantias de transparência* e (v) *segurança protetora*. A expansão da liberdade possui, ao mesmo tempo, um "papel constitutivo", como fim primordial do desenvolvimento, e um "papel instrumental", como principal meio para alcançar o desenvolvimento (SEN, 2000, p. 52). "As políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades" (ibid., p. 25).

As *liberdades políticas* consistem nas oportunidades de participação nas escolhas políticas. As *facilidades econômicas* referem-se às oportunidades que os indivíduos possuem de acesso ao consumo, produção ou troca, mediante seus recursos disponíveis, as condições de troca, os preços e os mecanismos de mercado. As *oportunidades sociais* são as disponibilidades de serviços de saúde, educação, etc., os quais influenciam fortemente nas condições de vida da população. As *garantias de transparência* estão ligadas às clarezas e legitimidades dos processos, buscando reduzir as incertezas e ações ilícitas. A *segurança protetora* visa impedir algumas mazelas a que a população está sujeita, proporcionando uma rede de segurança social (ibid., p. 55-57).

Harvey (1980) formula uma noção de justiça social que se propõe mais "geograficamente relevante e útil", não desfazendo dos trabalhos anteriores sobre justiça social, mas considerando que estas abordagens permeavam muito mais o âmbito filosófico.

A justiça social para Harvey pressupõe a justa distribuição dos benefícios advindos dos processos de produção. Sugere que a essência da justiça social engloba a ordenação de três critérios: (i) *necessidade* (alimentação, habitação, transportes, saúde, educação, lazer, etc.); (ii) *contribuição ao bem comum* (dispositivos redistributivos) e (iii) *mérito* (contexto que justifica uma alocação de recursos extras para compensar alguma dificuldade social ou natural).

O referido autor desenvolve o conceito de *justiça social territorial*, estabelecendo as seguintes condições para o seu alcance:

> 1 A distribuição de renda deveria ser tal que (a) as necessidades da população dentro de cada território fossem localizadas, (b) os recursos fossem então alocados para maximizar os efeitos multiplicadores inter-territoriais, e (c) os recursos extras fossem alocados para ajudar a resolver as dificuldades específicas emergentes do meio físico e social.
>
> 2 Os mecanismos institucional, organizacional, político e econômico deveriam ser tais que as perspectivas do território menos favorecido fossem tão grandes quanto possivelmente pudessem ser (HARVEY, 1980, p. 99).

Os conceitos de igualdade e justiça social estão presentes nas diversas abordagens que envolvem as desigualdades sociais, por se constituírem ideais que devem ser perseguidos nas políticas voltadas para a sua redução. Os conceitos expostos a seguir representam a realidade de uma grande parcela da população e devem ser trabalhados em conjunto com a análise dos processos de segregação sócio-espaciais, pela íntima relação que os envolve.

2.1.2. Desigualdade e exclusão social

A desigualdade pode ser considerada um traço característico da sociedade capitalista, onde os processos de modernização e crescimento econômico se revertem em acumulação de poupança de forma concentrada em um segmento limitado da população (KLIKSBERG, 2000).

Uma conjunção de forças ligadas à dinâmica da sociedade capitalista resulta na divisão de classes, gerando uma crescente desigualdade e fragmentação social (CORRÊA, 2004, 1989). As distintas classes possuem atividades laborais, padrão de consumo, organização social, práticas culturais e lógica de localização na cidade próprias.

Existem argumentos de que a desigualdade é necessária para a acumulação, e que a transferência de recursos dos ricos para os pobres diminuiria o crescimento econômico em alguns modelos de desenvolvimento. Mas não passam de simples analogias. Entretanto, encontram-se também comprovações, por meio de pesquisas empíricas, que a desigualdade pode constituir um obstáculo ao crescimento, sobretudo em países subdesenvolvidos. “Há relações positivas entre crescimento e

igualdade. Altas taxas de crescimento geram recursos que podem ser usados para promover a igualdade, bem como um alto grau de igualdade ajuda a sustentar altas taxas de crescimento" (STIGLITZ, 1996, apud KLIKSBERG, 2000, p. 20).

Diversas pesquisas comprovam que a redução da desigualdade cria possibilidades de crescimento em diversos níveis, dentre eles, o aumento da formação do capital humano e a melhoria no desenvolvimento tecnológico (fundamentais para o aumento da produtividade), como também, fortalece a sociabilidade, a coesão social e a governabilidade. Uma sociedade com grande número de excluídos é uma sociedade com baixa auto-estima, baixa credibilidade no setor público e limitada nas possibilidades de crescimento.

As desigualdades advindas das transformações sociais e econômicas se traduziram no que alguns autores chamam de "dualização social", que se pauta na existência de dois mundos distintos — o da elite e o da massa excluída (LAGO, 2000).

> A idéia de dualidade, dualização, sociedade dual, no sentido forte do termo, tem este significado. Sociedades com lógica de estruturação, princípios de solidariedade e dinamismo social distintos. Quando não separados ou... opostos. (NASCIMENTO, 1994, apud LAGO, 2000, p. 25).

Exclusão social é um termo pouco preciso e dúbio do ponto de vista ideológico. Grande parte das abordagens possui enfoque único, como ocorrem com as abordagens economicistas, tratando a exclusão como sinônimo de pobreza, ou as centradas no social, privilegiando o conceito de discriminação, desviando-se do ponto principal que envolve o termo, que é a injustiça social (SAWAIA, 1999).

> A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. (ibid., p. 9).

"Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural" (WANDERLEY, 1999, p. 18). Não se trata de um processo individual, mas um processo que está presente em diversas relações da sociedade — econômicas, sociais, culturais e políticas.

Pobreza e exclusão não podem ser considerados termos sinônimos, mesmo que inteiramente articulados. A pobreza pressupõe uma situação de precariedade que conduz a uma situação de exclusão. Numa concepção contemporânea, a pobreza pode ser resultante, não somente como ausência de renda, mas também de ausência ou deficiência no acesso aos serviços públicos e ainda a ausência de poder de decisão. Dessa forma, a exclusão e a pobreza se integram nas situações de desigualdades existentes no processo democrático e na oferta de serviços públicos (ibid.; VÉRAS, 1999).

Ocorre, amiúde, a naturalização do fenômeno da exclusão, com a aceitação dessa condição até mesmo por parte dos excluídos, que se consideram em uma situação de impotência. Essa naturalização fortalece o fenômeno e sua reprodução.

Nessa mesma direção, o direito passa a ser reconhecido como favor. Como afirma Vera Telles (apud WANDERLEY, 1999, p. 24), “a estigmatização da pobreza funciona através da lógica que faz os direitos serem transformados em ajuda, em favores”. A cultura clientelista enraizada nas práticas políticas brasileiras reforça a exclusão, atendendo a uma parcela pequena e privilegiada de beneficiários.

Alguns autores falam de uma “nova exclusão” ou “nova pobreza”, que ocorre na contemporaneidade como efeitos da globalização e do neoliberalismo econômico, onde a classe subalterna (de baixa qualificação profissional) torna-se “desnecessária” ao universo produtivo e à classe dominante. “A especificidade da ‘nova’ exclusão estaria no campo valorativo e não econômico, no qual o rompimento com padrões de sociabilidade aceitáveis transformaria a população miserável de hoje em classe perigosa, pertencente a outro mundo, regido por outras normas” (LAGO, 2000, p. 35). Essa exclusão se faz presente em diversos âmbitos da vida social (WANDERLEY, 1999; VÉRAS, 1999).

> Segundo Oliveira [1997], as classes dominantes desistiram de integrá-la quer à produção, quer à cidadania. Pretendem, sim, é segregar, confinar, em verdadeiro *apartheid* entre classes, um crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente (VÉRAS, 1999, p. 43).

Nesse conceito, a re-estruturação produtiva teria trazido uma nova divisão social do trabalho, não mais baseada na inserção diferenciada no mercado de trabalho, mas na inserção ou não inserção dos trabalhadores no sistema produtivo hegemônico (LAGO, 2000; LIMA, 2005). “A especificidade da nova pobreza na sociedade pós-fordista é seu caráter irreversível e crônico; é a ausência de

expectativas de inserção ou ascensão social que marcaram a dinâmica social e urbana no modelo econômico anterior" (LAGO, 2000, p. 26).

Os processos de exclusão social envolvem e dão base aos processos de segregação sócio-espacial, na medida em que os excluídos se agrupam em áreas sociais segregadas.

2.2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Até o início do século XX, o território brasileiro era constituído de algumas concentrações populacionais relativamente isoladas entre si, e de latifúndios de produção agrícola para exportação. A segregação social já se manifestava na distribuição de terras. De um lado havia um pequeno grupo de proprietários de latifúndios, que formava a elite nacional, e de outro, uma grande massa de trabalhadores rurais (pequenos produtores, assalariados ou meeiros). Nas cidades, se encontravam os profissionais liberais (que geralmente mantinham algum vínculo familiar com os grandes proprietários rurais), comerciantes e pequenos industriais (muitos deles, imigrantes bem sucedidos), que constituíam uma pequena burguesia. Encontravam-se também, os trabalhadores manuais em grande contingente, em precárias condições de trabalho e desprovidos de seguridade social, sobretudo na informalidade. Neste setor, estavam em grande número, os ex-escravos e seus descendentes (SILVA, 2004).

No início do século XX, as cidades se desenvolveram em áreas litorâneas, onde as atividades econômicas estavam ligadas ao comércio exterior, como também em áreas ligadas àquelas por meio de um sistema de transporte. As que não possuíam relação com a circulação internacional de mercadorias mantiveram-se atrofiadas. Assim, eram poucos os núcleos urbanos que se desenvolviam no território brasileiro. A urbanização servia à economia, conformando as cidades para as relações comerciais internacionais. Essas cidades eram objeto de planos e obras de melhoramentos e embelezamento, visando romper com o modelo antigo de cidade colonial (SANTOS, SILVEIRA, 2006; SCHMIDT, 1986; OLIVEIRA, 1982; VILLAÇA, 1999b). Esses planos urbanísticos eram de caráter altamente ideológico, buscando a exaltação do Estado e da burguesia capitalista, como descreve

Benchimol (1992, apud. VILLAÇA, 1999b, p. 193) sobre a remodelação do Rio de Janeiro:

> O termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo — num plano mais imediato — aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e — num plano mais geral — às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas.

A crise econômica mundial de 1930 provocou o começo de uma mobilização populacional de trabalhadores que se desligavam da produção agroexportadora em direção às fronteiras internas e às cidades. Essa mobilização era, muitas vezes, patrocinada pelo Estado, a fim de formar uma massa de trabalhadores que pudesse sustentar os parques industriais que iriam se implantar (MOYSÉS et al, 2005). Mas é ao fim da Segunda Guerra Mundial que se inaugurou um período de grandes modificações na sociedade brasileira, com a intensificação da atividade industrial e a modernização do processo produtivo. A política de industrialização baseada na substituição de importações, parte do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), alavancou um intenso crescimento econômico e criou novas oportunidades de emprego formais nos setores industrial, de comércio e de serviço. Por outro lado, a modernização da agricultura liberou boa parte da mão-de-obra, com a mecanização e o uso intensivo de fertilizantes. Esse período, que se estendeu até a década de 1980, foi marcado pela transição de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade urbana (SILVA, 2004, p. 12).

“O crescimento dos setores industrial e comercial no Brasil seguiu a lógica geral da ‘modernização conservadora’ ou ‘excludente’, propiciando a formação de grandes empresas e conglomerados. O grau de concentração destas atividades econômicas é bastante elevado” (ibid., p. 15). Este modelo, onde os grupos detentores de poder econômico mantinham os seus interesses em detrimento de uma maior distribuição dos recursos, ocasionou o agravamento das desigualdades sociais.

O avanço nas tecnologias de transportes e comunicações permitiu a dispersão das aglomerações. Dessa forma, a expansão das cidades seguiu um

modelo de periferização (por meio de loteamentos legais ou clandestinos), intensificando a pressão por infraestrutura urbana e serviços públicos. No entanto, segundo Piquet (2007, p. 51),

> a intervenção estatal nas áreas urbanas se faz presente sob o comando da variável setorial — transporte, habitação, comunicação — apenas para dotar os centros urbanos das *economias externas* de que o capital necessita. O atendimento das necessidades de consumo coletivo nos centros urbanos não é considerado prioritário, mas sim um elenco de ações que busca viabilizar a industrialização.

A provisão de infraestrutura urbana é, na verdade, um "subproduto" do avanço industrial, segundo interesses hegemônicos (ibid.). Assim, a distribuição dos bens e serviços de consumo coletivo, fundamental para a reprodução social das classes populares, não ocorreu de forma equilibrada. As camadas médias e baixas da população, sacrificadas por essa deficiência na alocação dos recursos, se organizam para reivindicar melhorias nas condições de vida junto ao Estado, gerando os movimentos sociais urbanos, que durante o período militar foram impedidos de se manifestar (SCHMIDT, 1986, p. 9).

Os governos militares atuaram de modo a manter grande parte da população distante das tomadas de decisão e das riquezas produzidas. A tecnoburocracia imperou nas políticas públicas, que visavam acima de tudo ampliar a produção industrial e o crescimento econômico, dando todo o suporte logístico, político e administrativo para que isso ocorresse.

> A preocupação com as cidades, como parte do contexto geral a ser trabalhado e conduzido, por serem os centros de consumo e locais de aglomeração de pessoas, da produção industrial, intelectual e de serviços, sobre os quais o controle poderia ser exercido de modo mais eficiente, levou os governos pós-64 a se empenharem de forma contundente a dotá-las de instrumental convincente para as finalidades do crescimento proposto (MOYSÉS et al, 2005, p. 253).

Era relevante, também, a preocupação com as condições urbanas, nos aspectos ligados à saúde, educação e habitação, entretanto, esses benefícios não se distribuíram uniformemente, seguindo a lógica da concentração de riqueza em um grupo específico da população e fazendo perpetuar a acumulação (ibid.).

Na década de 1980, o país experimentou a pior crise de sua história, agravando os problemas sociais. Não havia postos de trabalhos suficientes para a grande massa de trabalhadores existente nas áreas urbanas, o que causou

substantivo aumento no setor informal, uma busca de meios alternativos de sobrevivência. Os níveis de pobreza ampliaram-se, e os investimentos públicos foram reduzidos, prejudicando principalmente as classes sociais mais carentes e mais dependentes da ação pública.

> Depois de uma década de crises cíclicas, mudou-se radicalmente o estilo de desenvolvimento, rompendo com o modelo anterior. O novo modelo se baseava na abertura comercial e financeira, a diminuição substancial das atividades do Estado (sobretudo de sua participação direta nas atividades produtivas, mediante a privatização de empresas estatais e serviços públicos), a prioridade outorgada à estabilidade macro-econômica (baixa inflação, equilíbrio orçamentário e nas contas externas) e a elaboração de políticas econômicas para atrair investimentos estrangeiros privados (SILVA, 2004, p. 27).

Com a economia brasileira submetida à economia mundial, buscou-se a re-estruturação produtiva, por meio da desconcentração espacial, da horizontalidade na produção e da introdução de novas tecnologias. Os novos postos de trabalho gerados nesse contexto eram voltados para a mão-de-obra com alta qualificação, o que diminuiu as possibilidades de empregos de uma grande massa de trabalhadores (MOYSÉS et al, 2005).

Essa re-estruturação acarretou a redução do emprego formal em todos os setores, ao se recorrer à terceirização dos serviços. O setor informal ganhou espaço na economia, inclusive nas mais avançadas, através da subcontratação de serviços pelos setores formais (SILVA, 2004). Os trabalhadores, nessa condição, se encontram desprovidos de garantias e direitos trabalhistas, numa situação que pode ser denominada “precarização do trabalho” (PIQUET, 2007, p. 106).

O processo de urbanização brasileiro se desenvolveu num quadro de extrema concentração e desigualdades no que concerne à renda, propriedade, atividades e oportunidades de emprego, e gerou uma grande massa de população excluída e carente de acesso à estrutura de oportunidades. Piquet (2007) aponta para uma nova fase que se iniciou nos anos 2000, marcada por incertezas, devido principalmente, ao mercado interno composto por “trabalhadores fragilizados e ameaçados por desemprego”.

Entretanto, a crise estimulou a formação de uma nova política urbana, que teve raízes na década de 60, ficou adormecida no período militar e ressurgiu na década de 1980, contando com a participação da sociedade civil e delegando aos municípios tarefas que eram até então de competência exclusiva do Estado. Esse

modelo ainda difundido em poucas cidades brasileiras possibilita que setores mais fragilizados possam participar das tomadas de decisão e inverter prioridades, de forma a promover significativa redução nas desigualdades sócio-espaciais.

2.3. SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

As mudanças estruturais sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas nas cidades ocidentais capitalistas, sobretudo por meio dos impactos da globalização, colocam em destaque a segregação sócio-espacial. As transformações da base econômica, que alteram estruturalmente o mercado de trabalho, conduzem às elevadas condições de desigualdades e dualização social, de modo que a figura que representa as classes sociais passa de um formato de pirâmide para o de uma ampulheta. As classes médias são suprimidas e os dois extremos aumentam, sendo que a base aumenta em maiores proporções (RIBEIRO, 2005; LAGO, 2000; MARICATO, 2003).

A liberação dos mercados de terra torna os preços imobiliários o mecanismo central que distribui a população no território segundo seu poder aquisitivo. Os serviços urbanos não são ubíquos — as áreas mais ricas dispõem de melhor oferta destes, enquanto os mais pobres ainda estão carentes destes serviços. A oferta de serviços também é determinante no mercado de terras, pois gera valorização diferencial entre as diferentes áreas, atraindo para as áreas mais valorizadas e melhor dotadas de amenidades as classes mais abastadas, deixando para as classes populares, as periferias carentes de serviços e infraestrutura. Esta população é obrigada a pagar mais caro por todo tipo de serviço, como também se onera mais com altos custos de transporte, diminuindo ainda mais a sua renda escassa (SANTOS, 1994; RIBEIRO, 2005; MARICATO, 2003).

Assim, acentua-se a segregação residencial sócio-econômica, criando-se bairros exclusivos para a alta classe. As classes médias em decadência se deslocam para os bairros populares, diminuindo continuamente a mistura social. Criam-se o que Milton Santos (1994, p. 96) chama de “sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais”, alimentando uma dinâmica de segregação sócio-espacial.

A abordagem nos desafia a percorrer diversos conceitos que permeiam este processo espacial e as dinâmicas que o envolvem, visando subsidiar o conhecimento mais aprofundado sobre a segregação e as políticas que podem ser demandadas para o seu "combate". Trata-se de uma abordagem baseada na realidade latino-americana, e particularmente, brasileira, valendo-se dos principais autores que estudam o tema.

2.3.1. Conceitos e definições

O espaço urbano capitalista, como define Corrêa (1989, p. 11),

> é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. (...) A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

A literatura em geral aponta para uma intensa relação entre espaço e estrutura social, e para o fato de que as transformações sociais geram transformações no espaço da cidade. O espaço é superfície para as manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Harvey (1980) e Villaça (1999a), dentre outros autores, reconhecem ainda, que ocorre uma relação dialética, em que o espaço também provoca transformações no social. O desequilíbrio na forma espacial da cidade é determinante para a segregação sócio-espacial. "A segregação residencial sócio-econômica atua como mecanismo de reprodução das desigualdades sócio-econômicas das quais ela mesma é uma manifestação" (LUCO e VIGNOLI, 2003, p. 11, tradução nossa).

Vignoli (2001, p. 11, tradução nossa) identifica dois tipos de segregação. Um primeiro, em termos sociológicos, "significa a ausência de interação entre grupos sociais" (divisão das classes); e outro, no nível geográfico, "significa desigualdade na distribuição dos grupos espaciais no espaço físico". O segundo tipo, de fragmentação e segregação, se firma na sociedade industrial e pós-industrial. Na cidade pré-industrial há maior heterogeneidade social, ou seja, há convivência entre os diversos segmentos sociais em um mesmo espaço da cidade (LUCO e VIGNOLI, 2003, p. 13). Entretanto, a dimensão subjetiva da segregação, de reconhecimento

da existência dos diferentes grupos sociais, é latente (SABATINI e SIERRALTA, 2006, p. 171).

Importante registrar as definições de Castells (2000, p. 249) sobre "estratificação urbana", que se refere a uma correspondência ao sistema de estratificação social (divisão de classes), e "segregação urbana", que ocorre quando há uma significativa distância social expressa no espaço[1]. Nesse sentido, podemos dizer que a segregação urbana está inteiramente relacionada à sociedade dual, de grandes disparidades sócio-econômicas.

A noção de segregação, em sentido geral, se refere às desigualdades existentes na coletividade, separando os indivíduos em grupos categóricos que possuem certas características conceituais, valorativas e hierárquicas. A segregação pode levar em conta diversos âmbitos em que os indivíduos e os grupos se interagem, como a escola, o trabalho, os espaços públicos, dentre outros. A segregação residencial é uma modalidade específica de segregação, "que corresponde aos contrastes de certas características que se verificam entre os residentes das distintas zonas de uma mesma localidade" (VIGNOLI, 2001, p. 14, tradução nossa). É um resultado da distribuição do produto-moradia no espaço, combinado com a distribuição do produto entre os indivíduos (CASTELLS, 2000, p. 252). Segundo Harvey (1975, apud CORRÊA, 1989, p. 65), "as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer (*market capacity*) e estado de consciência". A segregação residencial sócio-espacial é inerente à vida urbana, sendo a mais abordada por teóricos que estudam a segregação sócio-espacial.

> A segregação residencial pode ser definida, em termos gerais, como o grau de proximidade espacial ou de aglomeração territorial das famílias pertencentes a um mesmo grupo social, seja este definido em termos étnicos, etários, de preferências religiosas, sócio-econômicos, dentre outras possibilidades (SABATINI, CÁCERES e CERDA, 2001, p. 5, tradução nossa).

---

[1] Isso resulta em dizer que nem sempre a estratificação urbana é acompanhada da segregação urbana, pois a primeira está relacionada a uma situação de divisão de classes com certa regularidade, e a segunda ocorre quando essa divisão de classes se dá em situações de extrema desigualdade.

Nos Estados Unidos, a tradição de estudos sobre segregação residencial se concentra na segregação racial. Na América Latina, os estudos se pautam na segregação residencial sócio-econômica, sobre a qual se imputam as iniquidades das desigualdades sócio-econômicas (VIGNOLI, 2001, p. 12).

A segregação sócio-espacial, ou a segregação residencial sócio-espacial, pressupõe três dimensões básicas: (i) a concentração residencial de determinados grupos sociais em algumas áreas específicas da cidade; (ii) o alto grau de homogeneidade social destas áreas; e (iii) a percepção subjetiva sobre a segregação que envolve as duas primeiras características, tanto para os indivíduos que pertencem a um grupo segregado, como para os que estão fora deles (SABATINI e SIERRALTA, 2006, p. 171; LUCO e VIGNOLI, 2003, p. 9).

As duas primeiras são as dimensões objetivas da segregação. A primeira indica que todos os indivíduos de uma mesma classe, ou a maioria, estão localizados numa mesma área, e não dispersos pelo território. A segunda diz respeito à ausência de mistura de grupos sociais, à total segregação de um grupo. “Assim, se originam zonas homogêneas em um contexto heterogêneo, o que provavelmente dificulta a interação (ou ao menos o encontro) com outros grupos sociais” (VIGNOLI, 2001, p. 12, tradução nossa). Formam-se, então, as áreas sociais, unidades espaciais de alta homogeneidade social. Na cidade pré-industrial, as elites estavam concentradas espacialmente. Porém, conviviam com as classes sociais de menor poder aquisitivo, tornando a área em que se situavam pouco homogênea (SABATINI e SIERRALTA, 2006, p. 171).

A dimensão subjetiva da segregação se refere ao reconhecimento da exclusão dos indivíduos, que provoca a desintegração social e à estigmatização de algumas áreas, associando-as a modos de vida específicos, de forma a atrair ou repulsar os diferentes grupos entre si.

Um ponto importante a ressaltar, mas que será melhor abordado mais adiante, é relativo à escala de análise. Dependendo de sua abrangência os resultados podem variar. Por exemplo, se observamos o conjunto dos grupos, serão detectadas destacadamente as zonas homogêneas, em situação de segregação. Pelo contrário, se abordamos a escala no nível do grupo essa distinção não será detectada e se observará um conjunto homogêneo. Dessa forma, é necessário que se adote uma escala de análise adequada à escala da cidade e de seus fenômenos sociais, caso contrário, podem ocorrer equívocos analíticos e soluções inadequadas.

2.3.2. Processos e práticas espaciais de segregação

Para compreender os processos de segregação sócio-espacial nas cidades, devemos entender seus antecedentes, sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações com outros campos. Como foi dito anteriormente, a segregação sócio-espacial resulta em áreas sociais distintas, de forte homogeneidade social interna.

"As áreas sociais (...) são o resultado de processos sociais e práticas engendradas por agentes sociais com interesses, contradições e conflitos" (CORRÊA, 2004, p. 53). As práticas espaciais podem ser entendidas como "um conjunto de ações espacialmente localizadas, que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou preservando-o em suas formas e interações espaciais" (ibid., p. 53). As práticas espaciais atuam sobre os processos espaciais, que são os responsáveis pela organização desigual e inconstante da cidade capitalista.

> Os processos espaciais envolvem um longo período de tempo, diversos agentes sociais e amplos espaços. As práticas espaciais, ao contrário, dizem respeito a um curto período de tempo, um tipo particular de agente social e é, em muitos casos, espacialmente pontualizada. Um mesmo processo espacial pode conter diversas práticas espaciais; por outro lado, uma mesma prática espacial pode vincular-se a diversos processos espaciais (ibid., p. 54).

O espaço é, então, fruto de diversas forças que atuam em diversas direções, refletindo as lutas dos diversos grupos por localizações (VILLAÇA, 2001, p. 148).

Segundo Castells (2000, p. 262), baseando-se na análise da segregação urbana nos Estados Unidos, o espaço residencial se sujeita a um conjunto de determinações: (i) em *nível econômico*, que diz respeito à divisão do produto entre os sujeitos e à correspondente distribuição das moradias; (ii) em *nível político-institucional*, cujo sistema tende a reforçar a segregação, agindo em função dos interesses da classe dominante; (iii) em *nível ideológico*, na medida em que símbolos ideológicos interferem nas leis econômicas do mercado de moradias, e relativo à autonomia ideológica de certos grupos que reforça as distâncias sociais; e (iv) em *nível da luta de classes*, onde se pode verificar a formação de "guetos", pela intensa oposição entre classes, como também pode haver a mistura social, onde ocorre subordinação total e dominação de uma classe sobre outras.

É mister para a compreensão dos processos espaciais de segregação, a análise dos agentes sociais envolvidos na produção do espaço. São eles que, através de práticas espaciais, irão conformar a cidade. Iremos adotar a classificação apontada por Corrêa (1989, p. 12): (i) os proprietários dos meios de produção; (ii) os proprietários fundiários; (iii) os promotores imobiliários; (iv) o Estado; e (v) os grupos sociais excluídos; e ainda, acrescentaremos mais um grupo de atores: (vi) a classe dominante.

Os *proprietários dos meios de produção* são grandes consumidores do espaço urbano, tendo em vista o porte de suas atividades. Geralmente, para a instalação de plantas industriais são buscados terrenos de baixo custo, situados em locais periféricos. Estes equipamentos requerem infraestrutura urbana, que é pleiteada junto ao poder público para viabilizar sua instalação, o que pode provocar posterior aumento do custo da terra nas proximidades de sua planta. Quem lucra a partir desta dinâmica são os proprietários das terras lindeiras, que passam a vender seus lotes por preços maiores. E por outro lado, fica mais difícil a aquisição de terras pela classe de baixa renda (CORRÊA, 1989).

Os *proprietários de terras* estão interessados em aumentar o valor de uso dos imóveis, visando extrair o máximo de mais-valias fundiárias. O valor de uso é dado, basicamente, por sua localização (acessibilidade ao centro de comércio e serviços) e pelas facilidades ou proventos que esta localidade pode oferecer (equipamentos públicos e privados, transporte). Assim, os proprietários buscam transformar suas terras em “mercadorias” rentáveis, atraindo para a localidade o maior número de equipamentos, na tentativa de reproduzir as localizações mais valorizadas da cidade. Atuam, muitas vezes, na expansão da cidade, buscando a transformação de suas terras rurais em urbanas, por meio de pressão junto ao poder público para a mudança da legislação, visto que a terra urbana é mais valorizada. As terras em locais privilegiados, por sua condição de acessibilidade ou de recursos naturais aprazíveis, criam bairros destinados à elite. Os terrenos mais periféricos e sem atrativos, podem ser negociados ilegalmente, formando loteamentos populares, com um mínimo de infraestrutura. Tempos depois, são legalizados e providos de alguma infraestrutura por pressão da população residente ao Estado. Isso gera nova valorização fundiária que favorece mais uma vez os proprietários de imóveis (VILLAÇA, 2001; CORRÊA, 1989).

Os *promotores imobiliários* vão realizar todas as operações necessárias para executar a incorporação. Estes agentes não têm interesse em produzir habitação para as classes populares, por se constituir pouco rentável, salvo quando há subsídio ou crédito por parte do Estado. Dirigem-se, fundamentalmente, para a construção de empreendimentos voltados para a classe alta. Assim, os promotores procuram os terrenos com boas características (acessibilidade, segurança, serviços) para criar áreas de alto *status*, voltados exclusivamente para a população rica. Atuam de modo a "moldar" localidades segundo paradigmas embutidos na ideologia dominante, para atrair o mercado de alta classe. "A ação dos agentes imobiliários se baseia na constante transformação da divisão sócio-espacial, produzindo a obsolescência de determinados espaços e abrindo novas fronteiras de valorização através de áreas antigas ou da abertura de novos espaços de urbanização" (LAGO, 2000, p. 41). Essa atuação tende a reforçar a segregação, visto que se produzem áreas valorizadas (muitas vezes sob pena de expulsar uma população residente de menor renda), inacessíveis à maioria da população, que se vê sem muitas escolhas além dos conjuntos populares e os assentamentos irregulares na periferia (CORRÊA, 1989).

O *Estado* pode atuar "diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos" (CORRÊA, 1989, p. 24). Quando atua como proprietário de meios de produção, organiza diretamente o território afetado, modificando sua natureza e fomentando o uso nas proximidades. A localização dos conjuntos habitacionais empreendidos por órgãos públicos foram ao longo da história e ainda são determinantes para os eixos de expansão das cidades. Neste caso, o Estado atua como um promotor imobiliário, mas já levando para estas localidades a infraestrutura necessária para a formação de aglomerados, que se tornarão novos alvos dos promotores imobiliários e esperança de lucros para os proprietários de terra.

A legislação urbanística municipal, muitas vezes se subordina ao mercado imobiliário resguardando algumas áreas para seus empreendimentos. De outro lado, a tolerância da administração pública em relação às ocupações ilegais, de uma massa que não possui acesso ao mercado legal ou às políticas públicas habitacionais, alimenta a reprodução de urbanizações precárias frequentemente em

áreas de proteção ambiental ou áreas de risco, que depois de instaladas requerem esforço dobrado para a sua regularização e re-estruturação física (MARICATO, 2003; CORRÊA, 1989). A política fiscal que relaciona o custo dos imóveis com o valor dos impostos, apesar de aparentemente constituir-se como mais justa, corrobora com a segregação por aumentar o custo de localização em áreas de melhor infraestrutura.

Por fim, enfocamos a atuação do poder público que mais nos interessa nesse estudo, que são os investimentos para implantação de equipamentos e serviços públicos. Estas obras interessam a toda a população por se tratarem de bens coletivos indivisíveis, e são alvos de inúmeras reivindicações de movimentos populares e de barganhas políticas. Entretanto, tende a privilegiar aos grupos dominantes, aliados aos que estão no poder. Muitas vezes ocasionam a expulsão de uma população residente de baixa renda, por gerar valorização imobiliária na região, substituindo-os por grupos de maior renda[2]. "A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações" (CORRÊA, 1989, p. 26).

Os *grupos sociais excluídos*, na verdade, atuam na medida do que lhes é possível. Suas possibilidades de moradia se restringem a áreas consolidadas degradadas, casas produzidas através da autoconstrução em áreas periféricas, conjuntos habitacionais produzidos e subsidiados pelo Estado e os assentamentos precários (ou favelas). Sobretudo nesta última modalidade, os grupos sociais excluídos atuam de modo independente dos demais agentes, ocupando áreas geralmente impróprias para os assentamentos urbanos, como áreas de risco (encostas, áreas alagadiças) ou de proteção ambiental (matas, mangues, mananciais), numa estratégia de busca pelo direito à cidade.

> A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas

---

[2] Este processo é chamado "gentrificação", do termo original *gentrification,* definido por Hamnet (1984, apud BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 23) como "um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiário e imobiliário".

> residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infra-estrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta urbanização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros (CORRÊA, 1989, p. 31)

A segregação espacial que esse grupo desenvolve pode ser caracterizada como “involuntária”, visto que ela ocorre, sobretudo, por forças externas a este grupo, e não por escolha própria (VILLAÇA, 2001).

A *classe dominante* atua na autossegregação, de forma “voluntária” (VILLAÇA, 2001), na medida em que seleciona para si as melhores áreas da cidade, dotadas de melhores equipamentos e serviços, sejam públicos ou privados. Este grupo segrega os demais grupos sociais por meio do controle do mercado de terras e incorporações imobiliárias, mantendo uma reserva para a reprodução de seus “iguais”, evitando a mistura social. Portadores de modelos culturais inovadores, este grupo seleciona localizações exclusivas na cidade buscando o seu reconhecimento social (RIBEIRO, 2005). Atua também por meio do controle das ações estatais, direcionando para as áreas de alta renda os maiores e melhores investimentos.

Este grupo também determina a dinâmica da segregação por meio da instauração de uma ideologia dominante, que naturaliza os processos e universaliza o particular. Assim, o que a elite pensa passa a ser um processo natural e incorporado por todos. Um exemplo foi a perda de interesse por certas áreas da cidade, como fizeram com os centros antigos, e o deslocamento para outras áreas da cidade, configurando-as de acordo com os novos paradigmas urbanos. Este fato foi um dos principais fatores que levaram à desvalorização dos núcleos originais das cidades. Em processo contrário, algumas áreas são objetos de re-estruturação ou renovação urbana, atraindo moradores das classes mais abastadas, o que resulta na gentrificação (VILLAÇA, 1999a, 2001; CORRÊA, 1989).

As práticas espaciais podem ser traduzidas em processos que conduzem à segregação sócio-espacial nas cidades. Podemos, então, refletir sobre as causas da segregação através desses processos. Autores como Villaça (1999a), Lago (2000), Caldeira (2000), Vignoli (2001), Maricato (2003), Marques (2005) e Torres (2006) apontam para as causas elencadas a seguir: (i) a re-estruturação econômica e as consequentes mudanças no mercado de trabalho; (ii) a liberação dos mercados de terras, que permitiram o atrelamento do valor do solo ao nível sócio-econômico da

população residente; (iii) a ação seletiva do Estado — direta ou indireta; (iv) as pretensões de exclusividade das classes abastadas; (v) as condições de insegurança nas cidades, provocando a busca de locais afastados e protegidos pelos grupos de maior poder aquisitivo.

Diversos autores associam as alterações no mercado de trabalho, geradas pela re-estruturação produtiva (crise do fordismo/flexibilização da produção), às mudanças na estrutura social, tendendo à "dualização social". Essa tese evidencia

> o forte crescimento das categorias profissionais superiores no setor terciário dominante e das categorias inferiores empregadas nos serviços de consumo (restaurantes, hotéis etc.) e de escritório. A tese pressupõe, ainda, a diminuição das categorias profissionais médias, inclusive a dos operários qualificados, em função da crise do setor industrial (LAGO, 2000, p. 22).

Lojkine (1997, p. 342) julga que ocorre a mudança de uma oposição entre "proprietários dos meios de produção" e "produtores", para uma nova oposição entre "fração capitalista dominante" e as "camadas não monopolistas". Aponta para uma divisão do trabalho material e intelectual. No plano da ocupação do espaço urbano, esta nova divisão é materializada "por uma segregação entre novos usuários dos grandes centros urbanos (atividades de direção dos grupos monopolistas e do Estado) e o conjunto das classes ou camadas sociais excluídas dos grandes meios de comunicação e decisão" (ibid., p. 344).

Nessa perspectiva, há uma forte tendência de polarização das classes extremas e redução das classes médias, que é refletida na conformação espacial, destinando os espaços mais valorizados exclusivamente para ricos e outros de baixo padrão para a classe pobre. Enquanto no sistema fordista pensava-se nas possibilidades de ascensão social, e se asseguravam as garantias do Estado do Bem-Estar, a sociedade pós-fordista não possui expectativas de mobilidade social, suas chances de ascender são mínimas (LAGO, 2000; VIGNOLI, 2001).

Grande parte dos autores que tratam da segregação enfoca o papel do mercado imobiliário como o ator que controla a produção imobiliária, especula com terras desocupadas, retém as melhores localizações e lucra absurdamente com as melhorias ocorridas no espaço urbano. Ademais, exclui as classes baixas do acesso à produção imobiliária. Assim, a população pobre irá se assentar nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, geralmente às margens da lei, em regiões

desvalorizadas (VIGNOLI, 2001; MARICATO, 2003; MARQUES, 2005; TORRES, 2006).

Outros autores centraram esforços nos estudos sobre os efeitos das ações diretas ou indiretas do Estado sobre a segregação sócio-espacial. Uma primeira linha aborda o poder regulador do Estado sobre o território (ação indireta). Por meio da legislação urbanística, o poder público destina previamente os espaços destinados para a ocupação de cada classe, utilizando instrumentos de regulação e de indução, como a instituições de índices favoráveis a construção de edificações verticais voltadas para a alta classe nas áreas valorizadas, e a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em áreas periféricas, ratificando a segregação e o afastamento dos pobres do núcleo urbano. A ausência de ação em relação às políticas habitacionais, também conduz à segregação, seja pela falta de oferta de habitações populares (subsidiadas ou de financiamento especial), seja pela tolerância reguladora diante das ocupações ilegais (ausência de fiscalização) (MARICATO, 2003; MARQUES, 2005; TORRES, 2006).

> Muitos são os fatores que determinam quando a lei é aplicada ou não. Um nos parece principal. Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, 'sobram' para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado. As áreas públicas ocupadas estão localizadas, geralmente, nas periferias esquecidas (MARICATO, 2003, p. 159).

O poder de transformação espacial do Estado (ação direta) e seus reflexos na segregação espacial é alvo de diversos autores. Estes apontam para os efeitos de algumas intervenções executadas pelo poder público: a valorização excessiva de algumas áreas da cidade, que podem causar a substituição de grupos sociais de baixa classe por grupos de maior poder aquisitivo; os programas de remoção de favelas e as construções de grandes obras de infraestrutura que deslocam as populações residentes; e a construção de conjuntos habitacionais populares em áreas periféricas, consumando a segregação sócio-espacial na própria intervenção. Também, chama-se atenção para o maior volume de investimentos realizados nas áreas de alta renda, aumentando os efeitos positivos de aglomeração nestas

localidades (VILLAÇA, 1999a, 2001; VIGNOLI, 2001; MARQUES, 2005; TORRES, 2006).

Vignoli (2001) e Castells (2000) assinalam a resistência das elites em relação à mistura social. Possíveis causas dessa resistência são: discriminação, medo da violência e receio de desvalorização imobiliária. A insegurança das áreas urbanas muito dinâmicas leva à fuga das elites desses centros para loteamentos afastados, cercados de toda segurança (CALDEIRA, 2000). O pretexto da busca por locais mais aprazíveis, tranquilos e com maior contato com a natureza justifica o interesse obscuro de evitar a mistura social.

2.3.3. Padrões espaciais

A segregação sócio-espacial pressupõe divisões espaciais entre diferentes grupos sociais. Estas divisões seguem lógicas de localização desses grupos, e podem ser traduzidas em padrões de segregação, os quais são objetos de estudo de diversos teóricos desde o século XIX. Villaça (2001), Corrêa (1989, 2004) e Ferrari (1991), abordam estas teorias apresentando os três principais modelos de segregação desenvolvidos por Kohl, Burgess e Hoyt.

Em 1841, Kohl generalizou a distribuição espacial dos grupos sociais da Europa continental, na realidade da cidade pré-industrial. Segundo esse modelo, as elites residiam junto ao centro e os pobres na periferia, dispostos em círculos concêntricos.

> A lógica deste padrão residia no fato de que, na metade do século XIX, assim como anteriormente, a mobilidade intra-urbana era muito limitada e a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas: o governo, através do palácio, a Igreja, as instituições financeiras e o comércio a longa distância (CORRÊA, 1989, p. 68).

Baseado nas cidades norte-americanas da década de 1920, Burgess desenvolve um padrão de segregação residencial em que os pobres se instalam na área central, enquanto as elites residem em “aprazíveis subúrbios” (ibid.). Este fenômeno ocorre no momento em que o centro da cidade passa a não satisfazer os anseios das classes dominantes, e então, é abandonado por elas. Assim, essa

região passa a ser acessível às camadas populares, que dela se apropria (VILLAÇA, 1999a, 2001). Esta fase se daria com o processo de industrialização das cidades.

O modelo de Hoyt, desenvolvido em 1939, não se baseia no padrão de círculos concêntricos, mas em setores que se formam a partir do centro. As áreas de maior *status* se desenvolvem em locais com maiores efeitos de aglomeração (serviços, comércio, sistema viário, potencial paisagístico), rodeadas pelos setores de população de médio *status*. No lado oposto dispõe-se um setor formado pela população de baixo *status*. A lógica desse modelo se pauta na autossegregação das classes mais altas, que buscam as áreas mais bem localizadas e mais agradáveis da cidade, controlando a ocupação deste território (CORRÊA, 1989).

A cidade latino-americana combina a coexistência dos três padrões apresentados anteriormente. O trabalho de Yujnovsky (1971, apud. CORRÊA, 1989) desenvolve um modelo evolutivo, o qual o autor afirma passar por três períodos. O primeiro que engloba o período colonial, do século XVI até a segunda metade do século XIX, se conforma segundo o modelo identificado por Kohl, com a elite residindo no centro. O segundo se estende até cerca de 1930, quando se introduz o transporte nas cidades, permitindo uma pequena expansão do núcleo original, que faz emergir novas áreas e reconfigurar outras: (i) algumas chácaras situadas na periferia se convertem em residência principal da elite, e criam-se loteamentos de alto *status*, dotando seu sítio de toda a infraestrutura necessária; (ii) classes populares ocupam os velhos casarões da área central; (iii) as classes médias se instalam em alguns locais da periferia ou em áreas próximas do centro. O terceiro período, que se inicia por volta de 1930, é marcado pela ampliação da segregação das classes de alto *status*, que permaneciam em seus locais de preferência, e pelos processos migratórios, que alastrou o processo de periferização, via loteamentos populares (legais ou clandestinos) e conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado.

A segregação espacial capitalista é extremamente dinâmica, podendo alterar-se por diversas questões ligadas à dinâmica própria da cidade (processos e práticas), e em curto período de tempo. Dessa forma, podemos encontrar diversos padrões de segregação de acordo com as diferentes realidades.

Novos padrões de segregação sócio-espacial tendem basicamente para dois tipos. Um primeiro se refere à transformação de áreas degradadas através de

renovação[3] ou requalificação[4] urbana em espaços “gentrificados”, sejam centrais ou periféricos, excluindo a população pobre pelo custo de acesso e pelo custo de vida imposto (LAGO, 2000). Outro modelo se caracteriza pela criação dos chamados “bairros-jardins”, localizados fora dos limites urbanos, cercados de muros, reproduzindo em seu interior todas as amenidades condizentes com este novo estilo de vida[5]. Teresa Caldeira (2000) os denomina “enclaves fortificados”, onde os ricos se enclausuram e se estabelecem verdadeiros “muros sociais” que reforçam a segregação entre os grupos populacionais.

2.3.4. Efeitos da segregação sócio-espacial

Na dinâmica urbana, a própria segregação residencial reproduz as desigualdades sócio-econômicas, reforçando as condições de exclusão e desagregação social de uma grande parcela da população. De um lado, os ricos se enclausuram, buscando exclusividade residencial, de modo que concentram para si diversas amenidades e serviços que a cidade oferece, e evitam compartilhar a vida cotidiana com as classes de menor poder aquisitivo. De outro, as classes baixas se encontram isoladas e com suas possibilidades restritas.

A segregação espacial influi diretamente no acesso à estrutura de oportunidades, que proporciona possibilidades de ascensão social e melhoria na qualidade de vida. Essa estrutura pode ser dividida em dois conjuntos: (i) acesso ao mercado de trabalho; e (ii) acesso às políticas públicas (MARQUES, 2005).

Conforme alguns estudos, a segregação gera efeitos sobre os ativos dos bairros pobres. Dependendo do grau de segregação em que um dado bairro se encontra, os ativos podem se inserir de forma proveitosa ou não na estrutura de oportunidades disponível naquela sociedade. A situação de isolamento de um grupo pode restringir as redes sociais (falta de vínculos com outras classes sociais), reduzindo as chances no mercado de trabalho.

---

[3] Renovação urbana é “ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes em uma área degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações” (CARTA DE LISBOA, 1995).

[4] Requalificação urbana é uma “estratégia de gestão que engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma área” (CARTA DE LISBOA, 1995).

[5] Estes condomínios oferecem diversos serviços que permitem que seus moradores não tenham necessidade de ultrapassar seus muros, vivendo num mundo próprio das elites.

> Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço), independente de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser a condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2007, p. 107).

A segmentação educacional também é preocupante, pela diferenciação social que se firma e pela perda de possibilidade de interação na formação de um corpo social e capital social (indiferente de *status* social) para o mercado futuro (MARQUES, 2005; VIGNOLI, 2001; LUCO e VIGNOLI, 2003).

> Conforme aumenta a segmentação entre os estabelecimentos educativos, aumenta também a probabilidade de que os membros de um estrato social só se encontrem em uma relação cara a cara com membros de outros estratos sociais no mercado de trabalho, onde as relações já estarão marcadas por padrões hierárquicos próprios da organização do mundo laboral (KAZTMAN, 2005, p. 215, tradução nossa).

Diversos estudos afirmam que os indivíduos que crescem em bairros com alta concentração de pobreza são levados a diversos efeitos nocivos, como baixo rendimento escolar, gravidez na adolescência, atos criminosos e dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Estes estudos ainda carecem de melhores explicações, mas é evidente que a ocorrência desses efeitos nocivos conduz a situações de pobreza e aumento da segregação (MARQUES, 2005; KAZTMAN, 2005).

Estudos sobre o “efeito vizinhança”, destacando distância física e isolamento do centro urbano, qualidade dos serviços locais e exposição à violência urbana, possuem certa tradição nos Estados Unidos (onde o componente étnico é preponderante) e na América Latina. Estabeleceu-se uma relação com o risco social, afirmando que o bairro tem efeito sobre o grau de inserção no mercado de trabalho (LUCO e VIGNOLI, 2003). Investigações empíricas apontam para o

> efeito de “estigma residencial”, pelo qual pessoas com características similares têm rendimentos e níveis de desemprego diferentes, dependendo do bairro em que residem. A idéia é que residir em um bairro segregado (homogeneamente pobre isolado, com má “reputação”) é uma barreira de

> entrada e um fator de depreciação das pessoas no mercado de trabalho (LUCO e VIGNOLI, 2003, p. 54, tradução nossa).

A segregação pode ser associada à baixa qualidade das moradias, aos riscos ambientais e aos problemas de saúde pública. Estudos de outros países indicam uma relação entre os problemas supracitados e a perda nas horas de trabalho, diminuição nos rendimentos e aumento dos gastos, devido a doenças e gastos com medicamentos (MARQUES, 2005).

A segregação também se reproduz em áreas de assentamentos precários e loteamentos irregulares. Geralmente, nestas áreas a oferta de serviços públicos é reduzida, devido às barreiras institucionais existentes para a realização de investimentos públicos nessa situação. Há dificuldade de ação do poder público nestas áreas pelo caráter de conivência com as irregularidades — há diversas ações anteriores às intervenções para a regularização dessas áreas (ibid.).

Ocorre, por consequência de toda a precariedade existente, a debilitação na vida comunitária das camadas populares, que têm perdido sua capacidade de ação coletiva. Os processos políticos tendem a privilegiar os grupos mais fortes e com maior poder de barganha (LUCO e VIGNOLI, 2003; HARVEY, 1980). Comumente, os ricos e bem estruturados conseguem atrair benefícios, enquanto os pobres têm suas oportunidades restritas. Villaça (2001, p. 321) afirma que

> quanto mais essas camadas (ricas) se concentram em determinada região da cidade, mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos. Quanto mais o conseguem, mais vantajosa essa região se torna para aquelas camadas e mais difícil se torna, para elas, abandonar essa direção de crescimento.

A localização diferenciada de ofertas de bens e serviços num sistema urbano tem efeitos diretos na renda real dos indivíduos e na segregação. “A distribuição diferenciada dos benefícios líquidos gerada pelas ações do Estado repercute na renda da terra, nos custos de moradia e consequentemente sobre a segregação residencial segundo grupos de rendimento” (TERRA, 2007, p. 33).

Harvey, em “A justiça social e cidade” (1980), apresenta a relação entre a forma espacial e a renda real dos indivíduos. A acessibilidade aos bens públicos e facilidades e a proximidade com efeitos externos (positivos ou negativos) influem diretamente na renda real e no bem-estar dos cidadãos. A acessibilidade está ligada ao “preço social que as pessoas são forçadas a pagar, para ter acesso a certas

facilidades, (...) algo que pode variar desde o simples custo direto envolvido no transporte até o preço emocional e psicológico imposto a um indivíduo que tem resistência intensa a fazer alguma coisa" (HARVEY, 1980, p. 45), como enfrentar uma longa fila de espera. A proximidade se refere a custos impostos à moradia, como uma fonte de poluição ou barulho.

Dessa forma, comunidades com *status* sócio-econômico semelhantes, situadas em estruturas urbanas com ofertas diferenciadas de bens e serviços públicos possuem possibilidades de ascensão social diferentes. Os indivíduos da área melhor servida possuem um adicional na renda real, em comparação aos que não possuem acesso aos bens e serviços. Estes últimos estão mais sujeitos à vulnerabilidade social e agudização da pobreza.

> Portanto, os processos de segregação e desigualdades sociais no espaço se encontram imbricados, separando grupos, distribuindo desigualmente os benefícios da urbanização e criando incentivos para que as ações dos vários produtores do urbano repitam e reforcem esses processos ao longo do tempo. O resultado combinado desses processos é a superposição de problemas e a redução de oportunidades em certas regiões da cidade (MARQUES, 2005, p. 44).

2.4. SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.4.1. O papel do Estado na segregação sócio-espacial

As mudanças no processo produtivo e na economia provocaram alterações estruturais na sociedade, suprimindo as classes médias, e a dividindo em dois blocos: uma minoria constituída pelo grupo capitalista dominante, e outra grande massa de trabalhadores. A segregação urbana é posta como reflexo dessa "divisão do trabalho material e intelectual" (LOJKINE, 1997, p. 343), representada de um lado, por zonas centrais de produção intelectual, comércio e serviços sofisticados, e residências de alto padrão; e de outro, pelas zonas periféricas, onde se localizam atividades de execução e a reprodução da classe trabalhadora, muitas vezes em condições precárias de vida. Esta segregação espacial é fruto de uma seleção da renda fundiária, do mecanismo de mercado, que se baseia na seleção de terras mais valorizadas voltadas para os grupos monopolistas.

A ação estatal é, geralmente, seletiva, devido à distribuição desigual dos investimentos urbanos voltados para os meios de consumo coletivos, e subordinada à lógica de acumulação do capital.

> A planificação estatal representa com efeito a resposta mais coerente do modo de produção capitalista para "acertar" as contradições econômicas e sociais que o solapam; mas na medida em que ela se mostra incapaz, a longo prazo, de dominá-las realmente, na medida em que a planificação estatal aparece subordinada não a uma lógica de controle racional, pela sociedade, de seu desenvolvimento coletivo mas sim à lógica de acumulação do capital privado, a planificação assim como o conjunto da política estatal agem menos como instrumento de regulação do que como revelador de uma sociedade retalhada pelo conflito de classes antagônicas (LOJKINE, 1997, p. 343).

Kowarick (1979) aponta para dois processos que, interligados, são determinantes para os problemas habitacionais, refletindo na segregação. O primeiro diz respeito às condições precárias dos trabalhadores. O segundo se refere ao que o autor chama de "espoliação urbana", o conjunto de "extorsões" que ocorrem pela inexistência ou precariedade dos bens e serviços de consumo coletivo, considerados socialmente necessários para a subsistência. Segundo o autor, o papel do Estado é fundamental, por ser o agente responsável por prover os bens e serviços de consumo coletivo que garantem a reprodução da força de trabalho.

Harvey busca avaliar os efeitos de "mecanismos ocultos" de redistribuição de renda que geram desigualdades no sistema urbano. Estuda "como as mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais, que operam a cidade, provocam mudanças na renda do indivíduo" (HARVEY, 1980, p. 42).

As alterações em um sistema urbano realizadas por qualquer elemento, da atividade pública ou privada, podem gerar efeitos diretos ou indiretos no bem-estar dos cidadãos. A localização de ofertas de bens num sistema urbano tem efeitos diretos na renda real dos indivíduos. "As mudanças neles podem ser um fator de redistribuição de renda; e, por isso, uma fonte potencial de desigualdade de renda. O processo político tem influência profunda sobre a localização dos custos e benefícios externos" (ibid., p. 48). Segundo Harvey, são os bens públicos que estão em jogo. As decisões locacionais de investimentos é que conformam a estrutura urbana e têm intensa responsabilidade na qualidade de vida dos indivíduos, pois a renda real destes se altera segundo os recursos disponíveis advindos dessas escolhas.

Do exposto, entende-se que há uma estreita relação entre a renda real e as decisões políticas. Harvey (1980, p. 60) interpreta a atividade política "como um modo de lutar e barganhar o uso e controle dos 'mecanismos ocultos' da redistribuição", e afirma que nesses processos de barganha, a redistribuição de renda advinda desses mecanismos ocultos tende "a beneficiar o rico e a enfraquecer o pobre". Isso se deve à desigualdade de recursos úteis ao processo de barganha entre os grupos.

Seguindo a mesma linha, Vetter e Massena (1981) demonstram que a ação do Estado tem impactos diretos na segregação residencial. As intervenções públicas de forma seletiva alteram a renda do solo e beneficiam o mercado imobiliário, que se apropria dos benefícios da valorização gerada por tais ações por meio da especulação. Esses autores estudaram os impactos e as formas de apropriação destes investimentos na estrutura espacial da cidade, por meio da análise:

> a) da localização dos investimentos dentro do espaço urbano e sua área de impacto; b) do efeito dessa localização sobre a estrutura dos preços na área beneficiada, especialmente sobre a renda da terra (*site rent*); c) das mudanças na segregação residencial segundo grupos de rendimentos resultantes das modificações na superfície de renda da terra, nas tarifas dos serviços públicos e nos impostos locais; e d) da influência dessa segregação residencial sobre a incidência dos investimentos públicos nos períodos subseqüentes, uma vez que o poder dos diferentes grupos sociais para influenciar o governo não é o mesmo (VETTER e MASSENA, 1981, p. 53).

A avaliação da apropriação dos benefícios líquidos gerados pelos investimentos do Estado é considerada essencial para a análise da estrutura espacial da cidade. Segundo Vetter e Massena (1981), esses investimentos dão início a uma cadeia de causação circular[6] que alimenta os processos de segregação sócio-espacial (figura 2).

---

[6] A teoria da causação circular foi desenvolvida por Myrdal, no livro *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (1968). Trata-se de um processo em que as mudanças que ocorrem em uma variável provocam alterações nas outras, de modo a fortalecer a primeira, seguindo-se de efeitos sobre as outras, e assim sucessivamente.

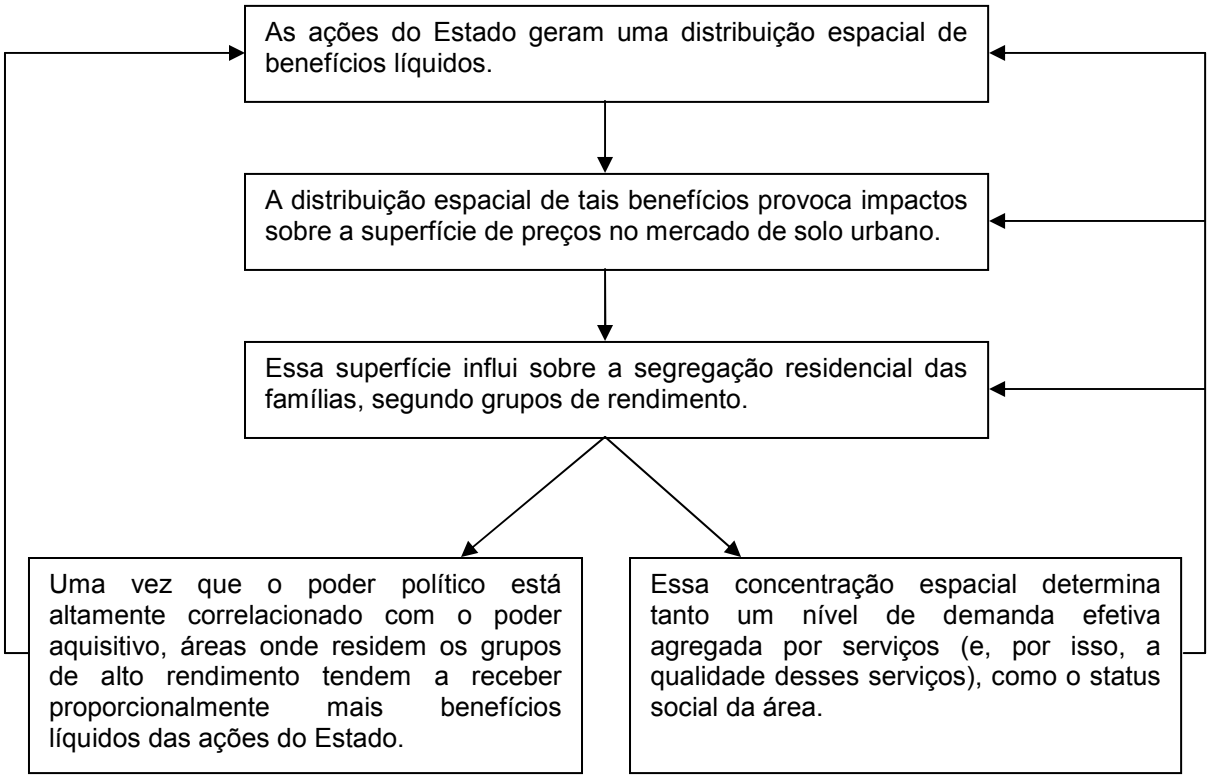


Figura 2. Esquema do modelo de causação circular da apropriação dos benefícios líquidos das ações do Estado.
Fonte: VETTER e MASSENA, 1981, p. 59.

As escolhas na localização dos bens e serviços geram desigualdades na medida em que resultam no favorecimento de uns em detrimento de outros. Por conseguinte, as áreas beneficiadas são afetadas em relação ao custo da terra (valorização imobiliária) e ao custo de moradia (tributos, tarifas e serviços). E essas mudanças impactam sobre a segregação residencial, redistribuindo os grupos sócio-econômicos (VETTER e MASSENA, 1981).

> Essa segregação residencial significa altas concentrações espaciais de poder político e econômico. As áreas em que residem famílias com níveis de rendimento mais altos tendem a receber, em termos proporcionais, mais benefícios líquidos das ações do Estado, uma vez que essas famílias normalmente têm maior poder político (ou seja, maior capacidade de influenciar decisões públicas em seu favor). Tais benefícios são apropriados pelos proprietários da terra na forma de rendas fundiárias (ibid., p. 58).

As áreas que concentram um grande número de famílias com alta renda atraem os serviços sofisticados (cinema, escolas particulares, grandes supermercados, lojas de grife, etc.), elevando ainda mais as condições de vida e, consequentemente, a demanda por moradias de alto padrão. Assim, há uma elevação nos custos da habitação nessas áreas, o que dificulta ainda mais seu

acesso pelas famílias de menor renda (ibid.). Interessante observar que esses investimentos são condizentes com o estilo de vida adotado por essa população de alto *status* — por exemplo, geralmente há investimentos em áreas verdes e sistema viário, mantendo a deficiência em alguns equipamentos como escolas e postos de saúde, visto que nestas áreas utiliza-se a rede de serviços privada. Isso funciona como um dispositivo que ratifica a segregação residencial, impossibilitando a mistura social devido aos altos custos de vida na área.

Os autores colocam que mesmo a população de menor rendimento que já habita na área beneficiada pode ser forçada a abandoná-la pelo aumento nos custos de vida decorrentes. No entanto, alega que esses proprietários recebem algum bônus desse processo no momento da venda da propriedade. Por outro lado, as famílias que vivem em imóveis alugados não recebem qualquer compensação e são levados a procurar áreas de padrão mais baixo (ibid.).

Milton Santos (1994) observa a ação do poder público pela ótica da escassez, que segundo o autor, alimenta a especulação imobiliária, que se baseia na valorização diferencial da terra e na expectativa de receber benefícios. Conforme o autor, a vida na periferia é mais onerosa. O serviço de transporte segue a lógica da escassez, fazendo com que os que vivem mais longe do centro paguem mais caro por seus deslocamentos. Os bens de consumo indispensáveis e os serviços, inclusive os essenciais de responsabilidade do Estado, na periferia também são mais caros.

> Assim, um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos. O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores de receita pública se dirigem à *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*. A lei da escassez se afirma, então, com mais força, e se ampliam as diferenças já existentes entre lugares urbanos, do ponto de vista das amenidades. (SANTOS, 1994, p. 96).

Outras interações entre o Estado e a produção do espaço urbano foram evidenciadas em seções anteriores, como a legislação urbanística, a produção de loteamentos periféricos e a política fiscal. Entretanto, nos interessam para este estudo os investimentos diretos sobre o espaço que se revertem em benefícios aos cidadãos por meio de bens e serviços públicos de uso coletivo.

2.4.2. Políticas redistributivas de combate à segregação sócio-espacial

Evidencia-se, diante das abordagens anteriores, a capacidade do Estado em atuar sobre os processos de segregação sócio-espacial, até mesmo contribuindo para a sua reprodução continuada. No entanto, o Estado também pode agir sobre esses processos de modo a minimizá-los ou até extingui-los. É fato que poucos autores apontam para tais ações, mas podemos encontrá-los em diversos programas urbanos, como os planos de habitação, os programas de regularização fundiária e os programas de re-estruturação de assentamentos precários.

A atuação do Estado pode combater os processos de segregação sócio-espacial e sua reprodução por meio de ações que desenvolvam causações circulares positivas, trazendo o que Myrdal (1968) chama de “efeitos propulsores”. Segundo esse autor, alguns esquemas atuam de forma a gerar “efeitos regressivos”, como as práticas espaciais que contribuem para a segregação. Entretanto, políticas públicas que promovem a igualdade e a justiça social, atuam como “efeitos propulsores” que revertem a causação circular negativa em curso.

Análogo ao pensamento de Myrdal, Harvey apresenta a noção de “efeitos de exteriorização”, que advêm de atividades sobre o sistema urbano de natureza pública ou privada. Esses efeitos podem ser negativos ou positivos, gerando custos ou benefícios, conforme a natureza da ação. Harvey (1980, p. 46) afirma que “muito do que ocorre na cidade (particularmente na área política) pode ser interpretado como tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda” e se torna fonte de desigualdade. Nesse sentido, aponta para a necessidade da atuação do setor público através de medidas que causam efeitos redistributivos.

Diversas ações podem ser realizadas para tornar a sociedade e, em específico, a distribuição espacial das cidades mais justas e igualitárias. Em primeiro lugar, consideramos que os planos de combate à desigualdade e à segregação sócio-espacial devem estar na primeira ordem das agendas políticas. Os problemas decorrentes do processo acelerado de urbanização não foram acompanhados de uma resposta política, o que resultou numa acentuada defasagem quanto à sua resolução. No momento, se faz imprescindível a implementação de programas de intervenção pública que busquem a integração espacial e social do território urbano, que se encontra fortemente fragmentado.

A literatura aponta que as políticas devem atuar sobre: (i) custos do solo; (ii) políticas habitacionais (construção de moradia social); (iii) políticas urbanas (zoneamento urbanístico); (iv) distâncias culturais e físicas entre os grupos sócio-econômicos (promoção de mistura social); e (v) infraestrutura urbana e habitação (VIGNOLI, 2001; LUCO e VIGNOLI, 2003; VETTER e MASSENA, 1981; MARQUES, 2005; HARVEY, 1980; KAZTMAN, 2005). Todas essas ações para a redução da segregação sócio-espacial visam, essencialmente, duas estratégias: (i) a promoção de mistura social, buscando integração entre as diversas classes (político, social, econômico e culturalmente); e (ii) a melhoria das condições de vida das populações de baixa renda, provendo todas as áreas urbanas de amenidades, bens e serviços públicos de uso coletivo. Estas duas estratégias podem ser combinadas se reforçando mutuamente. O resultado vislumbrado é a redução dos diferenciais de qualidade de vida urbana entre territórios e da segregação sócio-espacial (MARQUES, 2005).

As consequências advindas do livre mercado de terras na estrutura sócio-urbana demandam políticas públicas de ordenamento e regulação que possibilitem e fomentem o acesso à propriedade pelos grupos de menor rendimento. A legislação urbanística de uso do solo tradicionalmente tende a manter a segregação funcional e social da cidade, reservando espaços para a classe alta. Contudo, essa legislação pode atuar buscando a mistura e a integração social. Uma legislação específica para a construção de habitação popular, que torne os índices mais atrativos para o mercado, em conjunto com linhas de crédito voltadas para as classes baixas ou até mesmo subsídios, possibilitam a aquisição de moradias pelas classes não atingidas pelo mercado imobiliário, até mesmo em áreas onde há menor percentual de famílias de classe baixa.

A interferência do poder público na especulação imobiliária, por meio de aquisição de banco de terras, sobretudo em áreas reservadas pelo mercado (antes da valorização), e a aquisição de imóveis em áreas de maior status, para o empreendimento de moradias populares, tendem a forçar uma redução do preço dos imóveis, ou pelo menos conter a elevação destes. Uma linha de intervenção que está em bastante evidência é a de ocupação de prédios ociosos nas áreas centrais. Essa ação se mostra relativamente viável pelo baixo custo dos imóveis e pela vantagem de localização em área com grande oferta de infraestrutura, bens e serviços. No entanto, nem sempre se alcança o objetivo ligado à inclusão de setores

de baixa renda, pois muitas vezes, com a renovação urbana, ocorre a elitização desses espaços urbanos, inclusive expulsando a população de menor renda residente, num processo de gentrificação.

A mistura social pode ser estimulada, também, na vida cotidiana, com a implantação de equipamentos de uso coletivo de interesse geral em áreas acessíveis a todos, gerando confluência de percursos e o encontro de indivíduos de diversas classes e procedências. A localização de equipamentos públicos nas áreas de baixo *status* também tem potencial de transformação do espaço, que ganha em qualidade de vida, e da sociedade, que tem maior garantia de acesso a bens e serviços públicos, sobretudo se estes forem de boa qualidade.

De acordo com a estratégia supracitada, o Estado deve intervir diretamente no espaço urbano das áreas de menor renda, melhorando suas condições de vida de modo a unificar as características e qualidades urbanas em toda a cidade. Essas intervenções se referem à infraestrutura urbana (água, esgoto, energia, gás), sistema viário, áreas públicas de lazer, habitação, etc. Programas focalizados territorialmente, abrangendo bairros de população de baixa renda, com famílias em situações precárias de assentamento e carência de infraestrutura urbana, se constituem como bons exemplos de programas contra a segregação sócio-espacial. Trata-se de projetos multissetoriais de re-estruturação urbana, logrando a melhoria das condições habitacionais, do meio ambiente urbano e ambiental, da educação, da saúde e do progresso econômico e social. Por meio de projetos dessa natureza, o poder público pode priorizar os investimentos para a melhoria urbana das áreas segregadas de baixo *status* social de forma otimizada.

A distribuição otimizada de bens e serviços está submetida, também, a diversos fatores subjetivos, ligados à cultura específica de cada grupo social. Nesse sentido, os recursos têm impacto diferenciado nas diversas estruturas e indivíduos. Isso constitui uma dificuldade ao medir a renda real das pessoas e os impactos dos recursos na sua qualidade de vida. Nesse sentido, o poder público deve ter plena clareza dos processos de produção das áreas urbanas e de suas práticas sociais, além de obter uma detalhada radiografia social dos indivíduos que compõem os grupos. As demandas variam de acordo com a situação sócio-espacial de cada território e seus respectivos grupos. Segundo Marques (2005, p. 53-54),

> a compreensão predominante sobre pobreza urbana, as periferias, a segregação e as desigualdades socioespaciais no Brasil leva muitas vezes à execução de políticas públicas mal direcionadas, mesmo quando há interesse e decisão de executar tais iniciativas. (...) Porque a visão hegemônica tende basicamente a ver as periferias como homogêneas socialmente e carentes de quase tudo, e tende a encarar a segregação como um processo unificado, unidimensional e perfeitamente cumulativo. Como solução, a visão predominante tende a prescrever genericamente políticas redistributivas para espaços periféricos (MARQUES, 2005, p. 53-54).

O autor apresenta um exemplo de uma situação em que há grupos de baixa renda caracterizados por elevada presença de mulheres chefes de família com baixa escolaridade, o que torna a construção de creches uma de suas principais demandas. Entretanto, não se pode prescrever a construção de creches nessas proporções para comunidades com prevalência de jovens ou de idosos.

Nesse sentido, evidenciamos uma alternativa que pode trazer maior efetividade e eficiência nas escolhas alocativas e maior justiça social territorial — as experiências participativas, por meio de conselhos e, principalmente, dos orçamentos participativos. O orçamento participativo é um forte mecanismo de inclusão da população de baixa renda nos processos decisórios da alocação dos recursos públicos.

> As experiências de Orçamento Participativo, de modo geral, ainda são limitadas, mas contêm avanços inegáveis: possibilitam a elaboração de um diagnóstico mais preciso da realidade do município; delimitam a capacidade de resposta da administração municipal às demandas da população, partilhando responsabilidades; e impulsionam o desdobramento de outras formas de participação na gestão (BONI et al., 2008, p. 118).

As diversas ações sobre o espaço urbano se tornam mais eficazes se combinadas com políticas de bem-estar social, como os programas de transferência direta de renda, subsídios e linhas de crédito, programas de inclusão social e inserção no mercado de trabalho, que minimizam os efeitos da polarização social e das iniquidades do sistema econômico.

Diante do exposto, conclui-se que as políticas para a mitigação da segregação sócio-espacial devem ter enfoque integral, isto é, de caráter multifocal, integradas nas dimensões urbana e social, e preferencialmente, contando com a participação social. Essas políticas podem ser realizadas por meio de ações diretas e indiretas, ou seja, por intervenções e mediante legislação e poder de polícia, buscando a integração social da população como um todo.

3. SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Este capítulo apresenta a manifestação da segregação sócio-espacial na Cidade de Vitória por meio de um estudo de indicadores intraurbanos, bem como os processos que contribuíram para a formação da cidade e que resultaram na atual situação de "cidade partida" em que Vitória se encontra.

3.1. O CRESCIMENTO URBANO EM VITÓRIA – BREVE HISTÓRICO

Vitória foi fundada oficialmente em 8 de setembro de 1551[7], com a denominação de Vila Nossa Senhora da Vitória, tornando-se a partir de então, a sede da capitania do Espírito Santo. A capitania era subordinada político-administrativamente ao governo da Bahia, situação em que se manteve até 1810. Com a independência do Brasil, o Espírito Santo é transformado em província no dia 17 de março de 1823, e Vitória é elevada à categoria de cidade.

Permaneceu com um ritmo lento de evolução, devido principalmente ao seu papel de barreira contra os desvios do ouro. Assim, Vitória manteve-se relativamente isolada do resto do país, pela interdição do acesso à Minas Gerais, inclusive com restrição de acesso a outras regiões do Estado, que se interligavam mais com as capitais dos estados vizinhos do que com a própria capital do Espírito Santo (ARAÚJO, 2006; CALDEIRA FILHO, 1985).

---

[7] Conforme estudos de Nestor Goulart Reis, Vitória é a terceira capital mais antiga do país (REIS, 2000).

No século XIX, o ouro foi se escasseando e não havia mais justificativa para o isolamento da capitania. Assim, o governo do Estado iniciou a construção de estradas e ferrovias, possibilitando a integração do Estado do Espírito Santo à rota comercial do país (VITÓRIA, 2001).

A economia açucareira predominou no Espírito Santo até meados do século XIX. Porém, as condições de produção não permitiam a sua prosperidade. A partir do início do século XIX, a produção de cana-de-açúcar começou a ser substituída pela produção de café, que já se encontrava crescente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1850, a produção de café passa a superar a de açúcar (SIQUEIRA, 1995).

A produção cafeeira capixaba no século XIX contribuiu muito para o crescimento econômico do Estado, mas ainda não gerava excedentes suficientes para a diversificação dos investimentos pela iniciativa privada. A princípio, houve uma pequena expansão da rede viária, buscando interligar o litoral aos centros produtores, mas ainda de modo incipiente (SIQUEIRA, 1995).

A economia cafeeira baseada em pequenas propriedades de relações de trabalho familiar não gerava excedentes suficientes para a criação de indústrias. No final do século XIX e início do século XX, os grandes proprietários de terras estavam em crise pela escassez de mão-de-obra. O setor privado de atividade mercantil, que possuía algum excedente, também não se interessava em incorporar atividades produtivas. A maior parte das firmas exportadoras de café era estrangeira e os recursos obtidos não eram investidos em Vitória. A indústria do Estado nasceu de forma bastante incipiente, a partir de recursos públicos. Nesse contexto, verifica-se a pouca diversificação econômica na estrutura produtiva do Estado (CAMPOS JR., 2002).

Até o início do século XX, o espaço urbano da cidade de Vitória se restringia à região central e arredores — partes alta e baixa, onde quase toda a população residia e trabalhava. No decorrer do século XIX, houve poucas alterações na estrutura urbana de Vitória, apenas alguns aterros, feitos muitas vezes por motivos sanitários (sobre o lixo e os dejetos jogados na maré). As demais áreas da cidade eram constituídas de chácaras e fazendas, ou pequenos vilarejos de pescadores.

A cidade de Vitória no final do século XIX ainda mantinha sua estrutura colonial portuguesa, de área limitada entre o mar e a montanha, com atividades comerciais limitadas e pouco menos de 20.000 habitantes (MORAES, 1994).

Ademais, havia carência de saneamento básico, infraestrutura urbana e iluminação pública, que além de gerar desconforto para a população, era causa de diversas epidemias.

Com o advento da República iniciou-se um processo de transformação urbana que iria romper com a antiga estrutura colonial da cidade. A prosperidade advinda da alta do café possibilitou modificações que buscavam modernizar Vitória, numa tendência das principais cidades brasileiras, sobretudo as portuárias. O crescimento da produção cafeeira e o aumento de preço do produto no mercado externo atraíram para Vitória, no final do século XIX, diversas firmas comerciais (CAMPOS JR., 2002).

No início da República, um conjunto de modificações para correção do traçado urbano, envolvendo desapropriações, demolições e pavimentação de ruas, foi executado buscando moldar a cidade como um ambiente propício para o comércio. As alterações na estrutura econômica do Estado já determinavam um pequeno movimento migratório do interior para a capital (CALDEIRA FILHO, 1985).

Apesar da necessidade de melhorias no núcleo original, em 1896, o governo de Muniz Freire (1892-1896) contratou do Engenheiro Saturnino de Brito um projeto para a expansão da cidade para uma área aproximadamente seis vezes maior. Imaginava-se que, com o crescimento populacional advindo da expansão das atividades comerciais em Vitória, era necessária a criação de um novo bairro com condições sanitárias adequadas e segundo os paradigmas das cidades europeias. Banck (2005) busca analisar a ideologia que se esconde por trás deste projeto e aponta para razões além da econômica: a intenção de atrair imigrantes que contribuiriam para o “embranquecimento” da população. “O Novo Arrabalde não devia apenas destinar-se à população branca e economicamente mais favorecida, mas sobretudo constituir um local saudável para se morar” (ibid., p. 233). A tentativa de expansão da cidade não prosperou devido a uma crise financeira e pelo fato de a cidade ainda não estar preparada, com serviços de transporte e infraestrutura urbana.

Em 1905 iniciou-se o serviço de bondes à tração animal, transportando passageiros e mercadorias pelo núcleo urbano da cidade. Em 1911 foi inaugurado o serviço de bondes elétricos, com ampliação do percurso, indo de Santo Antônio à Praia do Suá (sudoeste à sudeste da ilha). Outra linha ligava as partes baixa e alta

da cidade, circulando pelo núcleo original (VITÓRIA, 2001; CALDEIRA FILHO, 1985).

O governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) lançou o Plano de Melhoramentos e Embelezamento da Cidade de Vitória, incluindo a reforma do Porto, saneamento público (água, esgoto e drenagem), luz elétrica, limpeza pública, bondes elétricos, aterros de mangues, construção de parques e praças, alargamento e retificação de ruas. Visava-se tornar Vitória uma cidade "habitável". As heranças coloniais — ruas estreitas, becos, casario e a população pobre que habitava a cidade — eram incompatíveis com os novos paradigmas de modernização das elites e governantes. No aterro do campinho (área alagadiça onde se jogavam excrementos humanos à oeste da região central) surgiu um bairro nobre dotado de toda a infraestrutura e um belo parque urbano, o Parque Moscoso.

O governo de Florentino Avidos (1924-1928) consolidou os planos idealizados desde o final do século anterior. A abundância de recursos públicos fez com que Vitória se transformasse em um verdadeiro canteiro de obras. O Programa Geral de Melhoramentos seguia três linhas de intervenção básicas (ESPÍRITO SANTO, 1925): (i) ampliação da cidade, sobretudo por meio de aterros; (ii) obras de saneamento; e (iii) obras de embelezamento. Estas obras segundo o relatório do Serviço de Melhoramentos da Capital seriam

> Obras que permitam o conforto aos seus habitantes e que tornem a Velha Victória, tão prendada em ricos panoramas e bellas perspectivas, o digno reflexo de nosso próspero sertão e em condições de, para si, attrahir a residência aprazível dos que no solo do Espírito Santo obtiveram uma situação de independência, que lhes permita o regalo da cidade, e de construir propaganda a ser feita pelo Brasil em fora, pelos seus habitantes, que, quando para ella não se transfiram, lhe façam referências, que nos possam trazer vantagens (ibid., p. 99).

Fica nítido nesse discurso, o desejo de dotar a cidade de amenidades para o desfrute das elites, seguindo a tendência dos planos de melhoramentos e embelezamento difundidos nas cidades brasileiras (VILLAÇA, 1999b). Percebe-se que as intervenções executadas atuaram também no sentido de retirar da área central uma população que se encontrava nas moradias insalubres e becos sujos eliminados da estrutura urbana. O aspecto de cidade suja também estava atribuido à essa população pobre.

Fica evidente que, já nesse âmbito, havia manifestações da segregação sócio-espacial. A população de melhor poder aquisitivo situava-se no Centro, Cidade Alta, Parque Moscoso e Santa Clara, enquanto os mais pobres ficavam às margens. Os morros, que já estavam ligeiramente ocupados, e a Vila Rubim, que era conhecida como “Cidade de Palha” pela predominância da pobreza e dos casebres, abrigavam a população mais pobre, as famílias de migrantes do interior do Espírito Santo e de outros estados (VITÓRIA, s.d.).

O bairro da Ilha do Príncipe, local por onde passou a primeira ligação entre a Ilha de Vitória e o continente tornou-se também nesse início de século um setor de pobreza na cidade. Após a construção da Ponte Florentino Avidos em 1928, devido à crise econômica de 1930, os próprios operários invadiram a ilha (dois mil operários). Após um tempo, foi ocupada também por imigrantes nordestinos, nortistas e alguns do interior do Estado (VITÓRIA, s.d.).

O bairro Santo Antônio, a oeste do Centro, apresentava algumas casas pobres, mas quando passou a receber uma linha de bonde, teve o seu perfil sócio-econômico modificado. Os demais bairros contíguos sofreram invasões e foram formados por população de classe média (VITÓRIA, s.d.).

Em 1939, escolheu-se a orla de Santo Antônio para a instalação do Cais do Hidroavião (primeiro aeroporto da capital que funcionou por nove anos), devido à calmaria das águas, à topografia da região, que o protegia dos ventos, e à proximidade com o centro da cidade. No mesmo ano, foi aberta a Estrada do Contorno da ilha pelo lado oeste, atravessando as áreas de manguezal, para o escoamento da produção da lavoura do norte do Estado.

A região oeste ainda era extremamente rural, formada de sítios. Já havia desde o final do século XIX, uma pequena colônia de pescadores, que outrora foram colonos de fazendas de café e mercadores, chamada Ilha das Caieiras (DIAS, 2001).

Entre as décadas de 1920 e 1930 se iniciou a ocupação e implantação do projeto de urbanização do “Novo Arrabalde”. A princípio, a antiga fazenda dos Monjardim, área do projeto mais próxima do núcleo da cidade (bairro Jucutuquara), foi transformada em um bairro para abrigar funcionários públicos e operários, por meio de aterros em áreas alagadiças, próximo à Avenida Vitória. Nessa época, a linha do bonde foi estendida para servir à nova região (DANIEL, 1999). Na década de 1940, o bairro já era tradicional, habitado pela classe média, e contava com

alguns equipamentos públicos, como a Escola Técnica Federal e o Mercado São Sebastião.

Também parte do mesmo projeto, a região da Praia do Canto, recebeu uma grande quantidade de aterros, e iniciou sua ocupação com casas para a classe média alta. Na década de 1930, a população já dispunha de diversos serviços, inclusive de clubes esportivos (AGUIAR, 2000). Mas foi principalmente na década de 1950 que se consolidou o processo de ocupação da área mediante esforços governamentais em dotar a área de equipamentos públicos e serviço de transporte coletivo. Assim, surgem edifícios multifamiliares de baixa altura voltados para a elite, que via a área como uma alternativa para a saída do Centro.

Abrem-se novas perspectivas econômicas desvinculadas do café, com a instalação de novas indústrias na década de 1940. A Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Ferro e Aço de Vitória fizeram do minério de ferro um importante produto base da atividade econômica de Vitória. Verifica-se, por conseguinte, o incremento nas atividades de comércio e serviço, na infraestrutura urbana, bem como no número de empregos ofertados.

Na área central a diferenciação espacial causada pela escassez de terras que refletiu nos preços dos imóveis, é cada vez mais latente. Os novos edifícios passaram a ser mais verticalizados dentro das possibilidades técnicas do concreto armado, buscando racionalizar o espaço e extrair o máximo de mais-valias de uma terra que começava a se valorizar. Ademais o edifício vertical era uma nova expressão arquitetônica que denotava o “progresso” e a “modernidade”. A legislação urbanística vigente não só dava condições como incentivava esse processo de verticalização (ARAÚJO, 2006).

Na década de 1950 mais um grande aterro foi executado, conformando a área da Explanada Capixaba. As finalidades para a área estavam ligadas ao comércio, à administração pública e ao porto, deixando de lado qualquer alternativa ligada à produção habitacional (ibid.).

Sem demais alternativas, à população de baixa renda restava se assentar em áreas de morros próximos ao núcleo urbano, ou para outros municípios vizinhos, sem nenhuma infraestrutura. Entre os anos 1940 e 1960, foram ocupadas as áreas de morro em direção ao noroeste da ilha. A ocupação dos morros entre o Centro e Santo Antônio também se intensifica nessa época. Na região de Maruípe, vários

loteamentos foram aprovados, onde também foram instalados alguns equipamentos públicos de grande porte — hospital, quartel e cemitério (VITÓRIA, s.d.).

Nos anos 1960 houve a intensificação da ocupação da encosta do maciço central desde Santo Antônio até Maruípe. O aterro de Bento Ferreira foi concluído e diversas edificações institucionais foram implantadas na área — Ginásio de Esportes João Santos Neves (Ginásio do DED), Departamento de Edificações e Obras (DEO) e Departamento de Imprensa Oficial (DIO), e posteriormente, a sede da Prefeitura (VITÓRIA, s.d.).

O bairro Monte Belo, com ocupação iniciada na década de 1960, é um “retrato da migração capixaba” (VITÓRIA, s.d.), onde os migrantes, em precárias condições de vida e sem recursos para o aluguel de um imóvel, construíram ali suas casas e foram aterrando o mangue com lixo e entulho.

Na região de Camburi, área continental que até então era pouco habitada, foram instalados equipamentos de grande relevância, como a Universidade Federal, o aeroporto e o Complexo Portuário de Tubarão. Com isso, uma tímida ocupação começou nessa década. Os bairros de Goiabeiras, Jardim da Penha e Jardim Camburi começaram a tomar forma nessa época, para receberem na década de 1970, os conjuntos habitacionais de classe média que originaram esses bairros (VITÓRIA, s.d.; CAMPOS JR., 2005).

Na década de 1970 vários aterros foram concluídos, incorporando as ilhas do Boi e do Frade ao tecido urbano da região da Praia do Canto. Também ao norte de Vitória, na área continental, são feitos aterros no Campus Universitário e no Bairro Goiabeiras, onde se instalou o lixão da cidade. Na área central, a Ilha do Príncipe se une à Ilha de Vitória e ali se instala a nova rodoviária, além da segunda ponte (Ponte do Príncipe) ligando o sul da ilha ao continente (CAMPOS JR., 2002; DIAS, 2000).

Uma ação do poder público estimulou a ocupação da área oeste da ilha, às margens da Estrada do Contorno (atual Rodovia Serafim Derenzi). Criou-se o bairro Comdusa, cujos moradores haviam sido transferidos do terreno ao lado da Ilha do Príncipe, que constituía área de mangue destinada a depósito de lixo, para que fosse construída a Rodoviária de Vitória.

Nessa década inicia-se a ocupação intensa do lado oeste da ilha, junto à Rodovia Serafim Derenzi. Próximo à Ilha das Caieiras e do bairro Comdusa

desenvolveu-se uma invasão que resultou em um grande bolsão de pobreza[8]. "O local se caracterizou, em fins da década de 70, como alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa remuneração dos setores público e privado" (VITÓRIA, s.d.). Iniciou-se com um pequeno grupo de invasores (cerca de 40 famílias), que com um forte movimento popular conseguiu a urbanização da área, inclusive com instalação de uma escola. Logo depois, a região passa receber o lixo para a execução dos aterros e expansão da área urbanizada, transferindo para lá o lixão de Goiabeiras. Daquele lixo, muitas famílias tiravam o sustento, mas também era causa de diversas moléstias. As conquistas atraem ainda mais famílias para a região, que se adensava cada vez mais. Nos anos 1980 diversos outros bairros surgem na região e a conurbação da mancha urbana da ilha se completa ao redor do maciço central (DIAS, 2001).

O advento do automóvel, a configuração das vias de acesso às diversas regiões da cidade e a substituição do bonde pelo ônibus como transporte coletivo, tornou possível a dispersão da aglomeração urbana para além dos eixos principais. O mercado imobiliário, após atuar intensamente nas áreas mais valorizadas do Centro, transfere seus interesses para a região das praias, na busca por uma nova concepção urbanística e um novo modo de vida, diferente do passado. Ademais, vislumbravam a ascensão do mercado imobiliário, bem como das rendas provenientes dessa prática.

Essa conjuntura estabeleceu as bases da construção imobiliária em Vitória, que atua fundamentalmente na construção para a classe alta e consolida a segregação sócio-espacial na cidade por meio da especulação imobiliária.

Segundo essa lógica, a população de maior renda e qualificação profissional tinha acesso às áreas planejadas e loteadas. Habitava em locais infraestruturados e com vantagens espaciais e ambientais, como próximo ao litoral balneável ou com facilidades de acesso a equipamentos públicos. Os pobres se instalavam em assentamentos precários e sem infraestrutura, buscando ficar próximos ao núcleo urbano na tentativa de uma possível inserção. A ocupação antecedia os aterros, loteamentos e implantação de infraestrutura. As populações pobres se assentavam

---

[8] Nessa época os grandes projetos industriais e portuários já estão em funcionamento. Assim, com o final das obras, a maior parte dos trabalhadores não qualificados, sem conseguir ser absorvidos pelo mercado de trabalho, poderia voltar ao seu local de origem ou viver de trabalho informal ou subemprego. Essa condição levou os migrantes a procurarem as encostas dos morros e as áreas de mangues e erguerem suas habitações de forma precária (ZANOTELLI, 2000; VITÓRIA, s.d.).

sobre mangues que, posteriormente, recebiam na maioria das vezes, aterro sanitário (lixo e entulho) e consolidavam a duras penas as suas estruturas urbanas, mediante reivindicações e lutas políticas.

No início dos anos 1990, um projeto denominado “Projeto São Pedro” iniciou o enfrentamento da segregação sócio-espacial em Vitória atuando na área oeste da ilha com o investimento em três eixos principais de atuação: a preservação do manguezal, a participação social nas escolhas da estrutura urbana desejada para a área e a melhoria nas condições habitacionais. Desse projeto, originou-se um programa multissetorial denominado Projeto Terra, objetivando garantir oportunidades a todos os moradores da cidade, num processo de inclusão social, promoção humana e melhoria do bem-estar. A partir de parâmetros relacionados à infraestrutura urbana, problemas fundiários, áreas de risco ambiental, condições habitacionais e indicadores sociais, delimitaram-se 15 áreas de intervenção, denominadas poligonais, abarcando 93.600 habitantes e 26.700 domicílios (cerca de 30% da população e do número de domicílios) (VITÓRIA, s.d.). A atuação pública por meio desses projetos gerou altos benefícios à população carente, mudando o perfil de alguns bairros, melhorando consideravelmente suas condições urbanas, mas ainda há muito a ser realizado.

LEGENDA

- OCUPAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1910
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1920
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1930
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1940
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1950
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1960
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1970
- OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 1980

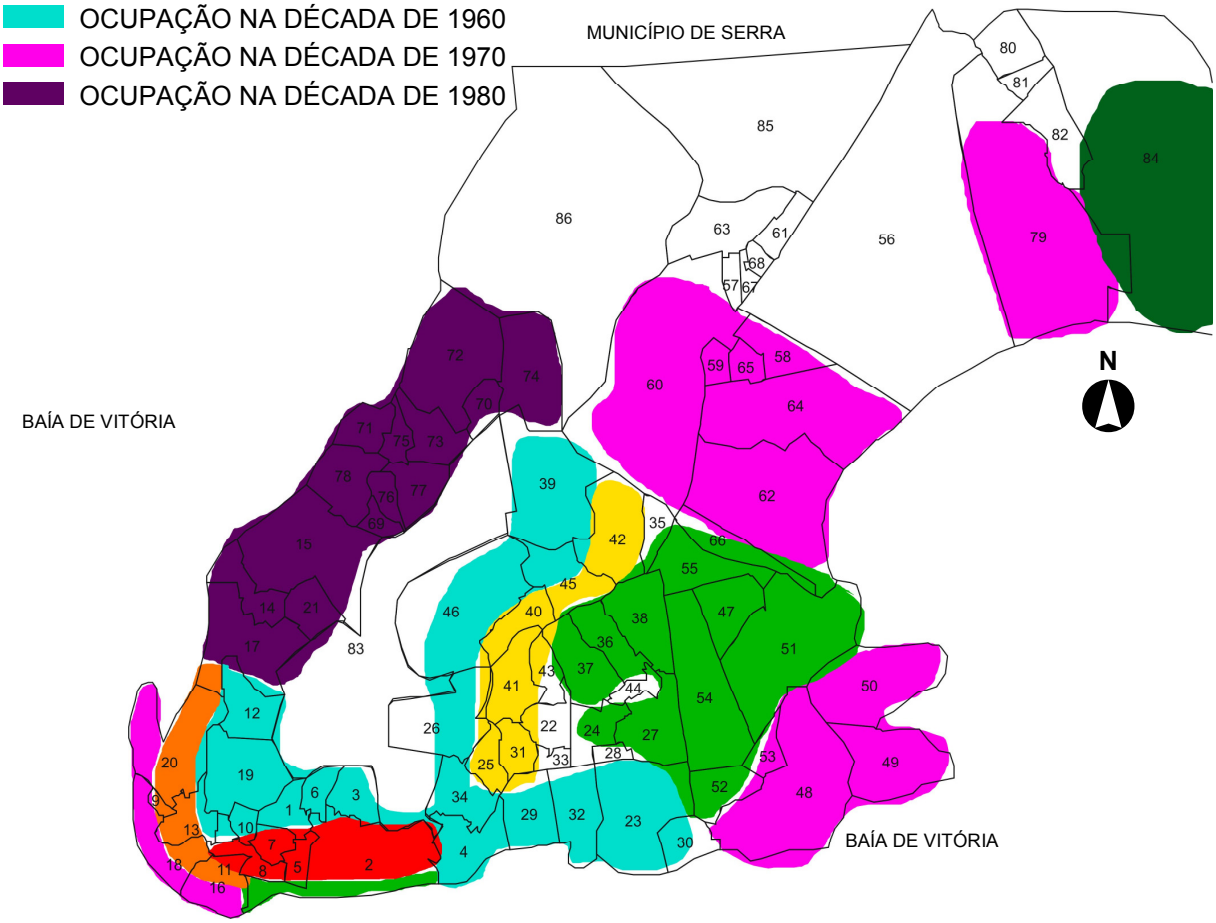


Figura 3. Representação cartográfica de Vitória – Esquema da evolução urbana
OBS.: Para em branco não foram obtidas as datas de ocupação.
Fonte: Elaborada pela autora.

LEGENDA – BAIRROS DE VITÓRIA

1	Bairro do Moscoso	21	Universitário	41	Santa Cecília	61	Jabour
2	Centro	22	Bairro de Lourdes	42	Santa Marta	62	Jardim da Penha
3	Fonte Grande	23	Bento Ferreira	43	Santos Dumont	63	Maria Ortiz
4	Forte São João	24	Consolação	44	São Benedito	64	Mata da Praia
5	Parque Moscoso	25	Cruzamento	45	São Cristovão	65	Morada de Camburi
6	Piedade	26	Fradinhos	46	Tabuazeiro	66	Pontal de Camburi
7	Santa Clara	27	Gurigica	47	Barro Vermelho	67	Segurança do Lar
8	Vila Rubim	28	Horto	48	Enseada do Suá	68	Solon Borges
9	Ariovaldo Favalessa	29	Ilha de Santa Maria	49	Ilha Bela	69	Comdusa
10	Bairro do Cabral	30	Jesus de Nazareth	50	Ilha do Frade	70	Conquista
11	Bairro do Quadro	31	Jucutuquara	51	Praia do Canto	71	Ilha das Caieiras
12	Bela Vista	32	Monte Belo	52	Praia do Suá	72	Nova Palestina
13	Caratoíra	33	Nazareth	53	Santa Helena	73	Redenção
14	Estrelinha	34	Romão	54	Santa Lúcia	74	Resistência
15	Grande Vitória	35	Andorinhas	55	Santa Luiza	75	Santo André
16	Ilha do Príncipe	36	Bairro da Penha	56	Aeroporto	76	Santos Reis
17	Inhanguetá	37	Bonfim	57	Antônio Honório	77	São José
18	Mário Cypreste	38	Itararé	58	Bairro República	78	São Pedro
19	Santa Tereza	39	Joana D'arc	59	Boa Vista	79	Jardim Camburi
20	Santo Antônio	40	Maruípe	60	Goiabeiras		
21	Universitário	41	Santa Cecília	61	Jabour		

3.2. SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM VITÓRIA

O breve histórico da evolução urbana de Vitória nos demonstra um processo de crescimento urbano caracterizado pela reprodução da desigualdade. Seguindo a tendência da grande maioria das cidades brasileiras, desenvolveu-se a concentração de renda como também a concentração espacial das populações de alta renda.

A distribuição de renda na cidade de Vitória segue a realidade nacional, mas apresenta uma considerável evolução, como apresenta a tabela 1, que demonstra uma queda do índice de Gini de Vitória de 0,60 para 0,47 entre os anos de 1991 e 2003. Os dados demonstram que a cidade de Vitória reduziu a desigualdade de renda em proporções maiores que a média nacional e do Estado do Espírito Santo.

Tabela 1. Índice de Gini da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios

Território	1991	2000	2003
Brasil	0,64	0,61	0,55
Espírito Santo	0,61	0,59	0,50
Vitória - ES	0,60	0,60*	0,47

* Valor aproximado dado pelo Instituto Jones dos Santos Neves

Fonte: Elaborada pela autora, com dados do IBGE, Censo Demográfico 2000, Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003 e Instituto Jones dos Santos Neves - ES

Uma breve apuração da renda dos responsáveis por domicílios em Vitória em 1991, concluiu que 10,48% dos chefes de domicílio detinham 44,2% da renda mensal, enquanto os 49,37% mais pobres recebiam 10,2% da renda mensal (IBGE, 1991), o que corrobora com o alto índice de Gini verificado nesse ano.

Os gráficos 2 e 3 apresentam a composição das classes de rendimentos mensais das pessoas responsáveis pelos domicílios. Em 1991, 20,11% dos chefes de domicílios recebiam até 1 (um) salário mínimo (incluindo os sem rendimentos), em 2000, esse número diminuiu para 16,85%. Entretanto, os que declararam não ter rendimentos passaram de 3,69% para 6,29%. A faixa de renda até 5 (cinco) salários mínimos, que requer atenção especial das políticas públicas, sobretudo pela dificuldade de acesso a financiamento da casa própria e a dependência de serviços públicos de saúde e educação, correspondia a 55,85% dos responsáveis pelos domicílios em 2000. Em 1991 esse número era 62,35%.

Os gráficos demonstram, então, uma ascensão econômica dos chefes de domicílio e, sobretudo, do aumento de chefes de domicílio na faixa de rendimento

acima de 10 (dez) salários mínimos (19,43% em 1991 para 30,23% em 2000). No entanto, eleva-se uma dúvida que não será sanada neste trabalho: foram os chefes de família que tiveram sua renda aumentada ou estes foram substituídos por outros de melhor renda? Esta pergunta só poderá ser respondida mediante um estudo demográfico mais aprofundado, mas reforça-se a importância dessa investigação para identificar se as políticas públicas estão, de fato, melhorando a qualidade de vida de sua população, ou está atraindo nova população e, assim, expulsando para outras áreas sua população de menor renda.

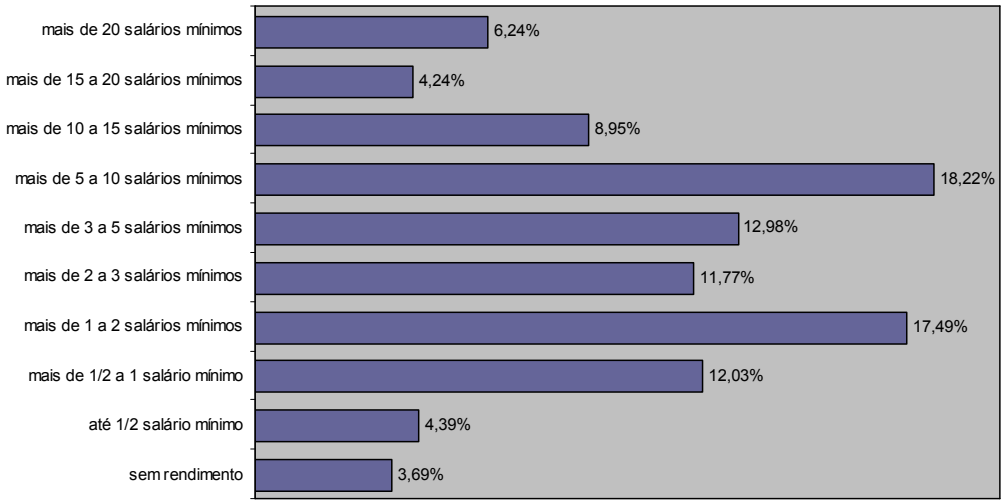


Gráfico 1. Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes - 1991
Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo Demográfico 1991 (IBGE).

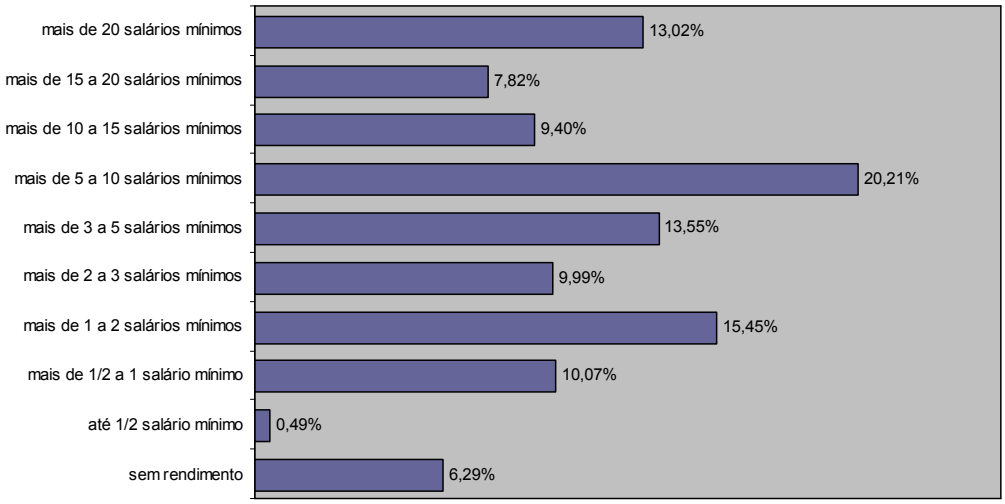


Gráfico 2. Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes - 2000
Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

Após a apreensão dos processos que conduziram a cidade de Vitória a essa conformação de segregação sócio-espacial, buscamos, a seguir, retratar por meio

de indicadores como se distribuem espacialmente as áreas sociais no território da cidade. É mister o conhecimento dos aspectos sócio-econômicos da população, bem como das condições de vida de cada localidade, para que se possa atuar de maneira consciente e eficaz com políticas públicas.

3.2.1. Escala de análise

Em primeiro lugar, escolheu-se a escala de análise a ser adotada. Esta deve ser objeto de atenção especial, pois uma escolha inadequada pode mascarar situações de segregação. A escala adotada deve permitir que sejam detectadas as diferenças entre as áreas. Assim, se a avaliação é realizada no conjunto, o resultado pode parecer de homogeneidade. Mas se dividirmos em setores menores já poderemos detectar as distinções e observar o conjunto como um território heterogêneo, formado de pequenas partes homogêneas (VIGNOLI, 2001).

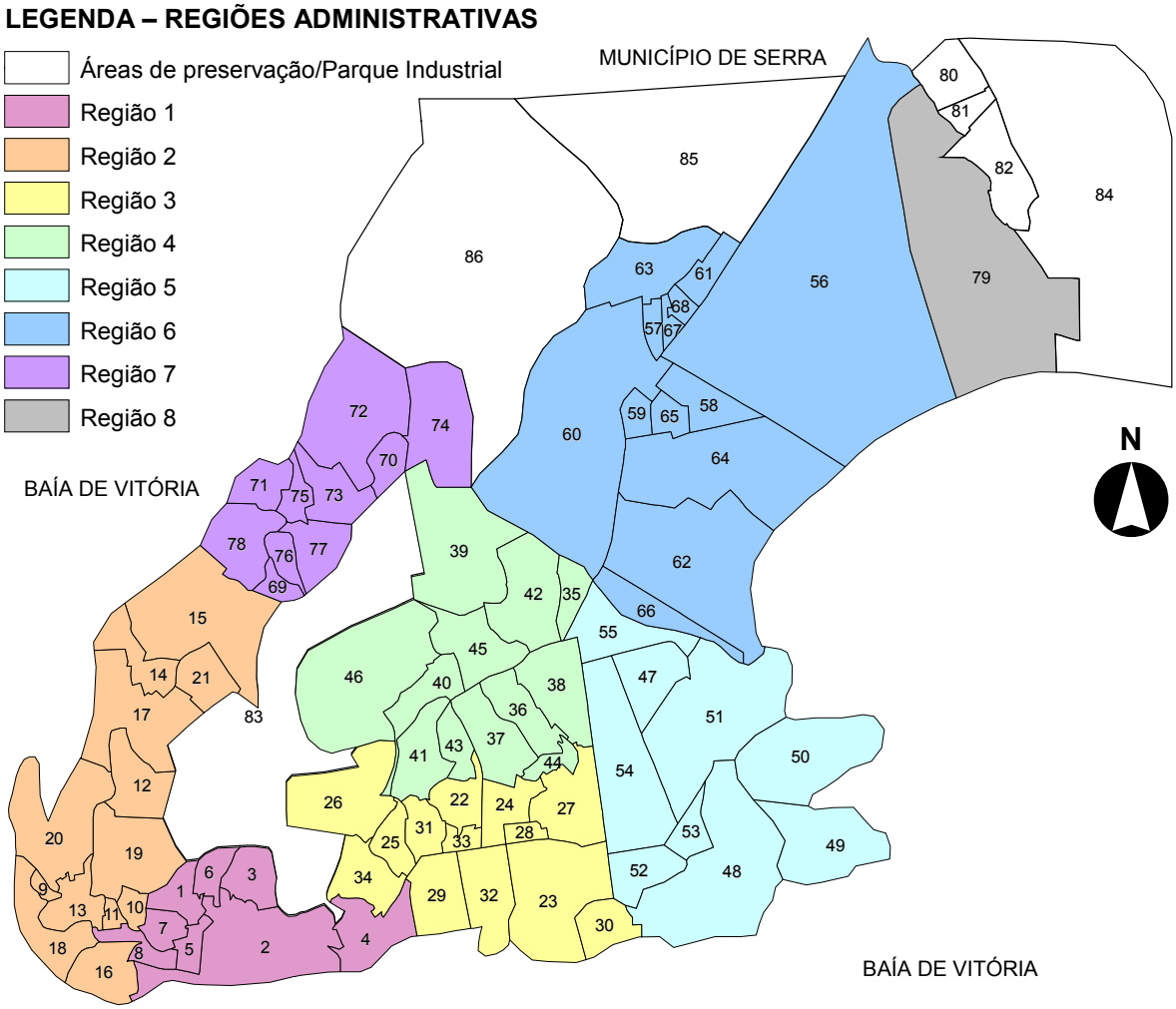
A divisão adotada deve ser coerente com divisões já reconhecidas em termos de território, tanto subjetivamente (apropriação dos usuários e moradores) como administrativamente (divisão de bairros e/ou projetos setoriais).

Na realidade, a escala de análise deve estar de acordo com o território estudado e as entidades que o compõem. Assim, a divisão acompanhará a estrutura do território, que pode ser desde uma cidade ou setor, ou até um país, continente ou em nível global. Assim, tudo dependerá do objetivo da abordagem e da conformação do território.

Nesse sentido, a divisão adotada neste trabalho para o estudo da cidade de Vitória coincide com a divisão de bairros, pelos seguintes motivos: i) é reconhecida pelos seus habitantes, apesar de alguns conflitos territoriais; ii) é a divisão adotada pelo orçamento participativo; iii) é compatível com os setores censitários do IBGE (os bairros são formados pela soma de setores censitários); e iv) permite que sejam detectadas as desigualdades intraurbanas. Por meio dessa divisão, obteremos as áreas sociais que serão confrontadas com a distribuição dos recursos em obras na cidade de Vitória.

A cidade de Vitória é dividida em 79 bairros, que por sua vez, são agrupados em 8 regiões administrativas (ver figura 3 e apêndice 1). A cidade é composta por 271 setores censitários segundo o IBGE. Entretanto, três deles englobam áreas de

preservação (maciço central e manguezais), um compõe o parque industrial, onde se localizam a Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica de Tubarão, e outros seis se referem a bairros que pertencem administrativamente ao município da Serra, mas são considerados pelo IBGE como pertencentes ao município de Vitória. Dessa forma, estes últimos não comporão a análise das áreas sociais.



LEGENDA – BAIRROS DE VITÓRIA

1	Bairro do Moscoso	21	Universitário	41	Santa Cecília	61	Jabour
2	Centro	22	Bairro de Lourdes	42	Santa Marta	62	Jardim da Penha
3	Fonte Grande	23	Bento Ferreira	43	Santos Dumont	63	Maria Ortiz
4	Forte São João	24	Consolação	44	São Benedito	64	Mata da Praia
5	Parque Moscoso	25	Cruzamento	45	São Cristovão	65	Morada de Camburi
6	Piedade	26	Fradinhos	46	Tabuazeiro	66	Pontal de Camburi
7	Santa Clara	27	Gurigica	47	Barro Vermelho	67	Segurança do Lar
8	Vila Rubim	28	Horto	48	Enseada do Suá	68	Solon Borges
9	Ariovaldo Favalessa	29	Ilha de Santa Maria	49	Ilha Bela	69	Comdusa
10	Bairro do Cabral	30	Jesus de Nazareth	50	Ilha do Frade	70	Conquista
11	Bairro do Quadro	31	Jucutuquara	51	Praia do Canto	71	Ilha das Caieiras
12	Bela Vista	32	Monte Belo	52	Praia do Suá	72	Nova Palestina
13	Caratoíra	33	Nazareth	53	Santa Helena	73	Redenção
14	Estrelinha	34	Romão	54	Santa Lúcia	74	Resistência
15	Grande Vitória	35	Andorinhas	55	Santa Luiza	75	Santo André
16	Ilha do Príncipe	36	Bairro da Penha	56	Aeroporto	76	Santos Reis
17	Inhanguetá	37	Bonfim	57	Antônio Honório	77	São José
18	Mário Cypreste	38	Itararé	58	Bairro República	78	São Pedro
19	Santa Tereza	39	Joana D'arc	59	Boa Vista	79	Jardim Camburi
20	Santo Antônio	40	Maruípe	60	Goiabeiras		
21	Universitário	41	Santa Cecília	61	Jabour		

* Os bairros de números 80, 81 e 82 pertencem administrativamente ao município da Serra, mas foram considerados pelo IBGE como pertencentes à Vitória. A área 84 constitui o Parque Industrial de Vitória. A área 83 se refere ao Maciço Central, área de mata atlântica. As áreas 85 e 86 são manguezais. A área 56, referente ao bairro Aeroporto, possui pequena taxa de ocupação, com uma grande área de vegetação de restinga e outra voltada para as atividades do Aeroporto Eurico Salles.

Figura 4. Representação cartográfica da cidade de Vitória – divisão de bairros e regiões
Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo Demográfico 2000. Base de informações por setor censitário (IBGE).

3.2.2. Composição do índice

As variáveis que compõem os índices foram escolhidas levando em consideração os fatores que determinam a condição de desigualdade e conduzem à segregação sócio-espacial. Esta se expressa na divisão do território em áreas sociais, onde se encontram grupos sociais distintos e homogêneos.

O conceito de áreas sociais foi definido por Shevky e Bell, aplicado às cidades norte-americanas, "como sendo áreas marcadas pela tendência à uniformidade da população em termos de três conjuntos de características" (CORRÊA, 1989, p. 60): i) *posição social* (situação econômica – renda, *status* ocupacional, escolaridade, valor do imóvel); ii) *urbanização* (situação familiar – densidade domiciliar, idade e sexo do responsável pelo domicílio, fecundidade); e iii) *segregação* (etnia – raça, origem, nacionalidade).

Corrêa (2004) considera as definições de Shevky e Bell em seus estudos sobre as áreas sociais, porém propõe uma adaptação à realidade latino-americana, considerando, sobretudo, os processos de crescimento urbano que resultaram no aumento da pobreza e da criminalidade. A adequação se refere basicamente ao modo de interpretação dos indicadores, que leva em consideração os "processos de industrialização e urbanização entendidos como geradores de mudanças na estrutura social, responsáveis pela reestruturação de classes sociais e por padrões locacionais específicos" (ibid., p. 58). Assim, o autor apresenta quatro indicadores para a interpretação das áreas sociais nas cidades brasileiras: i) *Status sócio-econômico* (renda, ocupação, escolaridade e natureza da habitação, identificando suas precariedades, como o número de cômodos, infraestrutura disponível e valor do imóvel ou do aluguel); ii) *Status familiar* (fecundidade, mulheres no mercado de trabalho e como chefes de família, estágio do ciclo de vida); iii) *Status do migrante* (origem e tempo de permanência do migrante); e iv) *Status étnico* (raça). Ademais, Corrêa propõe indicadores relativos à religião e às características do espaço físico, como fatores importantes na determinação das áreas sociais.

O Observatório das Metrópoles[9] adota as categorias sócio-ocupacionais para a análise da segregação sócio-espacial. Segundo Ribeiro (2005, p. 101), a ocupação

---

[9] O Observatório das Metrópoles é um grupo de pesquisa, compondo uma rede de pesquisadores que identificam e analisam os fenômenos ocorridos em diversas metrópoles brasileiras.

é “uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc.”, convergindo para um indicador esse conjunto de propriedades (ibid.; RIBEIRO e LAGO, 2000; MENDONÇA, 2003).

Demais autores, como Vetter (1975), Sabatini, Cáceres e Cerda (2001), Luco e Vignoli (2003), Rodríguez e Arriagada (2004), Torres (2004), Marques (2005), permeiam as definições postuladas por Corrêa, utilizando-se, sobretudo de variáveis sócio-econômicas e familiares.

Para este estudo, a princípio, foram determinados dois índices: *status* sócio-econômico e *status* familiar. Entretanto, nas análises fatoriais[10], o índice de s*tatus* familiar se mostrou pouco explicativo para as condições de segregação sócio-espacial, como também foi confirmada a relação de dependência entre as variáveis dos dois índices.

Assim, decidiu-se por montar apenas um índice que pudesse explicar as áreas sociais e demonstrar sua distribuição espacial na cidade. O índice de *status* sócio-econômico e familiar combina as variáveis dos dois índices, retratando a lógica sócio-espacial da distribuição das diversas classes sociais na cidade de Vitória. As variáveis elencadas foram escolhidas com base na literatura que trata da segregação sócio-espacial e de acordo com a disponibilidade, utilizando-se, sobretudo, de dados censitários do IBGE.

O objetivo principal desse índice é a determinação de áreas sociais para serem confrontadas com a análise da distribuição de recursos em obras públicas na cidade, bem como para a orientação relativa à oferta de serviços públicos. Dessa forma, não se buscou demasiado rigor metodológico na construção do índice como dado para avaliação das condições sócio-econômicas e familiares, mas um método que pudesse retratar a hierarquia sócio-espacial da cidade de Vitória. O fato de trabalhar com dados do Censo Demográfico 2000 pode ser uma limitação metodológica na medida em que pretendemos analisar qualitativamente algumas variáveis, e em alguns casos em que bairros sofreram intensa transformação ao longo desses oito anos. No entanto, em relação à discrepância entre áreas, não houve alterações significativas, pela permanência dos perfis sócio-econômicos dos

---

[10] O memorial de cálculo da análise fatorial encontra-se no Apêndice 2.

bairros, o que nos possibilita avaliar a distribuição de recursos em face às desigualdades existentes.

O índice de *status* sócio-econômico e familiar, então, foi composto de 13 (treze) variáveis, conforme descrição da tabela 2, obtidas a partir de microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Tabela 2. Variáveis utilizadas no índice de *status* sócio-econômico e familiar

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
IMP	Idade média das pessoas residentes	Idade
IMC	Idade média dos chefes de domicílios	Idade
DMU	Proporção de domicílios particulares permanentes chefiados por mulheres	Percentual
DED	Densidade domiciliar – proporção de pessoas residentes em domicílios particulares	Pessoas
REA	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes – alfabetizadas	Percentual
REP	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com até 4 anos de estudo	Percentual
REG	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 5 a 8 anos de estudo	Percentual
REM	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 9 a 11 anos de estudo	Percentual
RES	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 12 a 17 anos de estudo	Percentual
RED1	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento ou com rendimento nominal mensal até 1 SM	Percentual
RED2	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 1 a 3 SM	Percentual
RED3	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 3 a 10 SM	Percentual
RED4	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 10 SM	Percentual

As variáveis foram submetidas à análise fatorial, que as reduzem em alguns fatores que explicam as características sociais, através de uma análise da correlação entre todas as variáveis. Por meio dessa análise podemos perceber as relações de dependência entre as diversas variáveis, e identificar os aspectos que classificam as camadas sociais. A análise das variáveis gerou dois fatores que respondem por 84,36% da variância. Entretanto, já o primeiro fator responde por 65,28%, o que torna desnecessária a consideração do segundo fator. Assim, por meio desse primeiro fator definiram-se os grupos sócio-econômicos para a avaliação espacial de sua distribuição, conforme o escore gerado na análise fatorial.

3.2.3. CONFIGURAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

Para a composição dos grupos sociais, deu-se início à análise de *cluster*. Primeiramente, tentou-se extrair esses grupos por meio do programa SPSS. Entretanto, não se chegou a um resultado coerente, pois, geralmente, quando há poucas variáveis e elementos, a análise de *cluster* por meio do programa não é satisfatória.

A divisão por quartis também não seria coerente, pois estes não representam grupos relativamente homogêneos. Essa escolha poderia levar à conclusão de que, por exemplo, o grupo de alto *status* sócio-econômico e familiar é maior do que na realidade. O gráfico 3 demonstra que grande parte dos casos apresenta índices abaixo da média, que no escore gerado corresponde ao valor 0 (zero), o que significa que há mais casos com pior índice de *status* sócio-econômico e familiar.

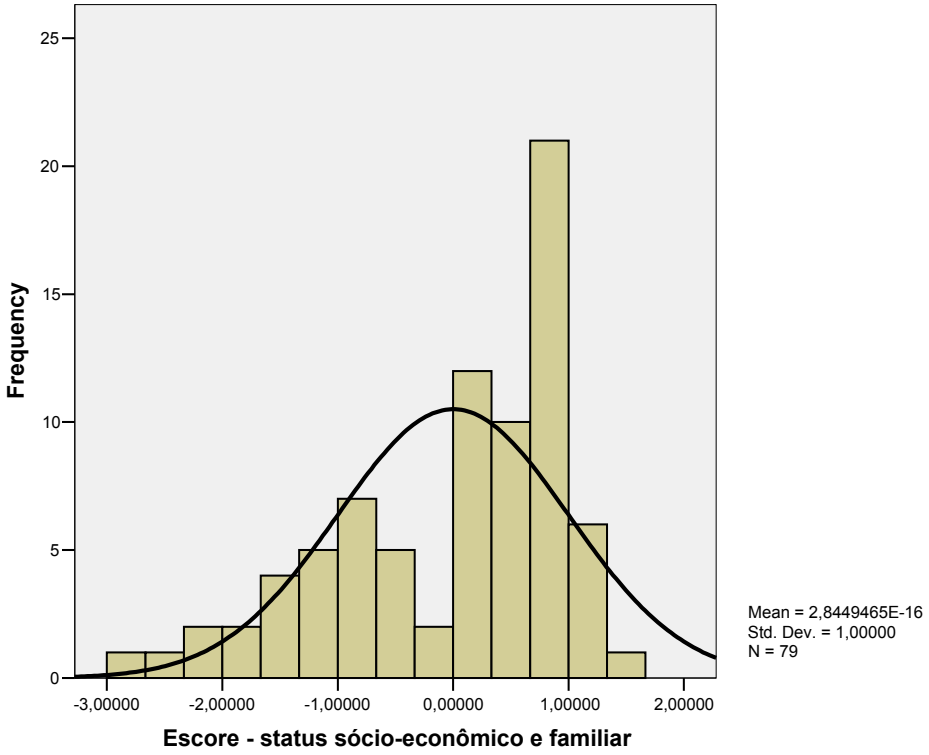


Gráfico 3. Histograma de frequência – *status* sócio-econômico e familiar
Fonte: Elaborada pela autora.

Dessa forma, partiu-se para a análise não-automática e empírica, observando as associações dos dados que determinam o fator que explica a distribuição dos grupos. Esses principais dados, conforme a análise fatorial, são as variáveis ligadas à renda e escolaridade dos chefes de família. Assim, por meio da observação dos

fatores, de acordo com a classificação gerada pelos escores (ver apêndice 3), buscou-se agrupar áreas com características semelhantes, com certa homogeneidade, mesmo com a existência em menor proporção de elementos de conteúdos sociais diferentes.

Desse modo, por meio da análise das evidências relacionadas às variáveis principais, distinguiram-se quatro grupos sociais, com as seguintes características (ver figura 5 e apêndice 3):

Grupo 1 – alto status sócio-econômico e familiar: Engloba uma população de 64.731 habitantes (23% da pop. - CENSO 2000/IBGE). Nesse grupo, mais de 50% dos chefes de domicílio possuem renda mensal maior que 10 salários mínimos, com presença mínima de chefes com renda menor que 3 salários mínimos. A escolaridade acompanha a renda, sendo que mais de 50% dos chefes de domicílio possuem curso superior e a taxa de analfabetismo é próxima de zero. A proporção de domicílios chefiados por mulheres é levemente menor que a dos demais grupos. Está concentrado na área leste da ilha, na região do Novo Arrabalde, e no Continente, no loteamento Camburi.

Grupo 2 – médio-alto status sócio-econômico e familiar: É um grupo composto por 54.295 habitantes (19,2% da pop. - CENSO 2000/IBGE), com 25% a 50% dos chefes de família com renda mensal maior que 10 salários mínimos, e com 25% a 50% dos chefes família com renda mensal entre 3 e 10 salários mínimos. A soma das duas faixas de renda chega sempre a aproximadamente 75%. Da mesma forma que o grupo 1, a escolaridade acompanha a renda mensal, mas com taxas um pouco menores, computando uma soma de 70% entre os responsáveis por domicílios de escolaridade média e superior. A taxa de analfabetismo entre os chefes de família ainda é pequena, cerca de 1%. Esse grupo já se encontra um pouco mais disperso, mas em áreas adjacentes às áreas do grupo 1. As áreas se referem à região central, à região de Jucutuquara e Maruípe (primeira etapa do projeto Novo Arrabalde) e na região praiana. A área oeste da ilha é ausente tanto desse grupo quanto do grupo 1.

Grupo 3 – médio-baixo status sócio-econômico e familiar: Composto por 42.159 habitantes (14,9% da pop. - CENSO 2000/IBGE), onde há concentração de, em média, cerca de 25% de responsáveis por domicílios com renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos, e cerca de 40% de chefes de domicílios com renda mensal entre 3 e 10 salários mínimos, somando as duas faixas cerca de 65% a 70% dos casos.

Seguindo a tendência, a escolaridade se concentra entre média e fundamental (médias de 33% e 25%, respectivamente), mas há considerável porcentagem de chefes de família com apenas ensino primário (média de 31%). A taxa de analfabetismo entre os responsáveis por domicílios é de 5%, em média. A localização desse grupo é relativamente aleatória, mas não chega ao leste da ilha e à região da praia.

Grupo 4 – baixo status sócio-econômico e familiar: Grupo formado por uma população de 121.380 habitantes (42,9% da pop. - CENSO 2000/IBGE). Cerca de 25% a 40% dos chefes de domicílio estão na faixa de renda de até 1 salário mínimo, e entre 32% e 50% recebem entre 1 e 3 salários mínimos mensais. A presença de responsáveis com renda maior que 10 salários mínimos é pequena (média de 3,5%). Em média, 45% dos chefes de família só alcançaram o ensino primário, e 33% cursaram o ensino fundamental. O percentual médio de chefes com ensino superior é de 2,8%. A taxa de analfabetismo entre eles também chega à média de 12%. O pior caso, no bairro São Benedito, chega a 31%. A idade média das pessoas residentes nesse grupo é ligeiramente menor que os demais, como também a densidade domiciliar é levemente maior que as demais. Essa população se localiza de forma preponderante na área oeste da ilha, na região de São Pedro, e, sobretudo, nas áreas de invasão de manguezais e morros.

A tabela 3 apresenta uma síntese das características dos grupos sociais distinguidos.

Tabela 3. Resumo dos grupos

	Grupos	População (hab.)	Características principais
1	Alto status sócio-econômico e familiar	64.731 (23%)	Renda e escolaridade altas, poucas mulheres como chefe de família
2	Médio-alto status sócio-econômico e familiar	54.295 (19,2%)	Renda e escolaridade médio-altas
3	Médio-baixo status sócio-econômico e familiar	42.159 (14,9%)	Renda e escolaridade médio-baixas
4	Baixo status sócio-econômico e familiar	121.380 (42,9%)	Renda e escolaridade baixas, alta taxa de analfabetismo

A população de melhor *status* sócio-econômico e familiar se concentra em uma determinada área da cidade, na área leste da ilha, se misturando muito pouco com outros níveis sociais. Podemos perceber na figura 4, uma linha imaginária que divide a cidade, evidenciando a segregação sócio-espacial existente. Nesse sentido é que podemos caracterizá-la como “cidade partida”, onde fica clara a divisão sócio-econômica imposta pela dinâmica da cidade.

Vitória se configura de modo análogo ao padrão apresentado por Hoyt (Sessão 2.3.3), em que a população de alto *status* se concentra em uma área dotada de amenidades e efeitos de aglomeração, cercada de população de médio *status*, enquanto a população de baixo *status* se localiza em área oposta.

A análise do padrão sócio-espacial da cidade de Vitória resultou na constatação da existência de extrema segregação, conforme conceitos e definições apresentados no capítulo 2. Confirmou-se a ocorrência de áreas de conteúdos sociais distintos, com alto grau de homogeneidade interna, concentradas espacialmente.

LEGENDA:

GRUPO 1 – alto *status* sócio-econômico e familiar

GRUPO 2 – médio-alto *status* sócio-econômico e familiar

GRUPO 3 – médio-baixo *status* sócio-econômico e familiar

GRUPO 4 – baixo *status* sócio-econômico e familiar

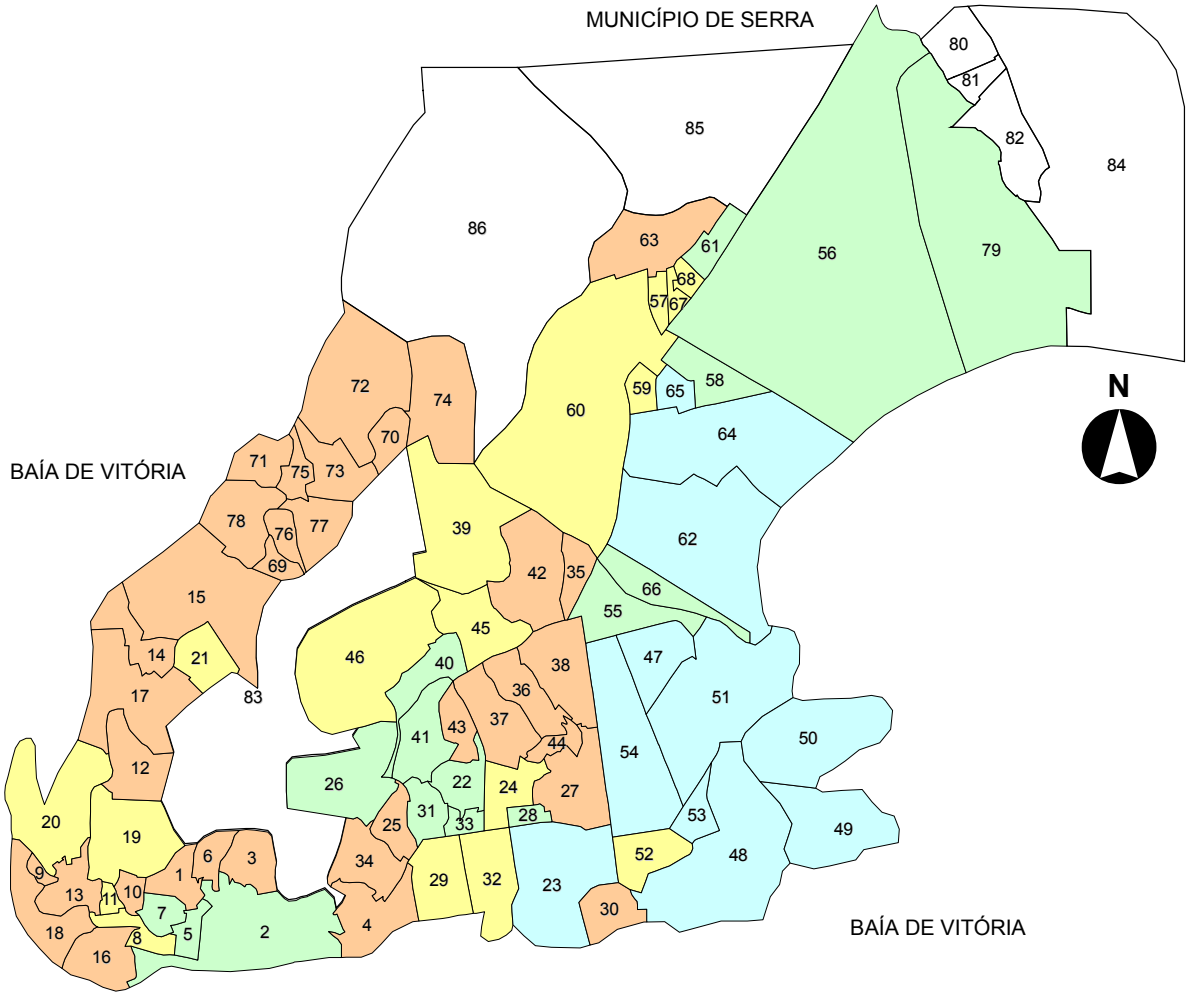


Figura 5. Configuração espacial dos grupos sociais na cidade de Vitória[11].
Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo Demográfico 2000. Base de informações por setor censitário (IBGE).

3.2.4. ANÁLISE DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Áreas urbanas bem providas de infraestrutura proporcionam segurança aos seus moradores. Essa segurança se refere ao fato de poder contar com serviços públicos e dispensar suas energias na busca do desenvolvimento pessoal. Uma população de baixo *status* sócio-econômico e familiar residente em uma área bem

[11] Ver denominação dos bairros no Apêndice 1.

infraestruturada encontra-se em maiores condições de igualdade com classes mais elevadas na estrutura social. Ao contrário, se essa população reside em área também carente de infraestrutura e serviços públicos, a condição de vida pode ser considerada como de maior precariedade.

Na concepção de Sen (2000) a oferta de serviços públicos compõe as oportunidades sociais de que os indivíduos necessitam para melhoria de suas condições de vida, dentro de um conjunto de liberdades que ajudam a promover a sua capacidade. Nesse viés, Harvey (1980) se refere às condições de acessibilidade aos recursos urbanos como efeitos denominados “exteriorizações”, que podem causar impactos distributivos, alterando a renda real dos indivíduos. Assim, a distribuição dos serviços públicos na cidade pode ser fonte de desigualdade de renda.

Nesse sentido, considerou-se importante a análise da distribuição dos serviços públicos na cidade e a sua associação com o nível social da população, visando identificar as áreas carentes nos dois aspectos. Essas áreas são as que merecem maior atenção das políticas públicas.

Para tal, foram levantados dados relativos à oferta de serviços públicos municipais e infraestrutura disponível para cada bairro, obtidos por meio de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e de relatórios gerenciais da Prefeitura de Vitória. A administração municipal é responsável pelo ensino infantil e fundamental, pelo atendimento ambulatorial de saúde, como também pela criação e manutenção de áreas públicas de lazer e esportes, serviços considerados de fundamental importância para a vida urbana. A Prefeitura Municipal de Vitória mantém um banco de dados sobre esses serviços, o que possibilitou a coleta dos dados junto aos órgãos competentes.

O índice de oferta de serviços públicos almeja avaliar se determinados serviços que conferem qualidade de vida à população estão sendo ofertados nas áreas de menor *status* sócio-econômico e familiar. A combinação entre os dois índices gera uma nova classificação que também servirá de parâmetro para a avaliação da distribuição dos recursos em obras públicas. Assim, além de verificarmos quais áreas são carentes em termos sócio-econômicos, identificaremos as que também são carentes de intervenções para a melhoria da qualidade de vida urbana.

Foram selecionadas 6 (seis) variáveis, elencadas na tabela 4, que foram submetidas à análise fatorial. Entretanto, o resultado não foi satisfatório, não sendo obtido um fator principal que pudesse explicar a variância dos dados e definir o índice de uma forma geral. No índice de oferta de serviços públicos, três fatores explicam uma pequena porcentagem de variância independentemente, sendo que a soma desses fatores responde por 71,16% da variância.

Tabela 4. Variáveis utilizadas no índice de oferta de serviços públicos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
DESG	Proporção de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário na rede geral de esgoto ou pluvial	Percentual
DLIX	Proporção de domicílios particulares permanentes cujo lixo é coletado por serviço de limpeza; ou em caçamba de serviço de limpeza	Percentual
APLE	Área pública de lazer e esportes por habitantes	m²/hab
VENI	Vagas no Ensino Infantil Municipal por habitantes de 0 a 5 anos	vagas CMEIs/hab 0-5anos
VENF	Vagas no Ensino Fundamental Municipal por habitantes de 6 a 14 anos	vagas EMEFs/hab 6-14anos
ATES	Atendimentos nos postos de saúde por habitantes	atendimentos/hab

O primeiro fator, de variância 33,74%, se refere a serviços públicos de saúde, educação e esgotamento sanitário, associando as variáveis VENI, VENF, ATES e DESG. Esse fator, mesmo demonstrando pouca variância foi utilizado como escore para a avaliação da qualidade de vida urbana por englobar os serviços fundamentais à qualidade de vida urbana, dos quais a população de baixo e médio-baixo *status* sócio-econômico e familiar não pode prescindir.

A partir desse fator, observou-se que os citados serviços públicos estão mais presentes em comunidades de baixo e médio-baixo *status* sócio-econômico e familiar. O gráfico de correlação entre os dois escores evidencia essa relação (gráfico 4). No escore do índice de oferta de serviços públicos, os valores positivos são os de melhor resultado, enquanto no escore do *status* sócio-econômico e familiar, os valores negativos são os referentes aos melhores índices. Assim, pode-se observar que, em geral, quanto menor o índice de *status* sócio-econômico e familiar, melhor é a oferta de serviços públicos.

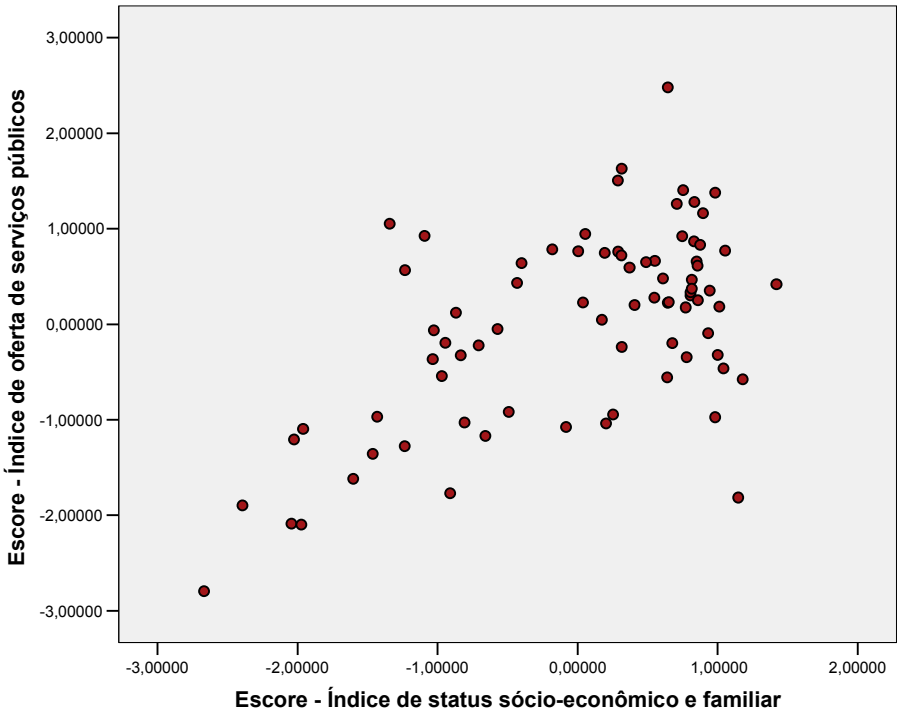


Gráfico 4. Correlação entre os escores dos índices de oferta de serviços públicos e *status* sócio-econômico e familiar.
Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, percebe-se que há vários bairros desses grupos sociais em situações precárias na oferta desses serviços, o que colabora para a redução na renda real de seus habitantes e da sua qualidade de vida. Os grupos de melhor *status* sócio-econômico e familiar são os que menos contam com os serviços públicos. Os resultados podem ser observados na figura 6, que apresenta a configuração espacial do índice de oferta de serviços públicos, segundo uma divisão por quartil[12].

[12] Nesse caso, optou-se pela divisão por quartil por não se tratar de divisão qualitativa, mas por visar uma noção da distribuição do índice.

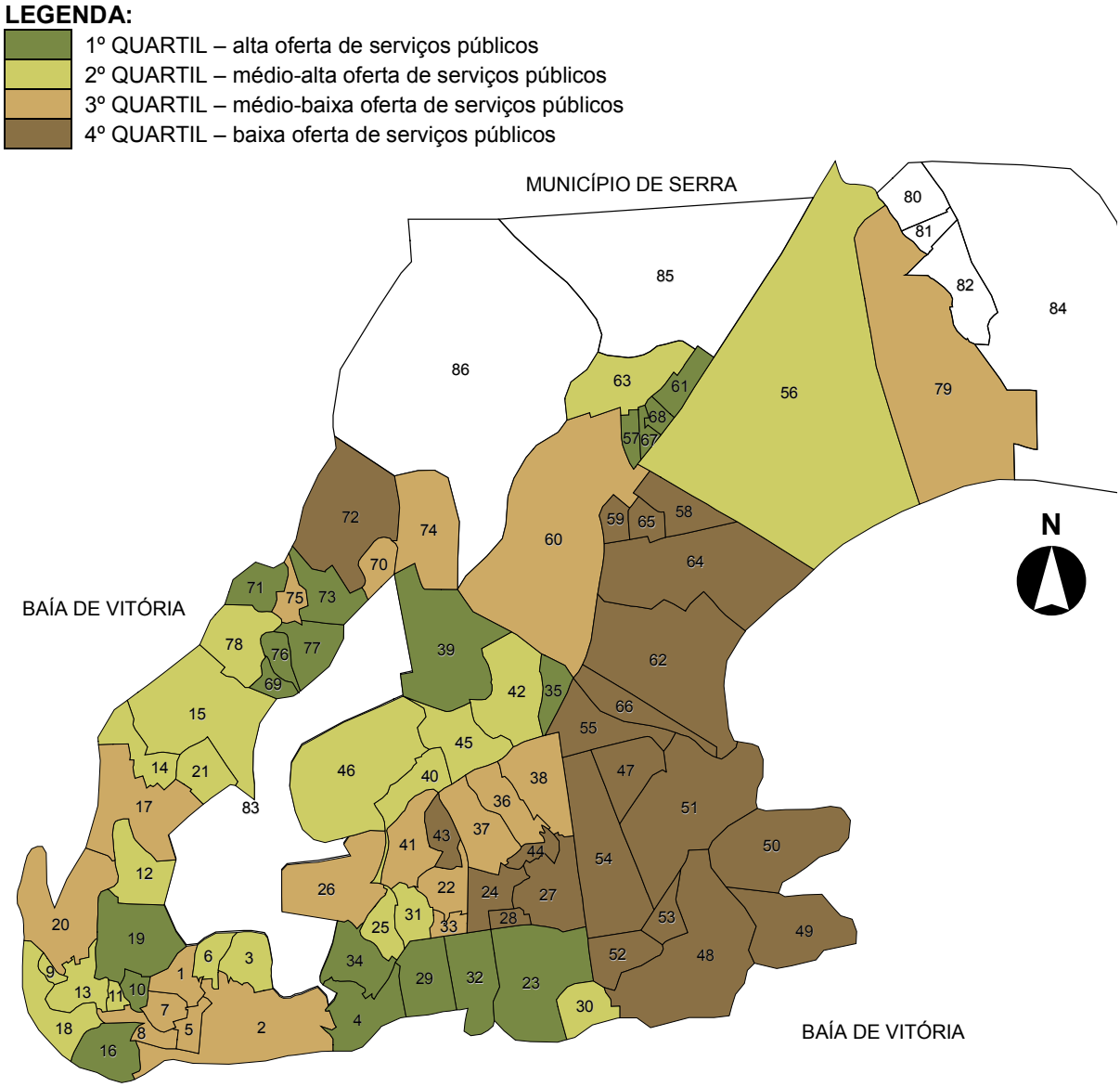


Figura 6. Configuração espacial dos bairros segundo o índice de oferta de serviços públicos[13].
Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo Demográfico 2000. Base de informações por setor censitário (IBGE).

O apêndice 4 apresenta o resultado dos dados levantados e o escore quanto ao índice de oferta de serviços públicos, em ordem decrescente. A classificação por cores corresponde aos grupos sociais definidos anteriormente (índice de *status* sócio-econômico e familiar), possibilitando comparar a oferta de serviços públicos com a posição social dos bairros.

Importa lembrar que um bom índice de oferta de serviços públicos, conforme os parâmetros utilizados nesta pesquisa, não denota um espaço valorizado do ponto de vista do mercado imobiliário. Os requisitos para a valorização imobiliária e a

[13] Ver denominação dos bairros no Apêndice 1.

atração de habitantes de alto status sócio-econômico e familiar não estão ligados diretamente à oferta de serviços públicos. Pelo contrário, como citado anteriormente, as áreas voltadas para a elite não usufruem de serviços públicos. Os serviços privados, a facilidade de acesso ao comércio sofisticado e um ambiente urbano aprazível são algumas das amenidades logradas pela população de maior poder aquisitivo para a sua localização residencial. Assim também ocorre na cidade de Vitória. A área leste da ilha é considerada um novo centro, para onde se deslocaram importantes equipamentos públicos administrativos, como também se tornou um importante centro de comércio e serviços.

As áreas de menor *status* sócio-econômico e familiar são caracterizadas por uma estrutura urbana simples e muitas vezes precária, com comércio e serviços de bairro e instituições públicas de ensino, saúde e assistência social. A luta da população é pela melhoria desses serviços, sobretudo por meio do orçamento participativo, o qual a maioria de seus participantes pertence a esse grupo (BONI et al., 2008).

Considerando que a oferta de serviços públicos interfere na renda real dos indivíduos redefinindo sua posição social, realizou-se uma análise combinando o índice de *status* sócio-econômico e familiar e o índice de oferta de serviços públicos, por meio de uma análise fatorial com todas as variáveis dos dois índices.

O novo índice foi denominado “índice de condições sócio-econômicas e urbanas”, onde a análise fatorial resultou num novo escore, utilizando-se o primeiro fator de variância 47,91%. Observa-se a mudança de posição dos bairros em relação ao *status* sócio-econômico e familiar, conforme as variáveis de oferta de serviços públicos. Para fins de análise, os bairros foram agrupados em quartis. A figura 7 apresenta a configuração espacial desses quartis[14].

[14] Nesse caso, também optou-se pela divisão por quartil por não se tratar de divisão qualitativa, mas por visar uma noção da distribuição do índice.

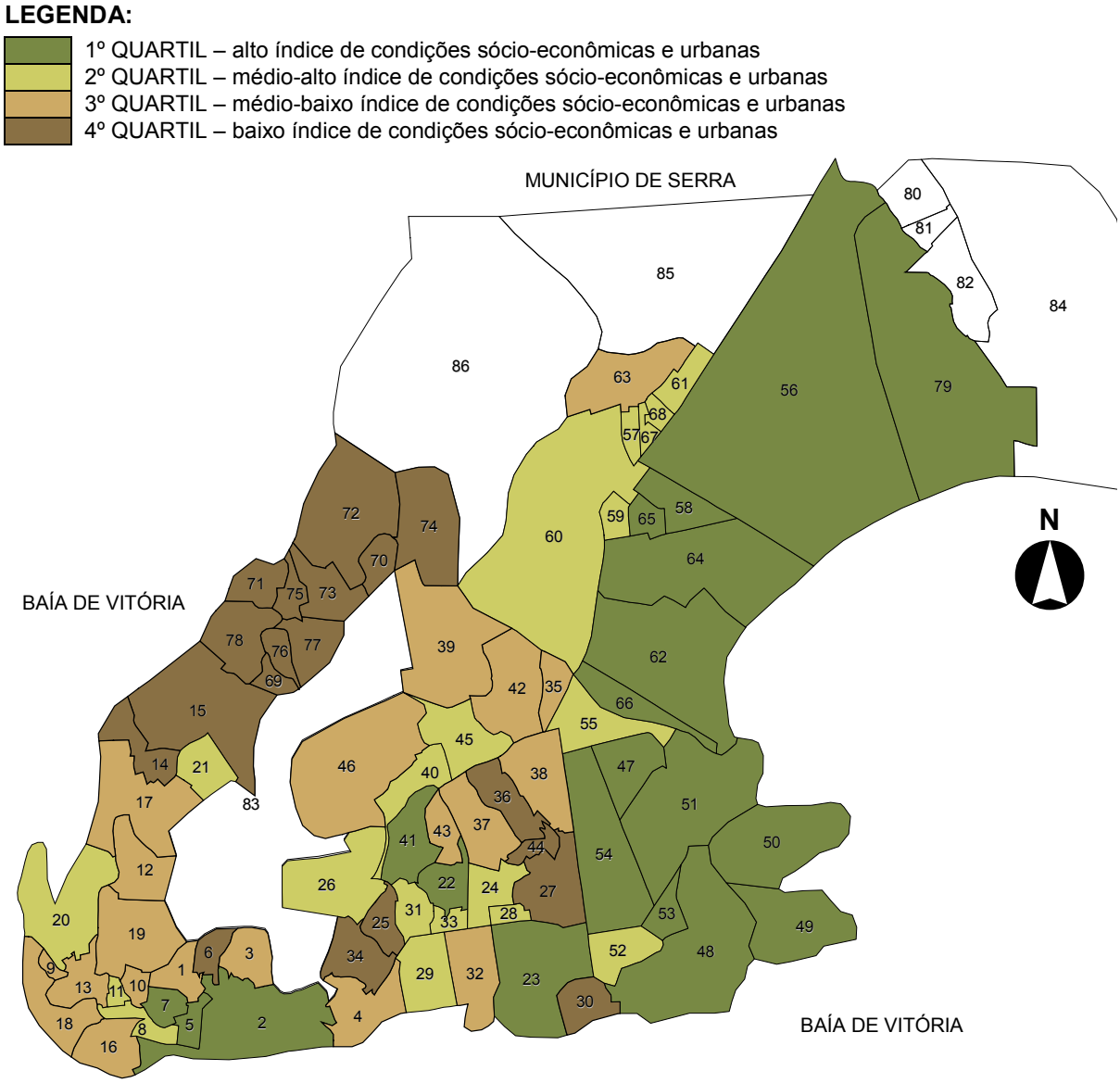


Figura 7. Configuração espacial dos bairros segundo o índice de condições sócio-econômicas e urbanas[15].

Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo Demográfico 2000. Base de informações por setor censitário (IBGE).

Bairros de baixo *status* sobem na classificação quando contam com boa quantidade de serviços, enquanto bairros de melhor *status* descem no escore por disporem de poucos serviços. Ao mesmo tempo, observa-se que bairros de baixo *status* se firmam ou reduzem sua posição por ainda contarem com pouca oferta de serviços públicos. É o caso, por exemplo, dos bairros São Benedito e Santos Reis (tabela 5). Entretanto, essas transposições não se mostram significativas a ponto de alterar grande parte da classificação. As hierarquias geradas nos escores do índice

[15] Ver denominação dos bairros no Apêndice 1.

de condições sócio-econômicas e urbanas e do índice de *status* sócio-econômico e familiar são muito semelhantes. Esse dado pode se constituir numa poderosa ferramenta de ação do poder público em busca da justa distribuição dos recursos.

Tabela 5. Escores do índice de *status* sócio-econômico e familiar, do índice de oferta de serviços públicos e do índice de condições sócio-econômicas e urbanas, segundo os grupos sociais definidos (continua)

	BAIRRO	SCORE STATUS SEF		BAIRRO	SCORE OSP		BAIRRO	SCORE COND. SEU
50	Ilha do Frade	-2,66887	16	Ilha do Príncipe	2,4811	51	Praia do Canto	-1,76374
49	Ilha Bela	-2,39437	32	Monte Belo	1,63052	50	Ilha do Frade	-1,67146
47	Barro Vermelho	-2,04339	29	Ilha de Santa Maria	1,50469	53	Santa Helena	-1,65845
53	Santa Helena	-2,02508	35	Andorinhas	1,40288	47	Barro Vermelho	-1,62889
51	Praia do Canto	-1,97333	71	Ilha das Caieiras	1,37857	49	Ilha Bela	-1,55245
64	Mata da Praia	-1,96048	34	Romão	1,27906	54	Santa Lúcia	-1,46443
48	Enseada do Suá	-1,60258	4	Forte São João	1,26126	62	Jardim da Penha	-1,45391
54	Santa Lúcia	-1,46318	76	Santos Reis	1,1624	64	Mata da Praia	-1,44475
62	Jardim da Penha	-1,43196	23	Bento Ferreira	1,05252	5	Parque Moscoso	-1,4121
23	Bento Ferreira	-1,34271	68	Solon Borges	0,94651	48	Enseada do Suá	-1,2998
65	Morada de Camburi	-1,23552	61	Jabour	0,92549	2	Centro	-1,25979
56	Aeroporto	-1,23327	69	Comdusa	0,9221	65	Morada de Camburi	-1,21054
61	Jabour	-1,0929	10	Bairro do Cabral	0,86699	79	Jardim Camburi	-1,17352
5	Parque Moscoso	-1,0349	77	São José	0,83189	22	Bairro de Lourdes	-1,06621
41	Santa Cecília	-1,02722	57	Antônio Honório	0,78276	41	Santa Cecília	-1,06603
79	Jardim Camburi	-0,97001	73	Redenção	0,77078	58	Bairro República	-1,04032
22	Bairro de Lourdes	-0,94525	67	Segurança do Lar	0,76506	23	Bento Ferreira	-1,01365
55	Santa Luiza	-0,91091	19	Santa Tereza	0,75975	7	Santa Clara	-0,98533
26	Fradinhos	-0,86805	39	Joana Darc	0,74638	66	Pontal de Camburi	-0,94164
2	Centro	-0,83385	46	Tabuazeiro	0,72199	56	Aeroporto	-0,93427
28	Horto	-0,80825	42	Santa Marta	0,66323	61	Jabour	-0,92722
7	Santa Clara	-0,70695	25	Cruzamento	0,65775	28	Horto	-0,89535
66	Pontal de Camburi	-0,6588	45	São Cristovão	0,65104	55	Santa Luiza	-0,87228
33	Nazareth	-0,57153	40	Maruípe	0,63932	31	Jucutuquara	-0,8654
58	Bairro República	-0,49138	78	São Pedro	0,61226	33	Nazareth	-0,85743
31	Jucutuquara	-0,4321	11	Bairro do Quadro	0,59347	26	Fradinhos	-0,84942
40	Maruípe	-0,39994	56	Aeroporto	0,5654	57	Antônio Honório	-0,71574
57	Antônio Honório	-0,18008	9	Ariovaldo Favalessa	0,47968	40	Maruípe	-0,64563
24	Consolação	-0,08241	13	Caratoíra	0,46755	24	Consolação	-0,45464
67	Segurança do Lar	0,00552	31	Jucutuquara	0,43276	67	Segurança do Lar	-0,43397
21	Universitário	0,0383	6	Piedade	0,4184	8	Vila Rubim	-0,39508
68	Solon Borges	0,05498	14	Estrelinha	0,3736	68	Solon Borges	-0,34445
8	Vila Rubim	0,17362	15	Grande Vitória	0,35331	59	Boa Vista	-0,14061
39	Joana Darc	0,19345	12	Bela Vista	0,33546	60	Goiabeiras	-0,05264
52	Praia do Suá	0,2034	3	Fonte Grande	0,30143	21	Universitário	-0,03882
59	Boa Vista	0,25273	18	Mário Cypreste	0,27779	52	Praia do Suá	0,02867
29	Ilha de Santa Maria	0,28864	30	Jesus de Nazareth	0,25038	20	Santo Antônio	0,10319
19	Santa Tereza	0,28915	63	Maria Ortiz	0,23221	45	São Cristovão	0,11597
46	Tabuazeiro	0,3134	21	Universitário	0,22725	29	Ilha de Santa Maria	0,12804
32	Monte Belo	0,31462	43	Santos Dumont	0,22513	11	Bairro do Quadro	0,15954
60	Goiabeiras	0,31606	20	Santo Antônio	0,2022	32	Monte Belo	0,16642
11	Bairro do Quadro	0,37145	75	Santo André	0,18408	39	Joana Darc	0,18664

Tabela 5. Escores do índice de status sócio-econômico e familiar, do índice de oferta de serviços públicos e do índice de condições sócio-econômicas e urbanas, segundo os grupos sociais definidos (conclusão)

	BAIRRO	SCORE STATUS SEF		BAIRRO	SCORE OSP		BAIRRO	SCORE COND. SEU
20	Santo Antônio	0,40784	17	Inhanguetá	0,17656	19	Santa Tereza	0,27897
45	São Cristovão	0,48951	26	Fradinhos	0,12161	18	Mário Cypreste	0,29553
18	Mário Cypreste	0,54827	8	Vila Rubim	0,04695	9	Ariovaldo Favalessa	0,30263
42	Santa Marta	0,55205	33	Nazareth	-0,04874	46	Tabuazeiro	0,30925
9	Ariovaldo Favalessa	0,60931	41	Santa Cecília	-0,06348	38	Itararé	0,41708
38	Itararé	0,64024	36	Bairro da Penha	-0,09501	63	Maria Ortiz	0,48503
43	Santos Dumont	0,64389	22	Bairro de Lourdes	-0,19389	43	Santos Dumont	0,49417
16	Ilha do Príncipe	0,64483	1	Bairro do Moscoso	-0,1988	13	Caratoíra	0,52398
63	Maria Ortiz	0,65148	7	Santa Clara	-0,22181	42	Santa Marta	0,53927
1	Bairro do Moscoso	0,67698	60	Goiabeiras	-0,23724	1	Bairro do Moscoso	0,65763
4	Forte São João	0,7094	70	Conquista	-0,32009	16	Ilha do Príncipe	0,64037
69	Comdusa	0,74781	2	Centro	-0,32466	35	Andorinhas	0,64714
35	Andorinhas	0,75372	37	Bonfim	-0,34421	37	Bonfim	0,71007
17	Inhanguetá	0,77158	5	Parque Moscoso	-0,36595	3	Fonte Grande	0,73786
37	Bonfim	0,77819	74	Resistência	-0,46293	17	Inhanguetá	0,79191
3	Fonte Grande	0,80588	79	Jardim Camburi	-0,54153	12	Bela Vista	0,84707
12	Bela Vista	0,80707	38	Itararé	-0,55602	4	Forte São João	0,85661
13	Caratoíra	0,81511	72	Nova Palestina	-0,57672	10	Bairro do Cabral	0,90404
14	Estrelinha	0,81596	58	Bairro República	-0,91789	25	Cruzamento	0,90685
10	Bairro do Cabral	0,83174	59	Boa Vista	-0,94554	36	Bairro da Penha	0,92258
34	Romão	0,83489	62	Jardim da Penha	-0,96844	14	Estrelinha	0,92969
25	Cruzamento	0,85119	27	Gurigica	-0,97331	78	São Pedro	0,98172
78	São Pedro	0,85657	28	Horto	-1,02921	69	Comdusa	0,99338
30	Jesus de Nazareth	0,85928	52	Praia do Suá	-1,03767	15	Grande Vitória	1,01585
77	São José	0,87573	24	Consolação	-1,0756	30	Jesus de Nazareth	1,01762
76	Santos Reis	0,89604	64	Mata da Praia	-1,09696	27	Gurigica	1,05494
36	Bairro da Penha	0,93265	66	Pontal de Camburi	-1,16855	34	Romão	1,08834
15	Grande Vitória	0,94365	53	Santa Helena	-1,20711	77	São José	1,16287
27	Gurigica	0,98229	65	Morada de Camburi	-1,27658	75	Santo André	1,22428
71	Ilha das Caieiras	0,9831	54	Santa Lúcia	-1,35505	74	Resistência	1,27908
70	Conquista	1,00073	48	Enseada do Suá	-1,61723	73	Redenção	1,33206
75	Santo André	1,01265	55	Santa Luiza	-1,76937	72	Nova Palestina	1,45508
74	Resistência	1,0419	44	São Benedito	-1,81404	71	Ilha das Caieiras	1,4736
73	Redenção	1,05466	49	Ilha Bela	-1,89596	6	Piedade	1,53487
44	São Benedito	1,14736	47	Barro Vermelho	-2,08826	44	São Benedito	1,54355
72	Nova Palestina	1,18009	51	Praia do Canto	-2,09817	76	Santos Reis	1,57398
6	Piedade	1,42033	50	Ilha do Frade	-2,79547	70	Conquista	1,71255

1. As cores inseridas nos bairros se referem à classificação por grupos sociais.

LEGENDA:

- GRUPO 1 – alto *status* sócio-econômico e familiar
- GRUPO 2 – médio-alto *status* sócio-econômico e familiar
- GRUPO 3 – médio-baixo *status* sócio-econômico e familiar
- GRUPO 4 – baixo *status* sócio-econômico e família

4. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS EM OBRAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Este capítulo se dedica à análise da distribuição dos recursos destinados a obras no município de Vitória no período das duas últimas gestões (2001-2008), visando identificar a tendência atual das escolhas locacionais dos administradores públicos dessa cidade.

As decisões locacionais dos investimentos públicos possuem efeitos redistributivos, sendo de grande responsabilidade no desenvolvimento sócio-econômico de sua população. Nesta análise retomamos o que Harvey (1980) denomina *efeitos de exteriorização*, determinados pela *acessibilidade de oportunidades* e *proximidade* no sistema urbano. As intervenções na cidade, de natureza pública ou privada, interferem diretamente nessas exteriorizações, gerando custos ou benefícios aos cidadãos. Especificamente para o caso em estudo, interessa-nos os efeitos gerados pelas obras públicas.

As obras públicas são intervenções urbanas que podem proporcionar maior *acessibilidade* aos recursos urbanos a determinadas áreas onde são localizados equipamentos urbanos que oferecem serviços públicos. Assim, minimizam-se os custos de acessibilidade a facilidades, como serviços de educação, saúde, transporte, esportes, lazer, etc. Essas facilidades conferem aumento na renda real dos indivíduos, como também, maior qualidade de vida.

A *proximidade* de determinadas intervenções podem causar efeitos positivos ou negativos, como a valorização ou desvalorização imobiliária, dependendo da natureza da obra. As obras públicas, de um modo geral, por buscarem melhoria do ambiente urbano e dos serviços públicos, causam efeitos positivos. Assim, podemos inferir que, de modo geral, toda obra pública pressupõe benefícios a população afetada.

Partindo do princípio que os recursos urbanos não são ubíquos, Harvey (1980) propõe a busca de uma *justiça social territorial*, por meio de três princípios: i) *necessidade* — "a organização espacial e o padrão de investimento regional deveriam ser tais que satisfizessem as necessidades da população"[16] (HARVEY, 1980, p. 91); ii) *contribuição ao bem comum* — o padrão de alocação de recursos deve proporcionar efeitos multiplicadores e transferências de renda inter-regionais; iii) *mérito* — "desvios no padrão de investimento territorial podem ser tolerados se estão destinados a superar dificuldades específicas do meio, que poderiam de outro modo prejudicar a evolução de um sistema" (ibid., p. 91). Esses princípios podem ser utilizados para a análise da distribuição espacial dos recursos destinados a obras.

A distribuição dos recursos em obras não traduz por completo o padrão locacional dos investimentos, mas demonstra a orientação escolhida e indica se ocorre alguma preocupação com a justiça social territorial. Assim, por meio da análise da distribuição das obras públicas na cidade, pôde-se verificar a postura política mantida nos últimos oito anos na cidade de Vitória.

O levantamento dos investimentos em obras foi realizado a partir das publicações dos contratos[17] do Diário Oficial do município de Vitória. Foram considerados os contratos relativos a obras, excluindo as executadas em prédios administrativos. Também não foram considerados os contratos referentes à elaboração de projetos.

Foram considerados, ao todo, 560 contratos, sendo 209 na gestão 2001-2004 e 351 na gestão 2005-2008, além de aditamentos. Uma falha nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Vitória impediu a análise de cerca de vinte contratos do ano de 2002[18], dos quais alguns poderiam ser de obras. Entretanto, isso não comprometeu de forma significante a análise.

Os valores foram atualizados monetariamente segundo o Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB) do Sindicato da Construção de São Paulo, por se tratar de um índice ligado diretamente à execução de obras. As análises de

---

[16] Neste caso, as políticas setoriais deveriam estabelecer as demandas por cada serviço.

[17] Conforme a Lei Federal 8.666/93, artigo 61, parágrafo único, é obrigatória a publicação do resumo do instrumento de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial.

[18] Não foi possível consultar os jornais onde foram publicados os atos oficiais, pois o Arquivo Público Estadual, único local que arquiva tais peças, passava por um período de reformas. Assim, somente se teve acesso aos backups de dados digitais da PMV.

investimentos se baseiam em valores *per capita* a fim de permitir a comparação entre áreas com tamanhos populacionais diversos.

Sabe-se que algumas intervenções causam impacto em toda a população da cidade, e até mesmo nas outras cidades da região metropolitana. Entretanto, para efeito desta análise foi considerado somente o efeito direto que a intervenção produz na localidade em que está situada a obra, que, na verdade, é a mais afetada. Logo, a análise foi realizada utilizando-se dos valores das obras sobre a população dos bairros em que estão localizadas.

4.1. FINANÇAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS EM OBRAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

A situação das finanças públicas do município de Vitória demonstra boa autonomia tributária (relação entre Receita Tributária e Receita Total), que variou de 25,9% a 32,2% entre os anos 2001 e 2008 (acima da média das cidades do mesmo porte no Sudeste), sendo o ISSQN a principal fonte de receita tributária. A arrecadação com o IPTU representa uma pequena parte da receita, devido, sobretudo, às baixas alíquotas e ao grande número de isenções. As transferências correntes são as que conferem maior peso às receitas do município, representando em média, ao longo dos últimos oito anos, 56,5% das receitas orçamentárias. A cota parte de ICMS repassada pelo Estado tem o maior peso nas transferências — 33,5% da receita, em média. O município de Vitória arrebanha boa parte do ICMS do Estado, pela concentração de comércio e serviços, sobretudo os ligados às atividades portuárias e à construção civil (SANTOS, 2008; BRASIL. Ministério da Fazenda).

A receita per capita do município em 2008, conforme receita orçamentária e população estimadas, é de R$3.715,47, o que o classifica, segundo estudos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como cidade “em muito boa situação” de arrecadação (6ª faixa de classificação[19]). Essa condição indica que a administração do município de Vitória

[19] Os estudos consideraram as seguintes classes de arrecadação per capita: 1ª Faixa - até R$499,00 - miserável; 2ª Faixa – de R$ 500,00 a R$749,99 - pobre; 3ª Faixa - de R$750,00 a R$999,99 - em situação crítica; 4ª Faixa - de R$1.000,00 a R$1.499,99 - em situação razoável; 5ª

possui boas condições de investimento e, sobretudo, potencial para implementar políticas de caráter redistributivo e investir na melhoria das condições urbanas da população de menor renda.

Conforme dados do Tesouro Nacional, os investimentos totais na cidade de Vitória atingem percentuais elevados em relação às cidades brasileiras de mesmo porte, que investem em média, 10,5% das despesas (BRASIL, 2006). O percentual de investimentos totais sobre as despesas orçamentárias em Vitória cresceu de 13,5% em 2001 para 26% em 2008, passando por uma situação atípica em 2005 com um percentual de 8%, quando a gestão atual assumiu a administração. Se levarmos ainda em consideração que a cidade possui muito boa arrecadação, concluímos que o montante de investimentos é elevado.

Os investimentos em obras oscilaram na média de 6,2% na gestão 2001-2004, aumentando substantivamente na gestão 2005-2008, com uma média de 17,8% de investimentos em obras sobre a Receita Orçamentária. A última gestão iniciou o governo com 4,3% de investimentos em obras, finalizando com 24,9% (tabela 6; gráficos 5 e 6). O pequeno percentual de investimentos do primeiro ano da gestão 2005-2008 se deve, sobretudo, à mudança de governo do PSDB para o PT.

Tabela 6. Investimentos em obras e Receitas Orçamentárias

Ano	Receita Orçamentária (R$)	Investimentos em obras (R$)	Percentual de investimentos em obras sobre a Receita Orçamentária
2001	709.679.434,37	53.300.364,26	7,5%
2002	620.909.644,84	50.539.210,93	8,1%
2003	607.003.600,75	21.715.446,81	3,6%
2004	707.044.689,12	38.450.865,56	5,4%
Total gestão 2001-2004	**2.644.637.369,09**	**164.005.887,55**	**6,2%**
2005	822.721.325,15	35.777.683,97	4,3%
2006	915.720.499,61	120.011.832,07	13,1%
2007	1.053.486.609,63	257.760.695,91	24,5%
2008	1.180.839.718,00	293.635.920,82	24,9%
Total gestão 2005-2008	**3.972.768.152,39**	**707.186.132,77**	**17,8%**

Obs.: A receita orçamentária do ano de 2008 é a estimativa publicada no Diário Oficial do município.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município e de dados do Ministério da Fazenda (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Considerando que o total da receita orçamentária sofreu uma elevação de cerca de 50% na gestão 2005-2008 em relação à anterior e que ainda o percentual de investimentos em obras também aumentou consideravelmente, observa-se que o

---

Faixa - de R$1.500,00 a R$2.499,99 - em boa situação; 6ª Faixa - de R$2.500,00 a R$4.999,99 - em muito boa situação; 7ª Faixa - acima de R$5.000,00 – ótima (BRASIL. Ministério da Fazenda).

montante desses investimentos elevou-se destacadamente. O acréscimo ocorrido foi de 431% entre as duas gestões.

Por meio do gráfico 5 podemos apreender a evolução das receitas orçamentárias e dos investimentos em obras, que mantiveram crescimento constante nos últimos cinco anos.

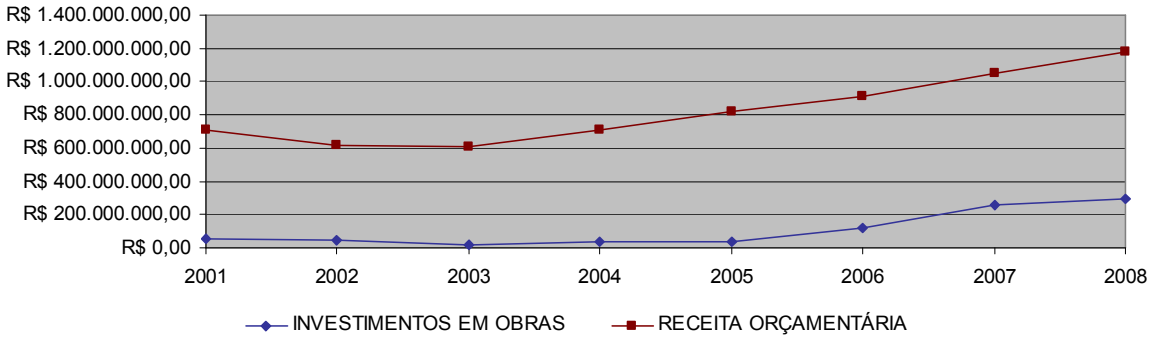


Gráfico 5. Evolução dos investimentos em obras e da receita orçamentária no município de Vitória.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

O gráfico 6 demonstra uma queda no percentual de investimentos em obras nos anos de 2003 e 2005, o alto crescimento nos anos de 2006 e 2007, e a manutenção de patamares elevados no ano de 2008.

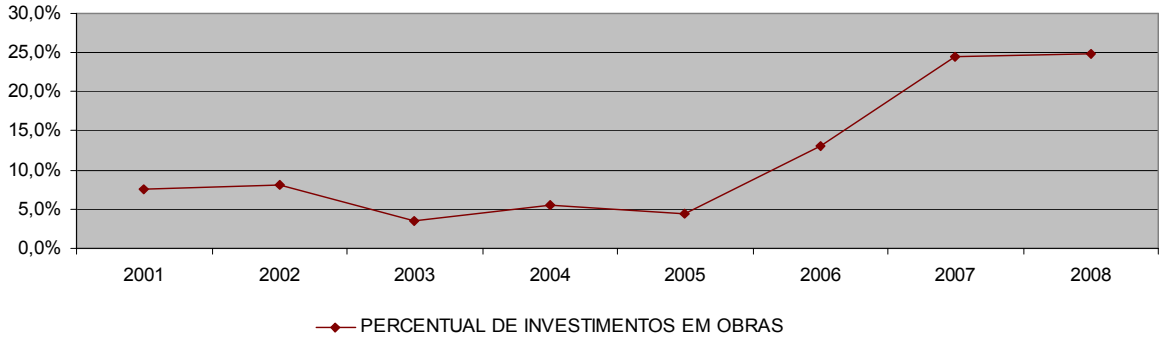


Gráfico 6. Evolução do percentual de investimentos em obras sobre a receita orçamentária no município de Vitória.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Observa-se uma pequena elevação nos percentuais de investimentos em obras nos anos eleitorais (2002, 2004, 2006 e 2008). Marques e Bichir (2001) apresentam o vínculo eleitoral como um dos mecanismos de alteração no padrão de investimentos públicos apontados pela literatura, mas acreditam que esse pressuposto não é válido, com base em estudos realizados para a cidade do Rio de Janeiro com investimentos em saneamento. Afirmam também que as políticas são

realizadas por técnicos nos quais os políticos se apoiam para realizar um bom governo. No entanto, observa-se na prática que apesar de haver um corpo técnico comprometido com a qualidade dos serviços, como também mecanismos de alocação de recursos previstos no Plano Plurianual, é evidente o esforço das gestões em investir o máximo possível nos anos eleitorais, seja para fins de reeleição, seja para eleger algum aliado.

Quanto à natureza da obra, observa-se que a urbanização foi a grande prioridade das duas gestões, representando 59,30% dos investimentos em obras na gestão 2001-2004 e 71,07% na gestão 2005-2008 (tabela 7). As obras de urbanização são as que conferem maior qualidade ao meio ambiente urbano e melhoria de infraestrutura urbana. Por consequência, também são responsáveis pela valorização imobiliária na sua área de influência.

Em relação às obras de outras naturezas, as duas gestões apresentaram priorização diferenciada. A gestão 2001-2004 teve como segunda prioridade, os equipamentos de educação, seguida de habitação, equipamentos de saúde e equipamentos públicos. Essas tipologias de obra são voltadas, sobretudo, à utilização das classes menos abastadas, que não têm condições de acesso aos serviços privados.

Na gestão 2005-2008, depois da urbanização, privilegiaram-se equipamentos públicos, equipamentos de educação, equipamentos de saúde e, por último, habitação. No entanto, observa-se que todos os tipos de obra tiveram aumento no montante de investimentos, com destaque para urbanização, com 417% de incremento nos investimentos (tabela 7 e gráfico 7).

Tabela 7. Investimentos por natureza da obra e gestão

	GESTÃO 2001-2004		GESTÃO 2005-2008	
Nº DE CONTRATOS	**209**		**351**	
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO[1]	28.505.564,77	17,38%	55.919.943,78	7,91%
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE[2]	10.812.762,29	6,59%	31.887.523,11	4,51%
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS[3]	8.898.832,38	5,43%	86.089.832,38	12,17%
HABITAÇÃO[4]	18.527.667,27	11,30%	30.692.653,67	4,34%
URBANIZAÇÃO[5]	97.261.060,84	59,30%	502.596.179,84	71,07%
TOTAL DE INVESTIMENTOS EM OBRAS	**164.005.887,55**	**100,00%**	**707.186.132,77**	**100,00%**

[1] Creche, escola, centro educacional unificado;

[2] Unidade de saúde, pronto atendimento, policlínica, laboratório, hospital, serviço de orientação ao exercício;

[3] Centro de convivência, centro esportivo, centro regional de atendimento social, academia popular, centro de treinamento profissional, mercado, albergue, cemitério, sambódromo;

[4] Unidade habitacional, módulo sanitário, acabamento de fachada, alojamento provisório;

[5] Ruas, calçadas, praças, parques, escadarias, drenagem, iluminação, pavimentação, contenção de talude, esgotamento sanitário.

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

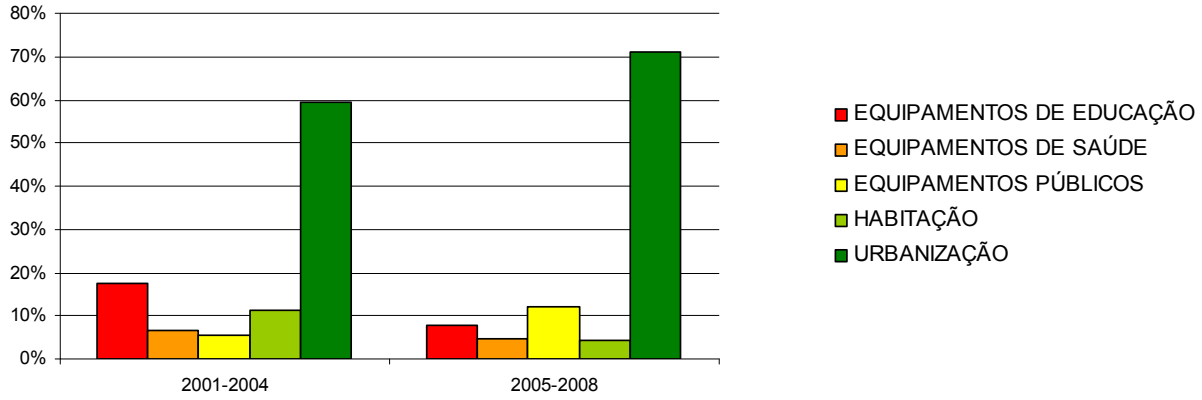


Gráfico 7. Investimentos por gestão, segundo natureza da obra.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

4.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS EM OBRAS

A análise da distribuição espacial dos investimentos em obras foi realizada por meio do valor *per capita*, considerando a população dos bairros dada pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE) onde as obras foram localizadas. A alocação dos recursos em obras foi confrontada com os grupos sociais derivados da análise do índice de *status* sócio-econômico e familiar e com os quartis resultantes do índice de condições sócio-econômicas e urbanas.

Considerando os valores absolutos, observa-se na tabela 8 que as duas gestões aplicaram maior montante no grupo 4 (51,85% na gestão 2001-2004 e

43,12% na gestão 2005-2008). Na gestão 2001-2004, em segundo lugar, investiu-se mais no grupo 1, seguindo-se em ordem decrescente, dos grupos 3 e 2. A gestão 2005-2008 seguiu uma ordem de prioridade do grupo de mais baixo ao mais alto *status*.

Tabela 8. Investimentos por gestão, segundo os grupos sociais.

Grupos	População	Gestão 2001-2004			Gestão 2005-2008		
		R$ valor absoluto	%	R$ per capita	R$ valor absoluto	%	R$ per capita
1 Alto *status*	64.731	30.962.046,21	18,88	439,81	106.967.747,49	15,13	1.523,20
2 Médio-alto *status*	54.295	23.345.638,88	14,23	456,60	123.215.199,12	17,42	2.873,15
3 Médio-baixo *status*	42.159	24.659.902,10	15,04	530,46	172.060.535,93	24,33	3.702,33
4 Baixo *status*	121.380	85.038.300,36	51,85	827,05	304.942.650,23	43,12	3.258,86

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

No entanto, em termos de investimentos *per capita*, a gestão 2001-2004 priorizou o grupo 4 (baixo *status*), enquanto a gestão 2005-2008 privilegiou o grupo 3 (médio-baixo *status*). Na gestão 2001-2004, os investimentos *per capita* no grupo 4 excederam os do grupo 3 (segunda na ordem de prioridade) em 56%. Os investimentos nos grupos 1, 2 e 3 se mostraram bastante aproximados, mas foram tanto menor quanto melhor o *status* sócio-econômico e familiar. Na gestão 2005-2008, o investimento *per capita* no grupo 1 (alto *status*) foi bem menor que o aplicado nos demais grupos, que apresentam valores aproximados entre si. O grupo 4 (baixo *status*) foi o segundo maior investimento *per capita* dessa gestão (gráfico 8).

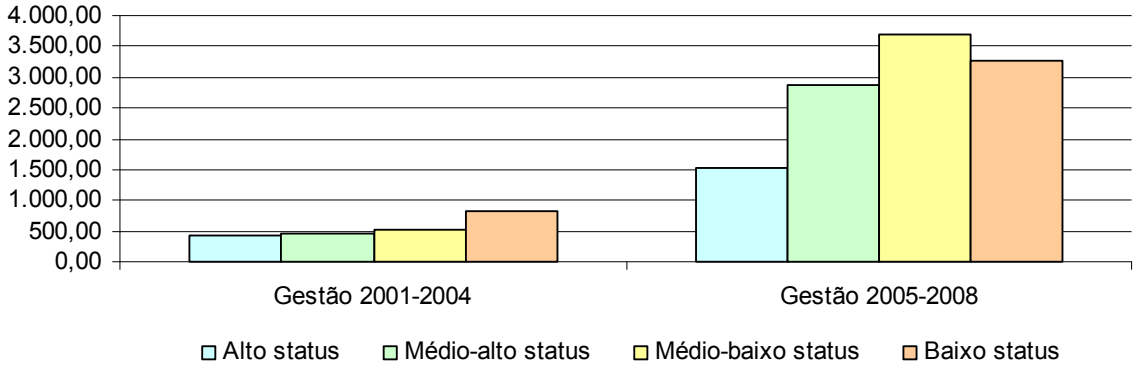


Gráfico 8. Investimentos *per capita* por gestão, segundo grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

As figuras 8 e 9 demonstram a distribuição espacial dos recursos em obras nas duas gestões. Apesar de não apresentarem correlação direta entre *status* sócio-econômico e familiar e investimentos *per capita* nas duas gestões, as

representações cartográficas evidenciam algumas ocorrências importantes para o nosso estudo.

Na gestão 2001-2004, a área leste da cidade, considerada na análise da segregação sócio-espacial em Vitória uma área de concentração quase que exclusiva do grupo de alto *status* sócio-econômico e familiar, possui uma boa quantidade de bairros com maiores valores de investimentos, enquanto na gestão 2005-2008 há significativa quantidade de bairros com menores investimentos *per capita*.

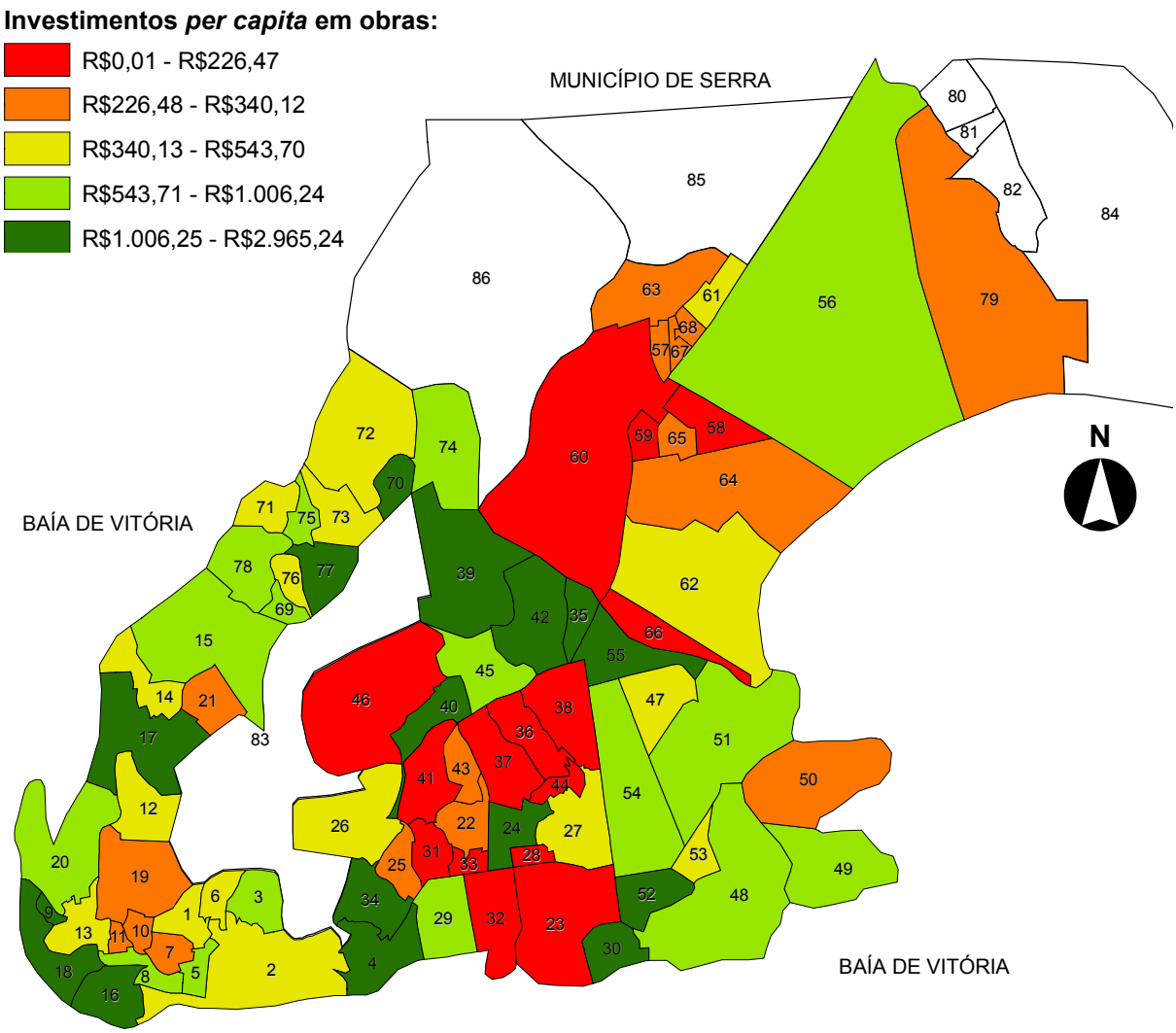


Figura 8. Distribuição espacial dos investimentos *per capita* por bairros na gestão 2001-2004[20].
Fonte: Elaborada pela autora, com dados processados a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

[20] Ver denominação dos bairros no Apêndice 1.

Grande parte dos bairros da área oeste da ilha, considerada a de menor *status* sócio-econômico e familiar, foi contemplada com maiores investimentos *per capita*. Entretanto, as figuras demonstram que na gestão 2001-2004 essa área foi mais privilegiada do que na gestão 2005-2008.

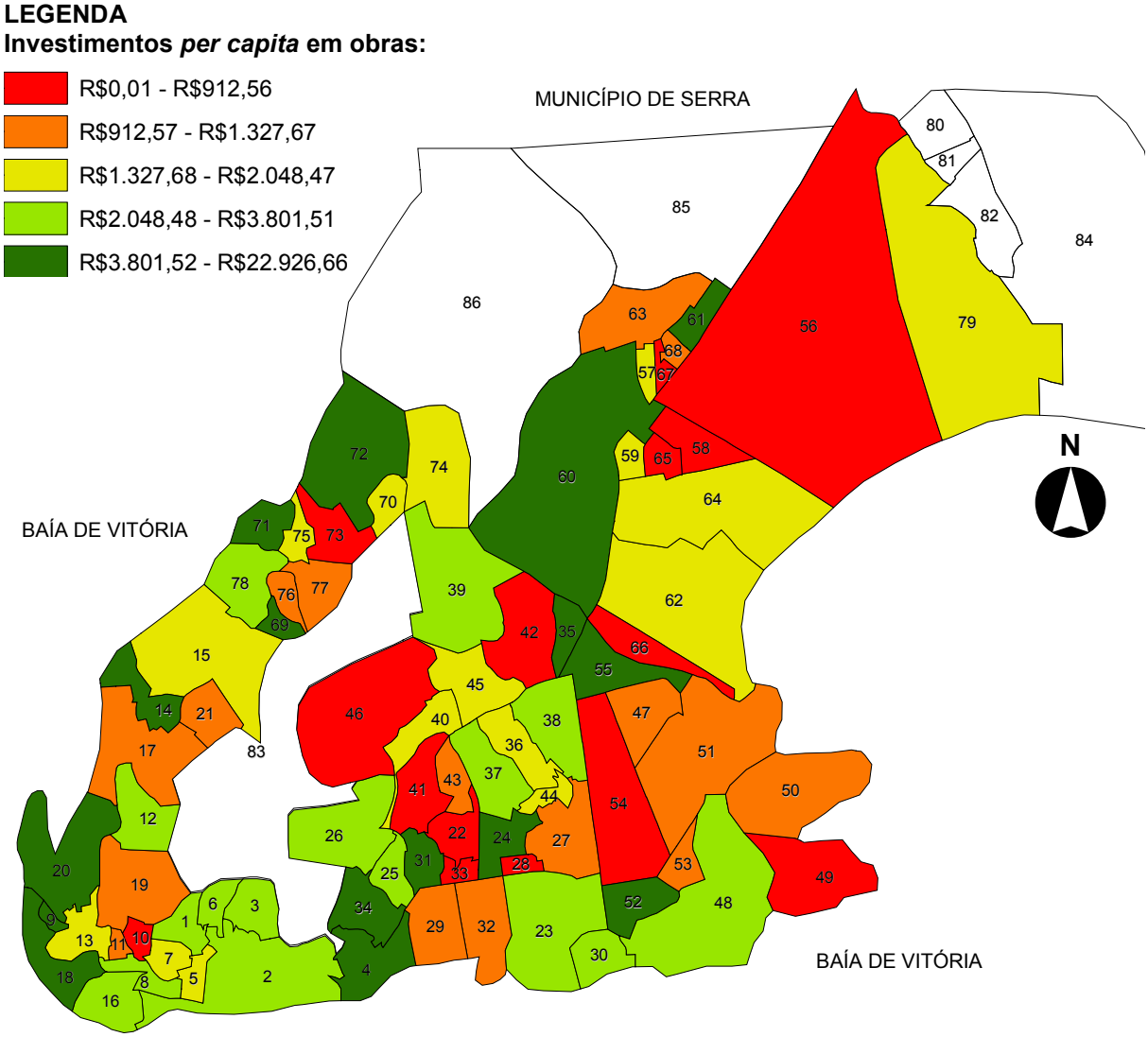


Figura 9. Distribuição espacial dos investimentos *per capita* por bairros na gestão 2005-2008[21].
Fonte: Elaborada pela autora, com dados processados a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Os gráficos 9 e 10 apresentam os valores dos investimentos *per capita* por bairro, divididos segundo os grupos sociais. Neles podemos observar maior frequência de melhores investimentos no grupo de baixo *status*, decrescendo para o grupo de alto *status* em ambas as gestões.

---

[21] Ver denominação dos bairros no Apêndice 1.

Ressaltam-se altos desequilíbrios de investimentos na gestão 2005-2008, destacando alguns bairros que receberam obras e equipamentos de grandes proporções e abrangência municipal, como a Fábrica do Trabalho em Jucutuquara (grupo 2) e o Parque Tancredo Neves em Mário Cypreste (grupo 4), e até metropolitana, como a ampliação da avenida Fernando Ferrari em Goiabeiras (grupo 3).

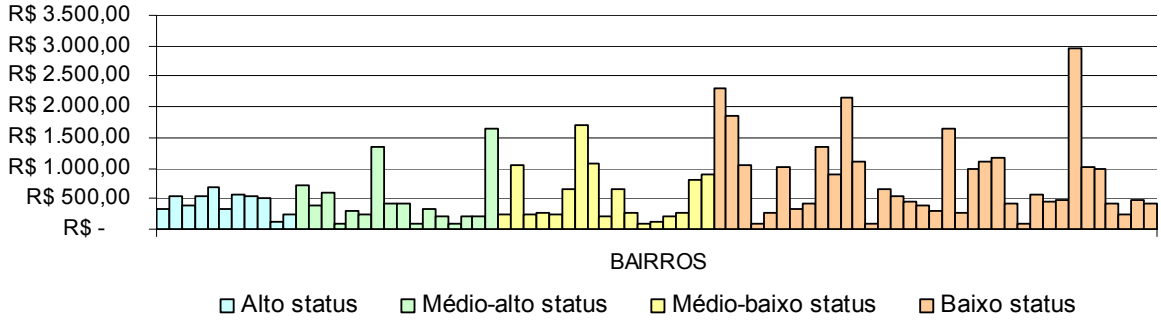


Gráfico 9. Investimentos *per capita* na gestão 2001-2004 por bairros, segundo grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

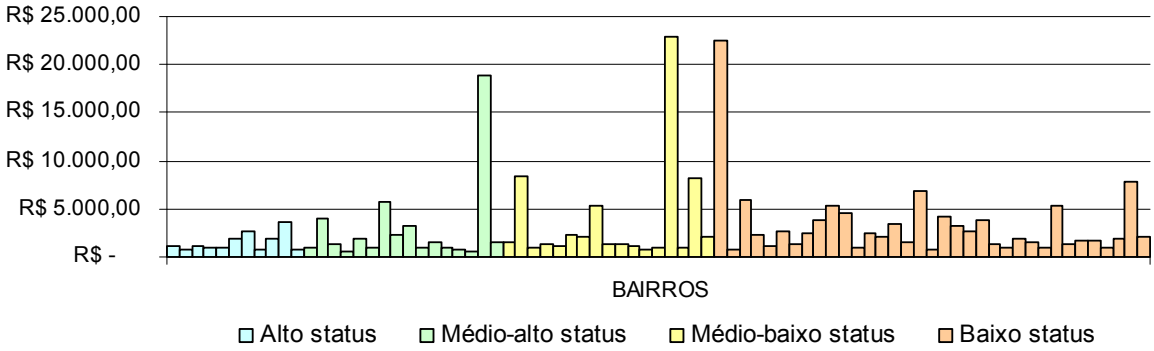


Gráfico 10. Investimentos *per capita* na gestão 2005-2008 por bairros, segundo grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Em relação à natureza das obras, podemos também extrair dados quanto aos grupos privilegiados por tipo de intervenção. As tabelas 9 e 10 apresentam os valores dos investimentos *per capita* em obras públicas por natureza das obras e por grupos sociais para as duas gestões. Observa-se que os valores de investimentos *per capita* são bem mais elevados na gestão 2005-2008.

Tabela 9. Investimentos *per capita* por grupos sociais, segundo a natureza das obras, na gestão 2001-2004

	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	26,56	87,95	128,18	126,55
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	13,07	5,22	38,62	48,43
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	0,00	78,46	11,31	61,23
HABITAÇÃO	4,13	4,13	86,17	93,28
URBANIZAÇÃO	396,06	280,83	266,18	497,56
TOTAL DE INVESTIMENTOS EM OBRAS	**439,81**	**456,60**	**530,46**	**827,05**

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Tabela 10. Investimentos *per capita* por grupos sociais, segundo a natureza das obras, na gestão 2005-2008

	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	22,69	111,71	421,16	294,88
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	32,31	31,57	89,07	317,08
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	46,70	1.022,55	1.281,95	66,58
HABITAÇÃO	29,88	30,36	35,92	442,23
URBANIZAÇÃO	1.391,63	1.676,97	1.874,22	2.138,09
TOTAL DE INVESTIMENTOS EM OBRAS	**1.523,20**	**2.873,15**	**3.702,33**	**3.258,86**

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

As duas gestões beneficiaram os grupos sociais de baixo e médio-baixo *status* com maiores montantes *per capita* em obras de equipamentos de educação, sendo que na gestão 2005-2008 a proporção desses investimentos nesses grupos em relação aos demais foi bastante elevada (gráfico 11).

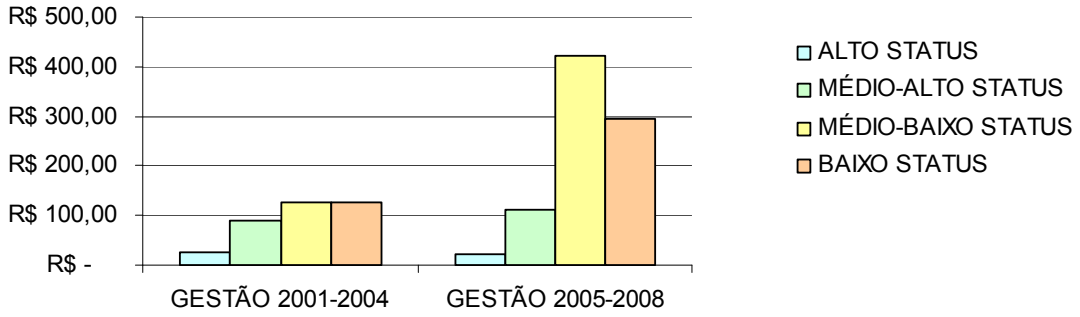


Gráfico 11. Investimentos *per capita* em equipamentos de educação, por gestão e grupos sociais.

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Os maiores beneficiados em obras de equipamentos de saúde também foram os grupos de baixo e médio-baixo *status*, com destaque para a gestão 2005-2008, que privilegiou em grandes proporções a população de baixo *status* (gráfico 12).

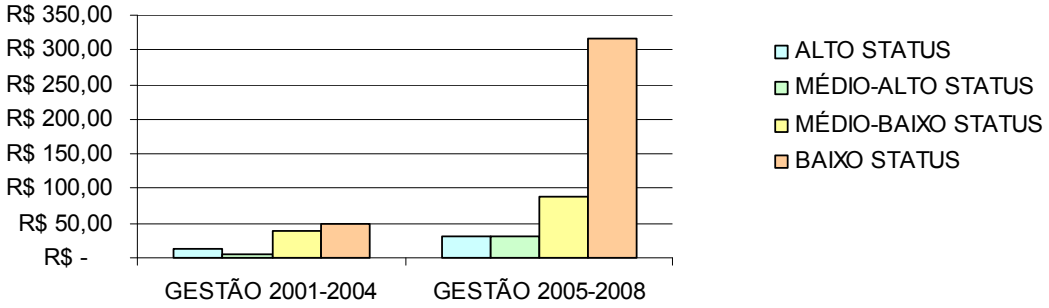


Gráfico 12. Investimentos *per capita* em equipamentos de saúde, por gestão e grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

A implantação dos equipamentos públicos não segue a mesma tendência dos equipamentos de saúde e educação. Na gestão 2001-2004, investiram-se mais nos grupos de médio-alto e baixo *status*, sendo que o grupo de alto *status* não recebeu investimentos dessa natureza. Os grupos de médio-alto e médio-baixo *status* foram os mais beneficiados com recursos voltados para a instalação de equipamentos públicos na gestão 2005-2008 (gráfico 13).

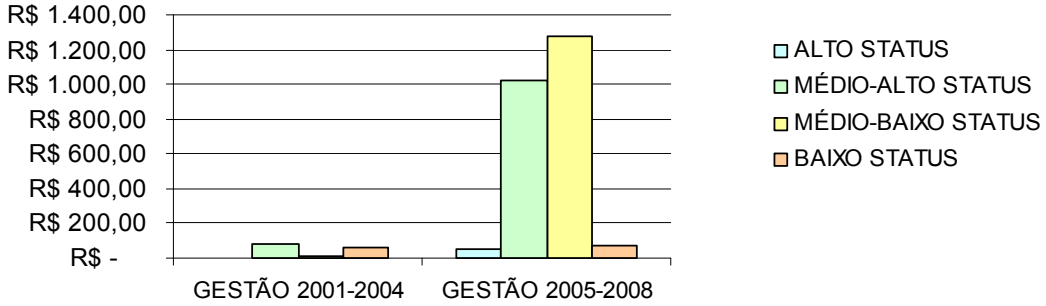


Gráfico 13. Investimentos *per capita* em equipamentos públicos, por gestão e grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Os grupos de baixo e médio-baixo *status* também foram os mais favorecidos com obras habitacionais em ambas as gestões. A gestão 2005-2008 privilegiou fortemente a classe baixa, onde os investimentos dessa natureza excederam em mais de 1000% os investimentos habitacionais do grupo médio-baixo (gráfico 14).

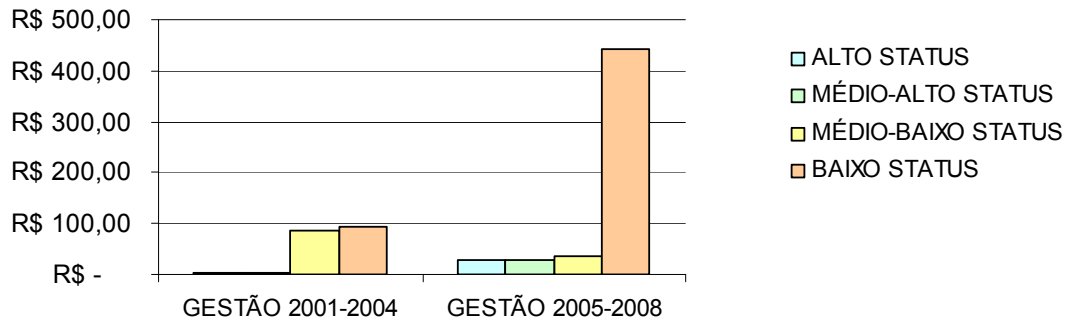


Gráfico 14. Investimentos *per capita* em habitação, por gestão e grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Os investimentos em urbanização, que formaram o maior montante de investimento em relação aos demais tipos de obra, se apresentam de forma diversa nas duas gestões. A gestão 2001-2004 privilegiou os dois extremos, os grupos de alto e baixo *status*, mesmo que com maior montante na classe mais baixa. Isso retrata a força da classe alta em garantir intervenções no espaço público que mantenham a qualidade do meio ambiente urbano, visando a melhoria de suas condições e o aumento da valorização imobiliária. A gestão 2005-2008 seguiu uma escala do alto ao baixo *status* na distribuição dos recursos em urbanização. Mas todos os grupos foram contemplados com altos investimentos (de R$1.391,63 a R$2.138,09 *per capita*). Assim, mesmo priorizando o grupo de baixo *status*, o grupo de alto *status* também foi contemplado com altos recursos dessa natureza, pois, de modo geral, os recursos destinados à urbanização foram bem mais elevados nessa gestão.

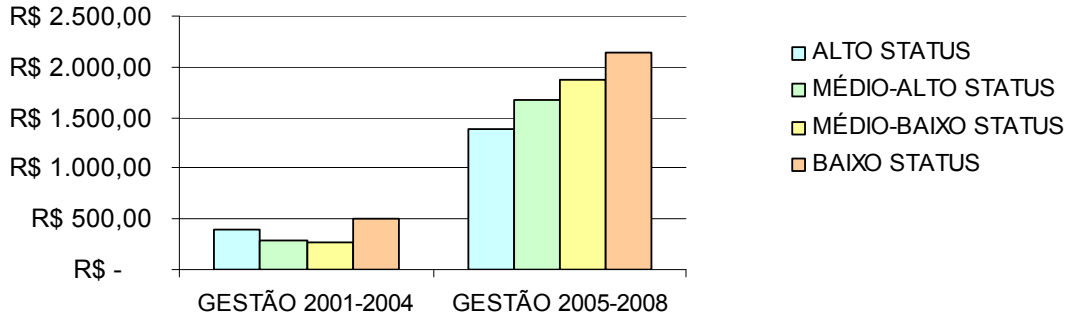


Gráfico 15. Investimentos *per capita* em urbanização, por gestão e grupos sociais.
Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Por fim, tomando como parâmetro o índice de condições sócio-econômicas e urbanas, constatamos que a gestão 2001-2004 investiu mais nos grupos de menor índice, enquanto a gestão 2005-2008 aplicou maiores investimentos nos quartis de

médio índice, mas com tendência a maiores investimentos nos quartis de menor índice (tabela 11 e gráfico 16). Interessante observar que, em relação ao índice de *status* sócio-econômico e familiar, havia uma tendência a beneficiar as camadas mais carentes, enquanto que nesse índice há uma pequena reversão. Esse fato é de suma importância, pois nos mostra que populações carentes nos aspectos sócio-econômico e familiar, com índice de oferta de serviços públicos baixo, também podem não estar sendo objeto de atenção especial.

Tabela 11. Investimentos *per capita* por gestão, segundo os quartis do índice de condições sócio-econômicas e urbanas

	1º quartil	2º quartil	3º quartil	4º quartil
	R$/hab.	R$/hab.	R$/hab.	R$/hab.
Gestão 2001-2004	416,61	528,06	875,08	721,75
Gestão 2005-2008	1.666,51	3.848,55	3.796,55	2.815,45

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

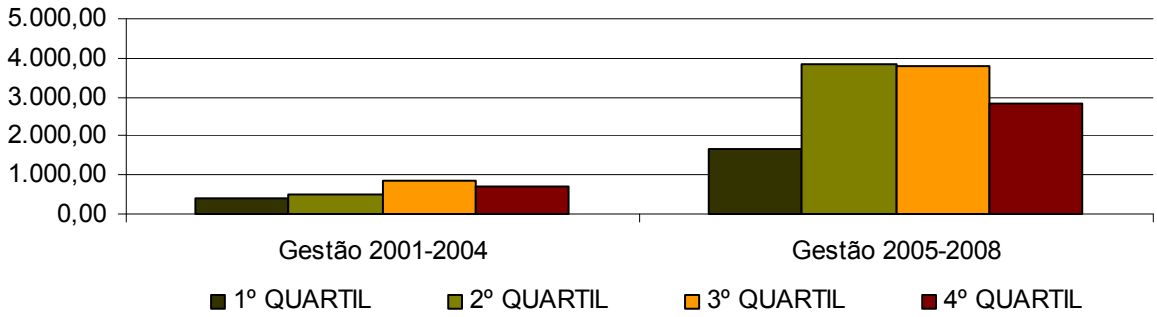


Gráfico 16. Investimentos *per capita* por gestão, segundo os quartis do índice de condições sócio-econômicas e urbanas

Fonte: Dados processados pela autora a partir de publicações de contratos no Diário Oficial do município (valores atualizados pelo CUB para dezembro/2008).

Em geral, o resultado apresentado demonstra que o grupo de baixo *status* sócio-econômico e familiar tem se beneficiado dos recursos públicos, contrariando às teorias sobre a decisão locacional apresentadas por Vetter e Massena (1981), Villaça (2001) e Marques (2005). Segundo esses autores, as camadas de mais alto *status* sócio-econômico, exercem controle sobre o Estado, direcionando para si a maior parte dos recursos públicos. Entretanto, os investimentos que interessam às camadas de maior *status* sócio-econômico e familiar e ao “capital” foram garantidos. Os investimentos em urbanização, que englobam intervenções que propiciam a prosperidade do mercado imobiliário e a melhoria do meio ambiente urbano, foram contemplados com elevados montantes, e em consideráveis proporções para o grupo de alto *status* sócio-econômico e familiar, sobretudo na gestão 2001-2004.

Marques e Bichir (2001) apontam para a influência dos movimentos sociais nos padrões de alocação dos investimentos públicos, que se manifestam a partir dos anos 1980, pressionando o Estado para investir nas áreas mais pobres. De fato, a cidade de Vitória mantém uma cultura de participação popular, sobretudo por meio do orçamento participativo desde o final dessa década. Isso aponta para o maior controle social dos recursos públicos e maior garantia de uma justa distribuição destes na cidade.

Segundo dados da Gerência de Orçamento Participativo, os investimentos com os orçamentos participativos de 2006/2007 e 2008/2009 compreendem mais de R$380 milhões, o que representa mais de 54% dos investimentos em obras nos quatro últimos anos. Ademais, a atual metodologia do Orçamento Participativo de Vitória, busca priorizar os investimentos nas áreas mais carentes. Para tal, foram implantados critérios de divisão dos recursos conforme indicadores ligados à qualidade de vida, em que quanto maior for a carência da região, maior será a cota orçamentária (BONI et al, 2008).

A prática atual do orçamento participativo em Vitória demonstrou preocupação com a justiça social e a inversão de prioridades ao destinar maior número de recursos às regiões com maiores carências. Em vista da parcela empregada nessa política, constata-se o grande peso que exerce no direcionamento dos recursos na cidade. Não foi objeto de estudo o modo de formulação do Plano Plurianual e os critérios de distribuição dos demais recursos, mas sabe-se que há alguma participação social, mesmo que em caráter consultivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Vitória teve seu percurso evolutivo marcado pela reprodução da desigualdade e por processos de segregação sócio-espacial, seguindo a tendência histórica de diversas cidades brasileiras e da América Latina, sobretudo às metropolitanas. A conformação de “cidade partida” é latente, e nos fazem refletir sobre os processos que resultaram nessa situação, buscando compreender relações de causa e efeito e identificar alternativas para reversão de um caminho que parece irreversível.

O mapa do índice de *status* sócio-econômico e familiar, resultante da síntese de diversos dados censitários, demonstrou que, de fato, existe uma linha imaginária que divide a cidade. Os grupos sociais de alto *status* se concentram na área leste de Vitória; a área oeste e os morros da cidade são ocupados fundamentalmente por grupos de baixo e médio-baixo *status*. Os grupos de médio-alto *status* estão localizados agrupadamente na região central, na região de Jucutuquara e nas adjacências dos grupos de alto *status*. A evolução urbana da cidade provê explicações para essa distribuição, que foi regida basicamente pelos planos de ocupação governamentais e pelo desenvolvimento do mercado imobiliário.

A análise da oferta de serviços públicos nos revelou que as comunidades de baixo e médio-baixo *status* sócio-econômico e familiar são melhor servidas. Mas ainda destacaram-se alguns grupos de baixo *status* em situações precárias na oferta de serviços públicos. Essas situações devem receber um olhar diferenciado da administração, se valendo do princípio do mérito preconizado por Harvey, adotando medidas compensatórias e alocação de recursos extras para dirimir dificuldades sociais em determinadas áreas.

Outros dois princípios da *justiça social territorial* proposta por Harvey, o da necessidade e da contribuição ao bem comum, também deveriam ser incorporados pelos gestores públicos. Dessa forma, buscariam satisfazer as necessidades básicas

de todos os grupos sociais e voltariam a atenção para práticas e políticas redistributivas.

Conforme o objetivo principal do trabalho, foi analisada a maneira com que a administração pública municipal distribui os recursos em obras — obras estas que resultam em melhorias urbanas, conferindo maior qualidade de vida aos cidadãos e acesso a serviços públicos. Buscou-se verificar se os princípios de justiça social poderiam ser identificados no padrão distributivo das duas últimas gestões administrativas da cidade de Vitória.

Em termos de investimentos *per capita*, a gestão 2001-2004 priorizou o grupo de baixo *status*, enquanto a gestão 2005-2008 privilegiou o grupo de médio-baixo *status,* deixando o grupo de baixo *status* em segundo lugar na ordem de prioridade. Entretanto, os recursos aplicados em obras foram extremamente mais elevados do que na gestão anterior. Na gestão 2001-2004, os investimentos nos demais grupos foram tanto menor quanto melhor o *status* sócio-econômico e familiar. Na gestão 2005-2008, o investimento *per capita* no grupo de alto *status* foi bem menor que o destinado aos demais grupos, que apresentaram valores aproximados entre si.

Os grupos de menor *status* sócio-econômico e familiar receberam maiores investimentos *per capita* nas obras de todas as naturezas. Destaca-se que na última gestão os investimentos *per capita* em equipamentos de saúde e habitação foram significativamente maiores nos grupos de baixo *status*.

O resultado geral da pesquisa demonstra que o grupo de baixo *status* sócio-econômico e familiar tem se beneficiado com maior aporte de recursos públicos, o que nos faz crer que há certa preocupação em atender as camadas mais carentes da população. Entretanto, não podemos acreditar que as ações estão inteiramente voltadas para a redução das desigualdades sócio-espaciais e da pobreza urbana. As classes de maior *status* ainda garantem a manutenção de altos investimentos que proporcionam a prosperidade do mercado imobiliário, sobretudo por meio da melhoria do meio ambiente urbano, como demonstra a análise dos investimentos em urbanização.

A pesquisa teórica apontou para os efeitos da alocação dos recursos e o potencial para redistribuição de renda. A melhoria das condições urbanas e da acessibilidade aos recursos públicos é fonte de aumento da renda real e da qualidade de vida dos indivíduos que dela usufruem.

Analisando a evolução dos dados sócio-econômicos de Vitória, observamos que ocorreu certa ascensão econômica dos chefes de domicílio entre os censos de 1991 e 2000. Entretanto, não identificamos os processos que levaram a esse resultado. Sabe-se, que os projetos que buscam a redução da desigualdade na cidade de Vitória ocorrem desde o início da década de 1990, com o “Projeto São Pedro”. O aumento na qualidade de vida na cidade de Vitória é visível, principalmente em relação ao espaço urbano. O padrão atual de alocação de recursos em obras indica a possibilidade de melhoria na qualidade de vida de populações carentes. Um desdobramento futuro desse projeto, poderá aferir, a partir de novo censo demográfico a ser realizado no ano de 2010, se houve reflexos ou não nas condições sócio-econômicas e familiares dos cidadãos.

No entanto, um alerta deve ser colocado, e demanda uma pesquisa em nível metropolitano. Não se sabe se os habitantes de áreas precárias permaneceram após as melhorias — se, na verdade, a população foi substituída ou não. Podemos, talvez, identificar um processo de gentrificação da cidade, tendo em vista que a cidade de Vitória encontra-se em patamares superiores em relação aos municípios vizinhos, no que toca os recursos públicos, interesses privados e situação de sítio físico, e levando em consideração que o perímetro urbano já está totalmente saturado.

Importa que 43% da população de Vitória compõem o grupo de baixo *status* sócio-econômico e familiar, o que demonstra um grande desafio para a atuação da administração pública. O poder público tem a incumbência de reverter os processos de causação circular negativos, proporcionar efeitos positivos e garantia de oportunidades para os cidadãos, por tempo indeterminado, pois ainda não se sabe o quanto deve ser feito para pagar dívidas sociais e inverter processos de injustiças sociais, e alcançar os patamares de igualdade desejáveis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Sandra. **Praia do Canto**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

ARAÚJO, Leonor Franco de. *Análise Histórica da Evolução Urbana do Centro de Vitória*. In: VITÓRIA (cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Desenvolvimento da Cidade. **Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006.

BANCK, Geert A. *Dois planos urbanísticos de Vitória: saúde e praia como metáforas do imaginário urbano*. In: FRUGOLI JR. et al. **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC-Minas; São Paulo: Edusp, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos:* **Um Haussmann Tropical***.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BONI, Melissa P.; ALMEIDA, Fátima P. G.; BOYNARD, José Luiz S.; VARELLA, Regina C. G.. *Orçamento Participativo no município de Vitória, ES.* **Revista Científica da FAMINAS**, Muriaé, v. 4, n. 2, p. 113-148, mai/ago 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios***.* Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>.

_____. **Perfil e Evolução das Finanças Municipais – 1998 a 2004**. Brasília, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALDEIRA FILHO, Edezio. **Tudo que está por vir é passado. A evolução urbana deVitória contada a partir da Avenida Jerônimo Monteiro**. Projeto de Graduação. UFES. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Vitória, 1985.

CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. *Crescimento urbano e expansão do mercado imobiliário na Grande Vitória*. In: INOCOOP-ES. **A Casa Edificada – 30 anos INOCOOP-ES**. Vitória: RONA Editora, 1998.

_____. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.

_____. **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 [1972].

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. **Análise de Áreas Sociais. Uma Avaliação e Questões**. Departamento de Geografia. UFRJ, circulação limitada, jun. 2004.

CURY, Augusto Jorge. **Inteligência Multifocal: Análise da Construção dos Pensamentos e da Formação de Pensadores**. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

DANIEL, Sandra. **Jucutuquara**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

Dahrendorf, Ralf. **Oportunidades Vitales: notas para una Teoría Social y Política**. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1983.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Serviços de Melhoramentos da Capital. **Relatório apresentado pelo Dr. Moacyr Ávidos, Secretário da Agricultura, Terras e Obras do Estado do Espírito Santo, ao Sr. Dr. Florentino Ávidos, Presidente do Estado**. Vitória, 1925.

_____. Instituto Jones dos Santos Neves. **Plano Diretor Urbano. Estudos Básicos**. v. 1. Vitória, 1979.

FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. São Paulo: Editora Pioneira, 1991.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Multiplicidade, 2005.

HAMNET, Ch. *Les changements socio-économiques à Londres*. **Sociétés Contemporaines**, n. 23, p. 15-32.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

_____. *Class structure in a capitalistic society and the theory of residencial differentation*. In: PEEL, R., CHISHOLM, M., HAGGETT, P. (orgs.). **Processes in physical and human geography**. Londres: Heinemann, 1975.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000. Base de informações por setor censitário**. 2000.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municipios 2003-2006**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1288>.

JANNUZZI, P. de M.. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

KAZTMAN, Ruben. *Seducidos y Abandonados: el Aislamiento Social de los Pobres Urbanos*. In: MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 205-243.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Desigualdade e pobreza: Lições de Sen*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais. Dossiê desigualdade**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 114-122, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1740.pdf>.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Cortez/UNESCO-Brasil, 2000.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Projeto e relatório de pesquisa*. In: _____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 99-128.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

LIMA, Mário Hélio Trindade de. **Exclusão social: representações sociais da pobreza urbana no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2005.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1977].

LUCO, Camilo Arriagada; VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Segregación residencial em áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política*. **CEPAL - Serie Población y desarollo**, n. 47. Santiago: CEPAL-CELADE, 2003.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing. Uma Orientação Aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. ***Estudos Avançados***, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>.

MARQUES, Eduardo. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2005. p. 19-80.

_____; BICHIR, Renata M. *Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo*. **Revista Espaço e Debates**, n. 42. 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. *Belo Horizonte: a metrópole segregada*. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (orgs.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 119-158.

MORAES, Paulo Stuck. *Vitória – alguns dados demográficos: 1940-1980*. In: Estado do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 1994. p. 55-64.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda D'Arc; AGUIAR, Maria do Amparo. *Políticas Urbanas no Brasil nos Últimos Trinta Anos*. In: MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 247-286.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. *O Centro Histórico de Vitória. Imagem urbana em dois momentos*. **Revista Imagem Urbana**, Vitória, n. 7, p. 34-41, mar.-abr. 2000.

NASCIMENTO, E. *A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares*. In: DINIZ, E. et. al. **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/Hucitec, 1994.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *O programa de cooperativas habitacionais no Espírito Santo*. In: INOCOOP-ES. **A Casa Edificada – 30 anos INOCOOP-ES**. Vitória: RONA Editora, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Estado e o urbano no Brasil*. **Espaço e Debates**, n. 6, p. 36-54, 1982.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

POCHMANN, Márcio; et. al. (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAWLS, John. **Uma teoria de justiça**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Distributive Justice*. In: LASLETT, P.; RUNCIMAN, W. G. (orgs.). **Philosophy, Politics and Society**, Terceira Série, Oxford, 1969.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720).** 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. *Segregação Residencial: teorias, conceitos e técnicas*. In: MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 89-126.

_____; SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

RODRIGUEZ, Jorge; ARRIAGADA, Camilo. *Segregación Residencial en la Ciudad Latinoamericana*. **EURE**, Santiago, v. 30, n. 89, p. 5-24, mai. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612004008900001&lng=es&nrm=iso>.

SABATINI, Francisco; CACERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. *Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción*. **EURE**, Santiago, v. 27, n. 82, p. 21-42, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008200002&lng=es&nrm=iso>.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. *Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana*. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). **Novas Metrópoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 169-195. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos_publish/livros/livro_vulnerabiliade/arquivos_links/arquuivos/arquuivos/vulnerab_cap_6_169-195.pdf>.

SALAS, Minor Mora. *Desigualdad social: ¿nuevos enfoques, viejos dilemas?* **Cuaderno de Ciencias Sociales**. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Costa Rica, n. 131, p. 9-44, jul. 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/costar/flacso/cuad131.pdf>.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **Município, descentralização e território**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAWAIA, Bader Burihan. *Introdução: exclusão ou inclusão perversa?* In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 7-13.

SCHMIDT, Benício; FARRET, Ricardo. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

SEN, Amartya Kumar. **The standard of living (The Tanner lectures)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Denis Coitinho. *Teoria da justiça de John Rawls: entre o liberalismo e o comunitarismo*. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 30, n. 1, p. 169-190, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n1/v30n1a11.pdf>.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **O Porto de Vitória. Expansão e Modernização. 1950-1993**. Vitória: CODESA (Companhia Docas do Espírito Santo), 1994.

_____. **O Desenvolvimento do Porto de Vitória. 1870-1940**. 2. ed. Vitória: CODESA (Companhia Docas do Espírito Santo), 1995.

SOUZA, Jessé. *A gramática social da desigualdade brasileira*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf >.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

STIGLITZ, Joseph. *Some lessons form the East Asian Miracle.* **Research Observer**. Banco Mundial, ago. 1996.

TELLES, Vera da Silva. *Igualdade: qual a medida?* **Colóquio internacional Hexapolis II - Desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas – PUC-SP**, *2001.* Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/veratelles/artigos/2001%20A%20igualdade%20e%20sua%20medida.pdf>.

TERRA, Denise Cunha Tavares. **Uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes**. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TORRES, Haroldo. *Medindo a segregação*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2005. p. 19-80.

_____; MARQUES, Eduardo César; BICHIR, Renata Mirandola. *Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial*. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). **Novas Metrópoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 231-252. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos_publish/livros/livro_vulnerabiliade/arquivos_links/arquuivos/arquuivos/vulnerab_cap_8_pgs_231_252.pdf>.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Exclusão Social – um problema de 500 anos*. In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 27-50.

VETTER, David; MASSENA, R. *Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura?* In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). **Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49-77.

VICH, Victor (org.). **El estado está de vuelta: desigualdad, diversidad y democracia**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2005.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?** CEPAL - Serie Población y desarollo, n. 16. Santiago: CEPAL-CELADE, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; et al (orgs.). **Metrópole e Globalização: Conhecendo a Cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999a. p. 221-236.

_____. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999b. p.169-244.

_____. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VITÓRIA (cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. **Histórico dos bairros**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/sedec/histbairro.htm>.

VITÓRIA 450 anos. **A Gazeta**. Vitória, 9 set. 2001. Caderno Especial. p. 28-40.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 16-26.

YUJNOVSKY, O. **La Estrutura Interna de La Ciudad. El Caso Latinoamericano**. Buenos Aires: SIAP, 1971.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. *A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)*. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 29-40, jun. 2000.

ZICCARDI, Alicia. **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

APÊNDICE 1. SETORES CENSITÁRIOS E POPULAÇÃO, POR BAIRROS E REGIÕES

Região		Bairros	Setores censitários	POP2000	
1	1	Bairro do Moscoso	120	854	18807
	2	Centro	105 a 117	9240	
	3	Fonte Grande	118	1413	
	4	Forte São João	102 a 104	2115	
	5	Parque Moscoso	123 e 124	1708	
	6	Piedade	119	611	
	7	Santa Clara	121 e 122	1429	
	8	Vila Rubim	125	1437	
2	9	Ariovaldo Favalessa	130	794	36600
	10	Bairro do Cabral	138 e 139	1688	
	11	Bairro do Quadro	137	1093	
	12	Bela Vista	150 a 152	3934	
	13	Caratoíra	131 a 136	5526	
	14	Estrelinha	157 e 158	2073	
	15	Grande Vitória	159 a 161	3960	
	16	Ilha do Príncipe	126 a 128	2810	
	17	Inhanguetá	153 a 155	3074	
	18	Mário Cypreste	129	1278	
	19	Santa Tereza	140 a 142	3131	
	20	Santo Antônio	143 a 149	6669	
	21	Universitário	156	570	
3	22	Bairro de Lourdes	82 e 83	1943	33743
	23	Bento Ferreira	67 a 71	5375	
	24	Consolação	64 e 65	2009	
	25	Cruzamento	98 e 99	2384	
	26	Fradinhos	96 e 97	1737	
	27	Gurigica	58 a 63	6850	
	28	Horto	66	162	
	29	Ilha de Santa Maria	77 a 79	2487	
	30	Jesus de Nazareth	72 e 73	3374	
	31	Jucutuquara	81	1338	
	32	Monte Belo	74 a 76	2233	
	33	Nazareth	80	646	
	34	Romão	100 e 101	3205	
4	35	Andorinhas	28 e 29	2113	53312
	36	Bairro da Penha	45 a 49	6650	
	37	Bonfim	50 a 55	8594	
	38	Itararé	39 a 44	7585	
	39	Joana Darc	34 e 35	2486	
	40	Maruípe	87 a 90	3911	
	41	Santa Cecília	86	1363	
	42	Santa Marta	30 a 33	6913	
	43	Santos Dumont	84 e 85	1940	
	44	São Benedito	56 e 57	1365	
	45	São Cristovão	36 a 38	4087	
	46	Tabuazeiro	91 a 95	6305	

Região		Bairros	Setores censitários	POP2000	
5	47	Barro Vermelho	24 a 26	3773	28293
	48	Enseada do Suá	15	735	
	49	Ilha Bela	14	1176	
	50	Ilha do Frade	13	353	
	51	Praia do Canto	1 a 12	12730	
	52	Praia do Suá	16 e 17	2975	
	53	Santa Helena	18 e 19	1739	
	54	Santa Lúcia	20 a 23	3808	
	55	Santa Luiza	27	1004	
6	56	Aeroporto	55	73	59210
	57	Antônio Honório	41	1332	
	58	Bairro República	34 a 37	3884	
	59	Boa Vista	32	1098	
	60	Goiabeiras	38 a 40	2350	
	61	Jabour	53	983	
	62	Jardim da Penha	2 a 25	24623	
	63	Maria Ortiz	44 a 52	11559	
	64	Mata da Praia	26 a 31	9317	
	65	Morada de Camburi	33	1102	
	66	Pontal de Camburi	1	992	
	67	Segurança do Lar	42	424	
	68	Solon Borges	43	1473	
7	69	Comdusa	166	744	28718
	70	Conquista	175	1651	
	71	Ilha das Caieiras	165	1356	
	72	Nova Palestina	176 a 179	5630	
	73	Redenção	173 e 174	2618	
	74	Resistência	180 a 183	5740	
	75	Santo André	171 e 172	2610	
	76	Santos Reis	167	963	
	77	São José	168 a 170	3265	
	78	São Pedro	162 a 164	4141	
8	79	Jardim Camburi	62 a 85	23882	23882
Total					**282565**

APÊNDICE 2. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ANÁLISE FATORIAL

A análise fatorial é uma ferramenta muito útil para a análise de índices compostos, pois reduz as diversas variáveis de análise em fatores sintéticos. Essa ferramenta identifica as correlações entre as variáveis permitindo a avaliação do conjunto. A análise das relações de interdependência e a redução dos dados permitem que o pesquisador, além de avaliar as variáveis separadamente, atinja outras dimensões de análise.

Assim, para alcançar um nível de análise mais completo dos dados ligados ao *status* sócio-econômico e familiar, como também de uma melhor análise de dados intraurbanos de ofertas de serviços públicos, foi desenvolvida a análise fatorial pelo método das componentes principais, nas etapas que se seguem explicadas. Para o desenvolvimento da análise fatorial utilizou-se o programa SPSS.

Em um primeiro momento, definiram-se as variáveis que comporiam os índices, de acordo com a pertinência e a disponibilidade. A primeira proposta separava as variáveis do *status* sócio-econômico do *status* familiar. Entretanto, os testes com o índice de *status* familiar foi desfavorável e a junção dos dois índices se mostrou mais coerente com a realidade social estudada. Dessa forma, foram desenvolvidos dois índices — *status* sócio-econômico e familiar e de oferta de serviços públicos, com as variáveis descritas nas tabelas 12 e 13.

Tabela 12. Variáveis do Índice de *status* sócio-econômico e familiar

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
IMP	Idade média das pessoas residentes.	Idade
IMC	Idade média dos chefes de domicílios	Idade
DMU	Proporção de domicílios particulares permanentes chefiados por mulheres	Percentual
DED	Densidade domiciliar – proporção de pessoas residentes em domicílios particulares.	Pessoas
REA	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes alfabetizadas.	Percentual
REP	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com até 4 anos de estudo.	Percentual
REG	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 5 a 8 anos de estudo.	Percentual
REM	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 9 a 11 anos de estudo.	Percentual
RES	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 12 a 17 anos de estudo.	Percentual
RED1	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento ou com rendimento nominal mensal até 1 SM.	Percentual
RED2	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 1 a 3 SM	Percentual
RED3	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 3 a 10 SM	Percentual
RED4	Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 10 SM	Percentual

Tabela 13. Variáveis do Índice de oferta de serviços públicos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE
DESG	Proporção de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário na rede geral de esgoto ou pluvial.	Percentual
DLIX	Proporção de domicílios particulares permanentes cujo lixo é coletado por serviço de limpeza; ou em caçamba de serviço de limpeza.	Percentual
APLE	Área pública de lazer e esportes por habitantes	m²/hab
VENI	Vagas no Ensino Infantil por habitantes de 0 a 5 anos	vagas CMEIs/hab 0-5anos
VENF	Vagas no Ensino Fundamental por habitantes de 6 a 14 anos	vagas EMEFs/hab 6-14anos
ATES	Atendimentos nos postos de saúde por habitantes	atendimentos/hab

Primeiramente, realizou-se o teste de adequabilidade do modelo por meio da medida de Kaiser-Meyer-Oklin (KMO), que consiste em comparar os coeficientes de correlações globais com os parciais. Se o valor alcançado for menor que 0,5, significa que a análise fatorial pode ser inapropriada. Quanto mais próximo de 1 for o resultado, mais adequada a ferramenta se mostra. O teste de esfericidade de Bartlett também foi utilizado para analisar. Nesse caso, a estatística deve ser significativa a um nível menor que 0,05.

Os testes de KMO (tabelas 14 e 15) obtiveram valores de 0,69 e 0,60, indicando que a análise fatorial com as variáveis propostas é adequada. Pelas análises de esfericidade de Bartlett as estatísticas possuem nível 0,00 de significância, obtendo a mesma conclusão.

Tabela 14. Estatísticas obtidas nos testes de KMO e Bartlett – *Status* sócio-econômico e familiar

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy		,690
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	3335,669
	df	78
	Sig.	,000

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS).

Tabela 15. Estatísticas obtidas nos testes de KMO e Bartlett – Oferta de serviços públicos

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy		,601
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	60,328
	df	15
	Sig.	,000

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS).

Para reduzir as variáveis em fatores que respondam pela correlação entre elas, utiliza-se da matriz de correlação e o teste de significância. Valores maiores que 0,5 indicam uma boa correlação entre variáveis.

A tabela 16 demonstra que há boa correlação entre a maioria das variáveis, excetuando-se a variável DMU (Proporção de domicílios particulares permanentes chefiados por mulheres), significando que o *status* sócio-econômico e familiar não é explicado por esse indicador.

Tabela 16. Matriz de Correlação – *Status* sócio-econômico e familiar

	CÓDIGO	IMP	IMC	DMU	DED	REA	REP	REG	REM	RES	RED1	RED2	RED3	RED4
Correlação	IMP	1,000												
	IMC	,949	1,000											
	DMU	,038	,076	1,000										
	DED	-,727	-,524	-,086	1,000									
	REA	,815	,672	-,145	-,716	1,000								
	REP	-,810	-,672	,236	,704	-,912	1,000							
	REG	-,751	-,662	,364	,587	-,687	,841	1,000						
	REM	,630	,535	,253	-,610	,626	-,470	-,315	1,000					
	RES	,670	,568	-,420	-,529	,714	-,901	-,917	,103	1,000				
	RED1	-,799	-,651	,289	,691	-,899	,936	,817	-,525	-,825	1,000			
	RED2	-,847	-,739	,246	,698	-,844	,949	,923	-,471	-,901	,884	1,000		
	RED3	,479	,376	,294	-,538	,533	-,323	-,132	,913	-,050	-,442	-,324	1,000	
	RED4	,702	,610	-,429	-,528	,724	-,904	-,917	,133	,992	-,840	-,911	-,040	1,000

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS).

A tabela 17 demonstra pouca correlação entre as variáveis, gerando diversos fatores independentes que explicam a variância dos dados.

Tabela 17. Matriz de Correlação – Oferta de serviços públicos

		DESG	DLIX	APLE	VENI	VENF	ATES
Correlação	DESG	1,000	,042	-,032	,161	,398	,260
	DLIX	,042	1,000	,145	-,214	-,148	-,009
	APLE	-,032	,145	1,000	,011	,001	-,232
	VENI	,161	-,214	,011	1,000	,532	,219
	VENF	,398	-,148	,001	,532	1,000	,327
	ATES	,260	-,009	-,232	,219	,327	1,000

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS).

No teste de significância do índice de *status* sócio-econômico e familiar, pela percentagem acumulada da variância apurada, observamos que os dois primeiros fatores respondem por 84,36% da variância, mas já o primeiro fator responde por 65,28% (tabela 18). Esse resultado torna desnecessária a consideração do segundo fator. Assim, por meio desse primeiro fator definiram-se os grupos sócio-econômicos para a avaliação espacial de sua distribuição.

Tabela 18. Variância explicada dos fatores resultantes – *Status* sócio-econômico e familiar

Fator	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	8,487	65,282	65,282	8,487	65,282	65,282
2	2,481	19,083	84,365	2,481	19,083	84,365
3	,805	6,192	90,557			
4	,498	3,831	94,388			
5	,289	2,227	96,615			
6	,216	1,659	98,274			
7	,095	,731	99,005			
8	,062	,478	99,483			
9	,048	,366	99,849			
10	,011	,088	99,937			
11	,008	,063	100,000			
12	2,99E-005	,000	100,000			
13	3,13E-008	2,40E-007	100,000			

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS - método de análise das componentes principais).

No índice de oferta de serviços públicos, três fatores explicam uma pequena porcentagem de variância independentemente, como se pode observar na tabela 19, sendo que a soma desses fatores responde por 71,16% da variância. Dessa forma, não há um fator principal que possa explicar a variância dos dados e definir o índice de uma forma geral.

Tabela 19. Variância explicada dos fatores resultantes – Oferta de serviços públicos

Fator	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,024	33,735	33,735	2,024	33,735	33,735
2	1,144	19,066	52,800	1,144	19,066	52,800
3	1,101	18,357	71,158	1,101	18,357	71,158
4	,731	12,186	83,343			
5	,596	9,940	93,283			
6	,403	6,717	100,000			

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS - método de análise das componentes principais).

Outra etapa importante da análise fatorial é a matriz de fatores, que contém os coeficientes que expressam as variáveis em termos de fatores. Esses fatores também podem ser chamados de cargas fatoriais, e representam as correlações entre os fatores e as variáveis. Assim, por meio da análise dos coeficientes da matriz de fatores podemos interpretar os fatores. A interpretação se faz por meio das variáveis que apresentam cargas altas sobre o mesmo fator.

Ainda outro recurso que pode ser utilizado em conjunto com a matriz de fatores é o gráfico do carregamento dos fatores, onde se utiliza as cargas dos fatores como coordenadas. As variáveis localizadas no extremo externo de um eixo são as que possuem carga alta somente naquele fator e, consequentemente, as que o descrevem. As variáveis próximas aos eixos possuem cargas menores. As que se distanciam dos dois eixos ao mesmo tempo, são as que se relacionam com ambos os fatores.

O primeiro fator do índice de *status* sócio-econômico e familiar, que possui a maior variância (65,28%), está associado às variáveis IMP, IMC, REA, REM, RES e RED4 positivamente, e às variáveis DED, REP, REG, RED1 e RED2 negativamente, associando renda, escolaridade e condições familiares, demonstrando, sobretudo, as desigualdades. De um lado, encontra-se um grupo com baixas renda e escolaridade, maior densidade domiciliar e menores idades médias de habitantes e chefes de família, e de outro, outro grupo com altas renda e escolaridade, menor densidade domiciliar e maiores idades médias de residentes e chefes de família.

O segundo fator, com variância 19,08%, está associado às camadas médias da sociedade, relacionando as variáveis REM e RED3, mas também as associa à variável DMU, relacionando essas camadas com domicílios chefiados por mulheres. O gráfico 17 apresenta o carregamento dos fatores, ilustrando as variáveis e suas associações aos fatores.

Tabela 20. Matriz de fatores – *Status* sócio-econômico e familiar

CÓDIGO	Fatores (variância)	
	1 (65,08%)	2 (19,08%)
IMP	,911	,214
IMC	,791	,189
DMU	-,201	,699
DED	-,766	-,306
REA	,914	,140
REP	-,964	,107
REG	-,890	,301
REM	,570	,747
RES	,861	-,482
RED1	-,945	,036
RED2	-,970	,116
RED3	,424	,821
RED4	,875	-,467

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS - método de análise das componentes principais).

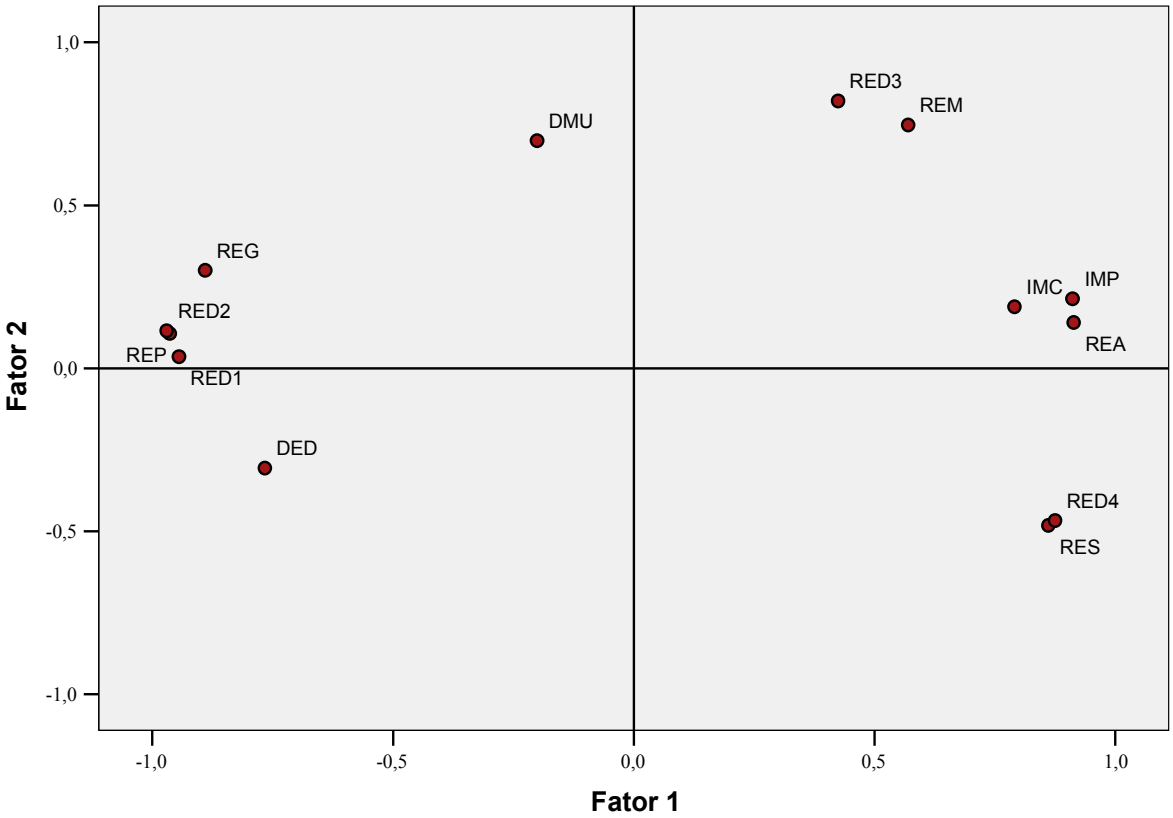


Gráfico 17. Gráfico do carregamento dos fatores – *Status* sócio-econômico e familiar
Fonte: Dados processados pela autora (SPSS).

No índice de oferta de serviços públicos, o primeiro fator, de variância 33,74%, se refere a serviços públicos de saúde, educação e esgotamento sanitário, associando as variáveis VENI, VENF, ATES e DESG positivamente (tabela 21).

Um segundo fator (variância 19,07%) associa as variáveis DLIX e APLE, relacionando coleta de esgoto e lixo com áreas públicas de lazer e esportes, mas não necessariamente quer dizer que essas variáveis têm alguma relação de dependência ou causalidade. A coleta de lixo é relativamente uniforme, com poucas variações entre as áreas. As áreas públicas de lazer e esportes são distribuídas aleatoriamente. Sua maior determinação em relação à localização é geográfica, estando geralmente próximas ao Maciço Central, praias ou mangues.

A variável DLIX determina um terceiro fator (variância 18,36%), independente de outros (não se correlaciona a nenhum outro fator ou variável), provavelmente por se tratar de variável relativamente homogênea e pouco significativa.

Tabela 21. Matriz de fatores – Oferta de serviços públicos

CÓDIGO	Fatores (variância)		
	1 (33,74%)	2 (19,07%)	3 (18,36%)
DESG	,585	,351	,347
DLIX	-,277	,620	,559
APLE	-,188	,762	-,470
VENI	,711	,041	-,432
VENF	,832	,192	-,153
ATES	,611	-,130	,487

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS - método de análise das componentes principais).

Após a análise da matriz de fatores e das variáveis que os descrevem, segue-se à análise dos escores fatoriais, que são obtidos a partir da matriz de coeficientes de escores fatoriais. Esses escores não são correlacionados e somente utilizando o método de análise de componentes principais podemos obtê-los. Podem ser utilizados como síntese das variáveis adotadas e como também gerar uma classificação do índice.

Por fim, testa-se o ajuste do modelo. “Uma suposição básica fundamental da análise fatorial é que a correlação observada entre as variáveis podem ser deduzidas ou reproduzidas das correlações reproduzidas das correlações estimadas entre as variáveis e os fatores” (MALHOTRA, 2001, p. 512). Assim, medem-se os resíduos do ajuste do modelo a partir da diferença entre as correlações observadas (dadas na matriz de correlação) e as correlações reproduzidas (que se estima a partir da matriz de fatores). A existência de muitos resíduos grandes (maiores que 0,05) significa que o modelo fatorial não deu bom ajuste aos dados, devendo ser reconsiderado.

A tabela 22 apresenta a matriz de correlação reproduzida e os resíduos calculados a partir da diferença com a matriz de correlação do índice de *status* sócio-econômico e familiar. A observação dos resíduos identificou 21 resíduos com valor maior que 0,05, correspondendo a 26% do total dos resíduos, o que demonstra a boa adequação do modelo para o estudo.

Em relação ao índice de oferta de serviços públicos, a quantidade de resíduos foi bastante elevada (tabela 23). Observou-se a ocorrência de 11 resíduos acima de 0,05, computando 73% em valores residuais inadequados.

Tabela 22. Matriz de Correlação Reproduzida e Resíduos – *Status* sócio-econômico e familiar

		IMP	IMC	DMU	DED	REA	REP	REG	REM	RES	RED1	RED2	RED3	RED4
Correlação Reproduzida	IMP	,876(b)	,761	-,034	-,764	,863	-,856	-,747	,679	,682	-,853	-,860	,562	,698
	IMC	,761	,661(b)	-,027	-,664	,749	-,742	-,647	,592	,590	-,740	-,745	,491	,604
	DMU	-,034	-,027	,528(b)	-,060	-,085	,268	,389	,407	-,510	,215	,276	,488	-,502
	DED	-,764	-,664	-,060	,681(b)	-,743	,706	,590	-,665	-,512	,713	,708	-,576	-,528
	REA	,863	,749	-,085	-,743	,855(b)	-,866	-,771	,626	,719	-,858	-,870	,503	,734
	REP	-,856	-,742	,268	,706	-,866	,941(b)	,890	-,469	-,882	,914	,948	-,321	-,894
	REG	-,747	-,647	,389	,590	-,771	,890	,883(b)	-,283	-,911	,852	,899	-,131	-,920
	REM	,679	,592	,407	-,665	,626	-,469	-,283	,882(b)	,131	-,511	-,466	,855	,150
	RES	,682	,590	-,510	-,512	,719	-,882	-,911	,131	,974(b)	-,831	-,891	-,030	,979
	RED1	-,853	-,740	,215	,713	-,858	,914	,852	-,511	-,831	,894(b)	,921	-,371	-,844
	RED2	-,860	-,745	,276	,708	-,870	,948	,899	-,466	-,891	,921	,955(b)	-,317	-,903
	RED3	,562	,491	,488	-,576	,503	-,321	-,131	,855	-,030	-,371	-,317	,854(b)	-,012
	RED4	,698	,604	-,502	-,528	,734	-,894	-,920	,150	,979	-,844	-,903	-,012	,984(b)
Resíduos	IMP		,187	,071	,037	-,048	,046	-,004	-,049	-,012	,054	,012	-,083	,004
	IMC	,187		,103	,140	-,078	,070	-,015	-,057	-,022	,090	,006	-,115	,006
	DMU	,071	,103		-,026	-,059	-,032	-,025	-,155	,090	,074	-,030	-,194	,073
	DED	,037	,140	-,026		,027	-,002	-,004	,056	-,017	-,022	-,011	,038	,000
	REA	-,048	-,078	-,059	,027		-,046	,085	,000	-,005	-,041	,026	,030	-,011
	REP	,046	,070	-,032	-,002	-,046		-,049	-,001	-,019	,022	,002	-,001	-,011
	REG	-,004	-,015	-,025	-,004	,085	-,049		-,033	-,006	-,035	,024	-,001	,002
	REM	-,049	-,057	-,155	,056	,000	-,001	-,033		-,028	-,014	-,005	,059	-,017
	RES	-,012	-,022	,090	-,017	-,005	-,019	-,006	-,028		,005	-,010	-,020	,013
	RED1	,054	,090	,074	-,022	-,041	,022	-,035	-,014	,005		-,036	-,070	,004
	RED2	,012	,006	-,030	-,011	,026	,002	,024	-,005	-,010	-,036		-,008	-,008
	RED3	-,083	-,115	-,194	,038	,030	-,001	-,001	,059	-,020	-,070	-,008		-,028
	RED4	,004	,006	,073	,000	-,011	-,011	,002	-,017	,013	,004	-,008	-,028	

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS - método de análise das componentes principais).

Tabela 23. Matriz de Correlação Reproduzida e Resíduos – Oferta de serviços públicos

		DESG	DLIX	APLE	VENI	VENF	ATES
Reproduced Correlation	DESG	,586(b)	,250	-,006	,280	,500	,481
	DLIX	,250	,774(b)	,262	-,413	-,197	,022
	APLE	-,006	,262	,836(b)	,101	,063	-,443
	VENI	,280	-,413	,101	,693(b)	,665	,219
	VENF	,500	-,197	,063	,665	,752(b)	,409
	ATES	,481	,022	-,443	,219	,409	,628(b)
Resíduos	DESG		-,208	-,027	-,119	-,103	-,220
	DLIX	-,208		-,116	,199	,049	-,032
	APLE	-,027	-,116		-,090	-,061	,211
	VENI	-,119	,199	-,090		-,133	,000
	VENF	-,103	,049	-,061	-,133		-,081
	ATES	-,220	-,032	,211	,000	-,081	

Fonte: Dados processados pela autora (SPSS - método de análise das componentes principais).

Os resultados da análise fatorial foram bastante satisfatórios, permitindo que dados simples e específicos fossem associados e transformados em um dado sintético. Entretanto, pudemos constatar que as variáveis selecionadas para o índice de oferta de serviços públicos não se associaram satisfatoriamente e o método de análise não foi capaz de gerar um índice que retratasse oferta de serviços públicos nos bairros de Vitória. Em que pese a inconsistência do escore gerado e da pouca explicação das variáveis, podemos constatar diversas características dos bairros mediante a análise dos fatores e das variáveis separadamente, bem como correlacioná-los com o escore do índice de *status* sócio-econômico e familiar para combinar o acesso a serviços públicos com as áreas sociais e averiguar se aspectos positivos da qualidade de vida urbana estão presentes nas áreas sociais mais carentes.

Os escores resultantes das sistematizações de dados referentes ao índice de *status* sócio-econômico e familiar permitem a classificação das áreas sociais distribuídas na cidade, e diante do conhecimento dessa realidade, associar essas áreas com a distribuição dos investimentos em obras, que é o propósito final deste trabalho.

APÊNDICE 3. GRUPOS SOCIAIS E DADOS DO ÍNDICE DE STATUS SÓCIO-ECONÔMICO FAMILIAR

Tabela 24. Grupos sociais e dados do Índice de *status* sócio-econômico e familiar (continua)

GRUPOS		BAIRROS	POP.	IMP	IMC	DED	DMU	REA	REP	REG	REM	RES	RED1	RED2	RED3	RED4	*SCORE*
GRUPO 1 ALTO *STATUS*	50	Ilha do Frade	353	34,97	52,53	3,97	13,48%	100,00%	1,12%	2,25%	8,99%	87,64%	1,12%	2,25%	3,37%	93,26%	-2,66887
	49	Ilha Bela	1176	33,97	51,68	3,90	17,28%	99,67%	2,66%	4,32%	12,29%	80,40%	0,66%	1,66%	9,97%	87,71%	-2,39437
	47	Barro Vermelho	3773	33,79	47,82	3,09	25,31%	99,84%	4,18%	5,08%	18,43%	71,99%	2,05%	2,38%	18,18%	77,40%	-2,04339
	53	Santa Helena	1739	35,80	50,69	3,02	27,65%	100,00%	2,61%	6,43%	19,13%	71,83%	3,13%	2,61%	20,70%	73,57%	-2,02508
	51	Praia do Canto	12730	36,42	51,48	3,01	32,42%	99,95%	3,82%	5,81%	20,95%	69,17%	2,91%	1,78%	18,65%	76,66%	-1,97333
	64	Mata da Praia	9317	32,82	47,37	3,29	25,24%	99,89%	3,43%	4,31%	20,71%	71,33%	3,15%	2,72%	19,05%	75,08%	-1,96048
	48	Enseada do Suá	735	35,50	51,13	3,31	27,03%	99,10%	9,01%	13,06%	21,62%	56,31%	6,76%	9,91%	17,12%	66,22%	-1,60258
	54	Santa Lúcia	3808	35,42	50,90	3,10	35,32%	99,51%	9,62%	9,14%	24,71%	56,53%	3,83%	6,04%	29,04%	61,09%	-1,46318
	62	Jardim da Penha	24623	33,64	47,28	2,98	35,46%	99,82%	5,30%	6,27%	29,61%	58,73%	3,65%	4,32%	33,24%	58,79%	-1,43196
	23	Bento Ferreira	5375	33,93	49,02	3,22	32,95%	99,09%	8,71%	8,83%	26,36%	56,11%	7,38%	6,89%	30,47%	55,26%	-1,34271
	65	Morada de Camburi	1102	32,42	49,14	3,60	28,29%	100,00%	7,57%	11,18%	33,88%	47,37%	2,96%	6,58%	36,51%	53,95%	-1,23552
GRUPO 2 MÉDIO-ALTO *STATUS*	56	Aeroporto	73	30,38	45,48	3,48	9,52%	100,00%	14,29%	9,52%	33,33%	42,86%	0,00%	19,05%	42,86%	38,10%	-1,23327
	61	Jabour	983	33,89	50,18	3,46	20,07%	97,89%	15,85%	16,90%	34,15%	32,75%	4,23%	11,62%	35,21%	48,94%	-1,0929
	5	Parque Moscoso	1708	38,47	53,53	2,79	36,86%	99,34%	13,22%	14,88%	33,22%	38,51%	4,96%	7,27%	45,62%	42,15%	-1,0349
	41	Santa Cecília	1363	33,76	48,21	3,21	25,66%	98,80%	15,35%	15,11%	35,01%	34,53%	3,60%	9,59%	39,33%	47,48%	-1,02722
	79	Jardim Camburi	23882	30,87	43,73	3,04	33,88%	99,45%	6,36%	9,75%	38,89%	44,86%	4,09%	7,22%	42,67%	46,03%	-0,97001
	22	Bairro de Lourdes	1943	34,39	49,91	3,40	32,63%	99,82%	12,63%	13,33%	32,81%	41,23%	6,67%	10,70%	40,70%	41,93%	-0,94525
	55	Santa Luiza	1004	31,04	45,45	3,25	29,77%	99,68%	12,94%	18,77%	24,27%	43,69%	14,56%	11,65%	27,18%	46,60%	-0,91091
	26	Fradinhos	1737	34,78	51,41	3,50	31,25%	97,58%	15,12%	16,94%	32,06%	35,89%	7,26%	16,13%	32,66%	43,95%	-0,86805
	2	Centro	9240	37,62	52,37	2,80	41,47%	98,35%	13,65%	14,23%	34,26%	37,65%	7,15%	11,69%	42,81%	38,35%	-0,83385
	28	Horto	162	40,44	58,64	3,48	29,55%	93,18%	31,82%	11,36%	31,82%	25,00%	18,18%	25,00%	18,18%	38,64%	-0,80825
	7	Santa Clara	1429	36,69	52,42	3,13	31,18%	98,00%	20,27%	17,59%	34,74%	27,17%	10,24%	15,81%	40,31%	33,63%	-0,70695
	66	Pontal de Camburi	992	32,68	47,55	3,41	32,41%	98,62%	14,48%	15,52%	35,52%	33,79%	9,66%	12,76%	42,07%	35,52%	-0,6588
	33	Nazareth	646	35,32	51,80	3,33	34,54%	96,91%	17,01%	17,53%	36,08%	29,38%	11,34%	16,49%	40,72%	31,44%	-0,57153
	58	Bairro República	3884	36,76	53,55	3,41	39,61%	98,86%	22,62%	15,58%	36,27%	25,35%	7,31%	15,40%	47,54%	29,75%	-0,49138
	31	Jucutuquara	1338	37,40	53,49	3,06	40,96%	97,94%	18,54%	19,68%	36,61%	24,94%	10,98%	16,70%	45,31%	27,00%	-0,4321
	40	Maruípe	3911	34,00	50,31	3,42	34,06%	98,68%	22,83%	17,30%	35,91%	23,44%	9,75%	18,17%	45,74%	26,34%	-0,39994
GRUPO 3 MÉDIO-BAIXO *STATUS*	57	Antônio Honório	1332	34,86	53,17	3,63	38,42%	98,37%	21,25%	21,25%	42,78%	14,71%	7,90%	16,89%	51,23%	23,98%	-0,18008
	24	Consolação	2009	31,58	46,86	3,27	34,43%	96,71%	23,06%	23,72%	31,80%	21,25%	18,78%	22,08%	39,87%	19,28%	-0,08241
	67	Segurança do Lar	424	35,06	50,52	3,39	39,20%	98,40%	34,40%	16,80%	35,20%	13,60%	15,20%	26,40%	44,00%	14,40%	0,00552
	21	Universitário	570	27,52	42,16	3,28	23,65%	93,92%	33,11%	19,59%	33,78%	13,51%	16,89%	24,32%	43,92%	14,86%	0,0383
	68	Solon Borges	1473	34,16	49,84	3,43	36,28%	95,35%	31,86%	20,00%	35,58%	12,56%	16,74%	21,40%	47,44%	14,42%	0,05498
	8	Vila Rubim	1437	33,90	50,27	3,21	36,55%	96,86%	26,46%	27,35%	37,22%	8,97%	15,92%	27,80%	46,64%	9,64%	0,17362
	39	Joana Darc	2486	29,48	44,68	3,48	25,70%	95,08%	31,04%	24,30%	36,52%	8,15%	21,35%	29,63%	38,20%	10,81%	0,19345
	52	Praia do Suá	2975	30,37	47,85	3,50	36,62%	92,87%	37,93%	22,24%	24,49%	15,10%	23,78%	33,53%	25,33%	17,36%	0,2034
	59	Boa Vista	1098	29,93	44,75	3,41	32,61%	95,34%	26,09%	29,50%	33,23%	11,18%	13,04%	33,85%	40,37%	12,73%	0,25273
	29	Ilha de Santa Maria	2487	32,61	48,74	3,35	35,22%	93,79%	32,12%	29,01%	30,63%	8,10%	20,24%	29,69%	38,87%	11,20%	0,28864
	19	Santa Tereza	3131	30,39	46,59	3,53	28,70%	94,24%	33,79%	27,57%	31,07%	7,46%	26,10%	30,51%	33,22%	10,17%	0,28915
	46	Tabuazeiro	6305	29,05	44,66	3,58	27,84%	91,25%	35,06%	26,59%	29,49%	8,81%	18,35%	32,10%	38,07%	11,48%	0,3134

Tabela 24. Grupos sociais e dados do Índice de *status* sócio-econômico e familiar (conclusão)

GRUPOS	BAIRRO		POP.	IMP	IMC	DED	DMU	REA	REP	REG	REM	RES	RED1	RED2	RED3	RED4	*SCORE*
	32	Monte Belo	2233	33,17	47,89	3,49	41,86%	94,02%	34,22%	22,92%	29,90%	12,96%	21,43%	27,24%	39,53%	11,79%	0,31462
	60	Goiabeiras	2350	31,76	47,38	3,50	38,15%	94,63%	29,96%	27,57%	31,74%	10,73%	16,24%	29,51%	42,32%	11,92%	0,31606
	11	Bairro do Quadro	1093	30,89	48,46	3,74	36,30%	94,86%	32,88%	29,45%	28,77%	8,90%	19,52%	30,82%	38,01%	11,64%	0,37145
	20	Santo Antônio	6669	30,99	48,22	3,56	38,28%	94,27%	32,49%	27,41%	31,75%	8,24%	21,68%	29,98%	38,28%	10,06%	0,40784
	45	São Cristovão	4087	30,63	45,84	3,50	44,83%	92,93%	31,90%	21,03%	37,24%	9,74%	21,90%	30,09%	36,64%	11,38%	0,48951
GRUPO 4 BAIXO *STATUS*	18	Mário Cypreste	1278	30,97	49,05	3,51	35,26%	93,11%	38,02%	30,03%	28,93%	3,03%	28,65%	32,78%	34,16%	4,41%	0,54827
	42	Santa Marta	6913	28,68	44,78	3,61	30,79%	92,00%	40,56%	28,86%	26,66%	3,87%	24,41%	37,11%	32,04%	6,43%	0,55205
	9	Ariovaldo Favalessa	794	31,44	49,73	3,58	42,79%	95,05%	37,39%	30,18%	26,13%	5,41%	26,58%	35,59%	32,88%	4,95%	0,60931
	38	Itararé	7585	29,56	45,83	3,59	34,85%	90,18%	43,43%	27,60%	25,37%	3,56%	23,71%	38,50%	33,10%	4,69%	0,64024
	43	Santos Dumont	1940	29,63	46,90	3,57	36,46%	89,87%	42,17%	29,65%	24,31%	3,87%	20,99%	39,96%	33,15%	5,89%	0,64389
	16	Ilha do Príncipe	2810	29,94	46,08	3,31	36,17%	91,25%	37,00%	35,34%	24,94%	2,48%	24,11%	34,28%	35,70%	5,91%	0,64483
	63	Maria Ortiz	11559	28,38	43,54	3,52	33,96%	91,59%	38,57%	32,36%	24,84%	4,22%	19,98%	38,67%	35,88%	5,48%	0,65148
	1	Bairro do Moscoso	854	27,91	46,94	3,95	33,80%	88,89%	36,57%	34,26%	21,30%	7,87%	30,09%	34,72%	28,70%	6,48%	0,67698
	4	Forte São João	2115	27,80	44,95	3,54	37,42%	87,25%	39,93%	30,37%	21,64%	7,72%	26,17%	45,97%	20,30%	7,55%	0,7094
	69	Comdusa	744	27,10	44,57	3,96	27,27%	93,58%	48,13%	35,83%	14,97%	1,07%	28,34%	42,78%	27,81%	1,07%	0,74781
	35	Andorinhas	2113	28,34	43,04	3,41	34,63%	90,13%	35,44%	34,63%	27,35%	1,94%	23,30%	41,42%	31,72%	3,56%	0,75372
	17	Inhanguetá	3074	26,77	43,49	3,75	32,48%	91,21%	42,00%	34,07%	21,61%	2,08%	26,62%	40,90%	27,84%	4,64%	0,77158
	37	Bonfim	8594	27,64	44,70	3,74	35,06%	88,26%	45,45%	28,49%	22,49%	3,57%	28,84%	39,36%	27,75%	4,05%	0,77819
	3	Fonte Grande	1413	28,82	45,40	3,80	38,71%	93,82%	32,80%	37,90%	25,27%	3,76%	32,80%	37,63%	25,54%	4,03%	0,80588
	12	Bela Vista	3934	26,47	43,23	3,72	32,95%	90,57%	41,24%	33,81%	21,52%	3,43%	28,29%	42,19%	26,86%	2,67%	0,80707
	13	Caratoíra	5526	29,66	46,51	3,62	44,38%	92,77%	33,99%	35,17%	27,02%	3,81%	27,55%	37,02%	30,11%	5,33%	0,81511
	14	Estrelinha	2073	25,49	41,06	3,77	30,29%	91,61%	41,79%	34,49%	22,08%	1,64%	26,46%	47,45%	22,08%	4,01%	0,81596
	10	Bairro do Cabral	1688	28,91	44,93	3,67	35,95%	90,85%	41,83%	35,29%	21,35%	1,53%	35,95%	37,25%	23,75%	3,05%	0,83174
	34	Romão	3205	27,09	44,69	3,82	34,17%	84,59%	46,48%	30,35%	18,04%	5,14%	35,24%	38,71%	20,91%	5,14%	0,83489
	25	Cruzamento	2384	26,49	44,58	3,86	37,54%	86,41%	43,53%	28,48%	22,65%	5,18%	33,66%	39,64%	20,71%	5,99%	0,85119
	78	São Pedro	4141	26,79	42,59	3,76	33,03%	89,17%	42,95%	34,58%	20,66%	1,82%	19,75%	49,68%	28,03%	2,55%	0,85657
	30	Jesus de Nazareth	3374	25,91	43,11	4,02	29,60%	87,12%	45,13%	35,62%	16,25%	3,01%	21,90%	50,06%	24,67%	3,37%	0,85928
	77	São José	3265	25,71	42,38	3,76	29,87%	86,62%	49,94%	31,60%	16,61%	1,61%	29,76%	46,02%	22,15%	2,08%	0,87573
	76	Santos Reis	963	23,53	40,10	3,69	23,75%	88,51%	49,04%	37,16%	11,88%	1,53%	39,46%	51,34%	8,05%	1,15%	0,89604
	36	Bairro da Penha	6650	27,27	44,36	3,79	36,59%	85,45%	46,63%	32,82%	18,15%	2,17%	29,28%	43,84%	23,17%	3,71%	0,93265
	15	Grande Vitória	3960	25,89	42,49	3,78	34,54%	89,69%	44,08%	36,26%	17,94%	1,72%	30,82%	43,99%	23,00%	2,19%	0,94365
	27	Gurigica	6850	25,73	43,07	4,07	33,18%	82,10%	49,42%	30,12%	17,84%	2,49%	30,18%	44,82%	21,23%	3,77%	0,98229
	71	Ilha das Caieiras	1356	25,08	40,97	3,80	33,61%	85,71%	48,74%	31,65%	17,37%	2,24%	29,13%	44,54%	24,37%	1,96%	0,9831
	70	Conquista	1651	22,39	39,26	3,78	23,57%	82,38%	60,41%	29,75%	8,92%	0,92%	34,78%	56,29%	8,92%	0,00%	1,00073
	75	Santo André	2610	25,22	41,38	3,79	34,30%	88,37%	48,40%	35,47%	15,70%	0,44%	29,51%	45,78%	23,11%	1,60%	1,01265
	74	Resistência	5740	24,76	40,91	3,82	32,20%	83,90%	53,23%	32,00%	12,97%	1,80%	34,73%	48,50%	15,50%	1,26%	1,0419
	73	Redenção	2618	25,40	41,30	3,67	32,26%	84,43%	48,11%	38,85%	12,76%	0,28%	28,33%	51,47%	19,21%	0,98%	1,05466
	44	São Benedito	1365	24,19	44,52	4,12	26,89%	69,18%	71,30%	19,64%	8,46%	0,60%	55,59%	39,58%	4,53%	0,30%	1,14736
	72	Nova Palestina	5630	23,05	39,71	3,97	32,55%	82,02%	55,06%	33,40%	10,69%	0,71%	35,88%	48,62%	14,65%	0,85%	1,18009
	6	Piedade	611	25,80	44,47	4,02	51,32%	82,89%	48,68%	34,87%	15,13%	1,32%	40,13%	50,66%	9,21%	0,00%	1,42033

APÊNDICE 4. DADOS DO ÍNDICE DE OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Tabela 25. Dados do índice de oferta de serviços públicos (continua)

	BAIRRO	DESG	DLIX	APLE	VENI	VENF	ATES	ESCORE
16	Ilha do Príncipe	99,65%	99,76%	0,45	1,16	2,06	4,43	2,52914
78	São Pedro	99,00%	99,82%	41,79	1,03	1,31	1,36	1,68979
75	Santo André	90,41%	99,85%	61,27	1,03	1,31	0,64	1,67768
29	Ilha de Santa Maria	95,14%	100,00%	0,32	1,00	1,75	2,67	1,60066
32	Monte Belo	95,02%	98,67%	0,32	1,00	1,75	2,67	1,59777
35	Andorinhas	98,71%	100,00%	4,74	0,84	1,11	6,44	1,3278
23	Bento Ferreira	80,89%	99,94%	0,88	1,00	1,75	1,38	1,18993
69	Comdusa	97,86%	100,00%	0,87	1,03	1,31	1,36	1,07182
34	Romão	97,49%	98,57%	0,00	1,12	0,69	4,67	1,03247
77	São José	97,81%	99,54%	0,00	1,03	1,31	0,64	1,00474
4	Forte São João	92,28%	97,99%	0,00	1,12	0,69	4,67	0,9522
73	Redenção	95,65%	99,86%	0,00	1,03	1,31	0,64	0,92711
76	Santos Reis	85,82%	95,79%	0,12	1,03	1,31	1,36	0,87014
46	Tabuazeiro	97,10%	99,09%	8,40	0,84	1,08	2,93	0,8178
40	Maruípe	95,61%	99,91%	6,38	0,84	1,08	2,93	0,7992
45	São Cristovão	96,81%	100,00%	5,97	0,84	1,08	2,93	0,77579
68	Solon Borges	99,77%	100,00%	2,17	0,57	1,10	6,20	0,76522
61	Jabour	97,54%	100,00%	0,93	0,57	1,10	6,20	0,71683
39	Joana Darc	97,47%	99,16%	239,95	0,84	1,11	2,56	0,69664
71	Ilha das Caieiras	70,87%	91,32%	0,33	1,03	1,31	1,36	0,63385
42	Santa Marta	92,84%	99,22%	1,45	0,84	1,11	2,56	0,62916
11	Bairro do Quadro	96,92%	100,00%	0,58	0,76	1,01	3,39	0,56548
10	Bairro do Cabral	96,73%	97,17%	0,00	0,76	1,01	3,39	0,55056
57	Antônio Honório	87,19%	100,00%	0,56	0,57	1,10	6,20	0,53
9	Ariovaldo Favalessa	98,20%	100,00%	0,43	0,76	1,01	2,71	0,49464
67	Segurança do Lar	85,60%	100,00%	0,00	0,57	1,10	6,20	0,49204
25	Cruzamento	94,66%	99,84%	0,00	0,83	0,70	4,67	0,4858
13	Caratoíra	97,44%	100,00%	0,60	0,76	1,01	2,71	0,47327
19	Santa Tereza	91,19%	97,40%	0,85	0,76	1,01	3,39	0,46832
18	Mário Cypreste	98,07%	100,00%	0,95	0,76	1,01	1,71	0,35602
14	Estrelinha	99,64%	99,82%	0,07	0,85	0,71	2,64	0,34343
12	Bela Vista	97,14%	99,33%	0,17	0,76	1,01	1,71	0,32953
15	Grande Vitória	98,09%	99,81%	0,00	0,85	0,71	2,64	0,31463
31	Jucutuquara	97,94%	98,40%	2,13	0,83	0,70	2,67	0,30331
20	Santo Antônio	90,63%	99,57%	2,38	0,76	1,01	1,71	0,25249
56	Aeroporto	71,43%	100,00%	0,00	0,57	1,10	6,20	0,24993
63	Maria Ortiz	99,66%	99,91%	0,68	0,57	1,10	2,45	0,24612
21	Universitário	87,16%	99,32%	2,27	0,85	0,71	2,64	0,19389
72	Nova Palestina	98,73%	100,00%	28,37	0,53	0,77	1,51	0,09243
30	Jesus de Nazareth	77,14%	99,64%	0,00	0,57	1,05	4,24	0,06539
74	Resistência	94,15%	99,20%	27,92	0,53	0,77	2,01	0,061
26	Fradinhos	82,06%	99,40%	1,12	0,83	0,70	2,67	0,01408
17	Inhanguetá	79,49%	98,90%	0,23	0,85	0,71	2,64	0,01305

Tabela 25. Dados do índice de oferta de serviços públicos (conclusão)

	BAIRRO	DESG	DLIX	APLE	VENI	VENF	ATES	ESCORE
8	Vila Rubim	99,33%	100,00%	1,56	0,63	0,62	3,39	0,00971
43	Santos Dumont	98,34%	98,34%	0,00	0,83	0,39	2,93	0,00218
5	Parque Moscoso	98,68%	100,00%	15,40	0,63	0,62	1,92	-0,02524
2	Centro	98,05%	99,88%	10,79	0,63	0,62	1,92	-0,10116
33	Nazareth	93,81%	100,00%	0,00	0,83	0,39	2,67	-0,12111
36	Bairro da Penha	96,40%	99,54%	3,16	0,56	0,67	3,06	-0,12956
6	Piedade	91,45%	95,39%	0,00	0,63	0,62	3,53	-0,13562
41	Santa Cecília	89,45%	100,00%	0,50	0,83	0,39	2,93	-0,14997
3	Fonte Grande	88,98%	96,24%	0,08	0,63	0,62	3,53	-0,17895
7	Santa Clara	99,78%	100,00%	0,06	0,63	0,62	1,92	-0,22692
60	Goiabeiras	79,73%	99,11%	1,75	0,57	1,10	1,14	-0,23346
65	Morada de Camburi	100,00%	100,00%	45,37	0,42	0,42	1,14	-0,27127
22	Bairro de Lourdes	80,70%	100,00%	1,35	0,83	0,39	2,93	-0,28821
79	Jardim Camburi	96,63%	99,95%	2,19	0,45	0,67	1,83	-0,29143
1	Bairro do Moscoso	95,37%	99,07%	0,54	0,63	0,62	1,92	-0,29164
38	Itararé	99,29%	99,86%	3,09	0,56	0,67	0,65	-0,38568
37	Bonfim	94,78%	98,87%	0,01	0,56	0,67	1,44	-0,43604
64	Mata da Praia	95,19%	100,00%	15,87	0,42	0,42	1,14	-0,75416
62	Jardim da Penha	99,58%	100,00%	0,92	0,42	0,42	0,84	-0,8176
58	Bairro República	99,12%	100,00%	1,12	0,42	0,42	1,14	-0,89043
70	Conquista	62,70%	94,51%	347,18	0,53	0,77	1,51	-0,90722
59	Boa Vista	96,89%	100,00%	0,67	0,42	0,42	1,14	-0,93902
28	Horto	100,00%	100,00%	0,00	0,39	0,39	0,85	-1,00182
52	Praia do Suá	93,46%	100,00%	1,64	0,61	0,00	1,38	-1,05105
27	Gurigica	96,55%	98,91%	0,00	0,39	0,39	0,85	-1,05334
24	Consolação	95,72%	99,84%	0,17	0,39	0,39	0,85	-1,08214
66	Pontal de Camburi	84,83%	100,00%	0,00	0,42	0,42	0,84	-1,19395
53	Santa Helena	81,91%	100,00%	2,44	0,61	0,00	1,38	-1,23757
54	Santa Lúcia	83,20%	99,84%	0,11	0,00	1,00	0,65	-1,36545
48	Enseada do Suá	51,35%	100,00%	100,00	0,61	0,00	1,38	-1,78998
55	Santa Luiza	50,81%	99,68%	0,00	0,59	0,00	0,65	-1,93244
44	São Benedito	6,34%	100,00%	0,00	0,56	0,67	0,85	-2,03465
49	Ilha Bela	33,55%	100,00%	3,33	0,61	0,00	1,38	-2,05518
51	Praia do Canto	31,64%	99,98%	3,57	0,59	0,00	0,65	-2,1968
47	Barro Vermelho	29,81%	99,92%	0,00	0,59	0,00	0,65	-2,29521
50	Ilha do Frade	0,00%	100,00%	33,33	0,59	0,00	0,65	-2,34876

1. Classificação em ordem decrescente.
2. As cores inseridas nos bairros se referem à classificação por grupos sociais.

LEGENDA:

- GRUPO 1 – alto *status* sócio-econômico e familiar
- GRUPO 2 – médio-alto *status* sócio-econômico e familiar
- GRUPO 3 – médio-baixo *status* sócio-econômico e familiar
- GRUPO 4 – baixo *status* sócio-econômico e familiar